UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

A CIDADE HUMANIZADA E AS MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS

SUZANY RANGEL RAMOS

VILA VELHA

FEVEREIRO / 2020

UNIVERSIDADE VILA VELHA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

A CIDADE HUMANIZADA E AS MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade para obtenção do grau de Mestra em Arquitetura e Cidade.

SUZANY RANGEL RAMOS

VILA VELHA

FEVEREIRO / 2020

Catalogação na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

R175c Ramos, Suzany Rangel
A cidade humanizada e as microintervenções urbanas colaborativas / Suzany Rangel Ramos – 2020.
138 f.; il.

Orientadora: Larissa Letícia Andara Ramos.
Coorientadora: Ana Paula Rabello Lyra.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Cidade) - Universidade Vila Velha, 2020.
Inclui bibliografias.

1. Arquitetura. 2. Espaços públicos. 3. Participação social. 4. Administração pública – Avaliação. I. Ramos, Larissa Letícia Andara. II. Lyra, Ana Paula Rabello. III. Universidade Vila Velha. IV. Título.

CDD 712.5

SUZANY RANGEL RAMOS

A CIDADE HUMANIZADA E AS MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Cidade para a obtenção do grau de Mestre (a) em Arquitetura e Cidade.

Aprovado (a) em 20/02/2020

Banca Examinadora:

Prof. (a). Dr. (a). Ana Paula Rabello Lyra (UVV)

Prof. Dr. Lutero Proscholdt Almeida (UFES)

Prof. (a). Dr. (a). Larissa Letícia Andara Ramos (UVV)
Orientador (a)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do edital FAPES/CAPES Nº 01/2018 - PROCAP 2018 - ME. " *The present work was financed in part by the* Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) *in partnership with the* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, through the notice* FAPES / CAPES *No.* 01/2018 - PROCAP 2018 – ME*".*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
1.1 Contextualização do tema 9
1.2 Justificativa e Relevância do tema 13
1.3 Objetivos 18
1.4 Estratégias Metodológicas 18
1.5 Estrutura do Trabalho 23
2 DIMENSÃO HUMANA DAS CIDADES 25
2.1 O direito à cidade no contexto do neoliberalismo 26
2.2 A relação entre pessoa e lugar na cidade Contemporânea 33
2.3 A busca pela humanização do espaço urbano. 39
3 PRÁTICAS CRIATIVAS DE INTERVENÇÃO 45
3.1 *Placemaking* e transformação socioespacial 47
3.2 Urbanismo Tático como método de intervenção 56
3.3 O envolvimento dos Atores Sociais 67
4 MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS NOS MUNCÍPIOS DE VILA VELHA E VITÓRIA – ES. 72
4.1 Oásis, São Benedito, Vitória – ES. 77
4.2 Espaço Multicultural, em Itapuã, Vila Velha – ES. 90
4.3 Considerações sobre os casos estudados 107
5 INCENTIVO E FOMENTO DAS MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS 111
CONSIDERAÇÕES FINAIS 123
REFERÊNCIAS 128
APÊNDICES 136
ANEXOS 137

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Classificação do método da pesquisa. 19
Figura 2. Mapa de distribuição dos membros do Conselho pelo mundo. 47
Figura 3. Participação popular no diagnóstico da área. 48
Figura 4. Ocupação cultural do Viaduto Laranjeiras, Rio de Janeiro.....50
Figura 5. Interação social na Praça da Nascente em dia de Festival. 51
Figura 6. Ocupação semanal no Largo do Batata, São Paulo. 53
Figura 7. Exposição “Spontaneous Interventions: Design actions for the common good”. 57
Figura 8. Intervenção teste para transformação da Rua Joel Carlos Borges. 58
Figura 9. Escalas de intervenção do Urbanismo Tático. 59
Figura 10. Intervenção efêmera para transformação de vias em Santana, SP. 61
Figura 11. Projeto “Olhe o degrau” realizado nas escadarias de São Paulo. 63
Figura 12. Localização dos municípios de Vila Velha e Vitória – ES.....72
Figura 13. Mapeamento das microintervenções urbanas colaborativas dos municípios de Vitória e Vila Velha - ES. 73
Figura 14. Ponto de Ônibus, Praia de Itaparica.....74
Figura 15. Centro Comunitário, Jaburu, Vitória – ES. 75
Figura 16. Mirante Farol, São Benedito, Vitória – ES. 76
Figura 17. Área de intervenção em São Benedito. 78
Figura 18. Situação do terreno em 2016 antes da intervenção 79
Figura 19. Imagem do Projeto de Intervenção em Perspectiva. 80
Figura 20. Apresentação do projeto de intervenção para a comunidade. 81
Figura 21. Processo de execução da intervenção. 81
Figura 22. Oásis, São Benedito. 82
Figura 23. Situação do terreno e mobiliários em 2018. 83
Figura 24. Oficina de vaso irrigável de garrafa PET. 84
Figura 25. Oficina de Compostagem. 84
Figura 26. Crianças atendidas pelo SECRI em visita ao terreno de intervenção. 85
Figura 27. Evento do dia das crianças no Oásis São Benedito. 85
Figura 28. Exposição das pinturas realizadas com tinta vegetal. 86
Figura 29. Espaço Transformado em São Benedito. 87

Figura 30. Praça da Juventude, apropriação espontânea da comunidade. 87
Figura 31. Evolução do Programa Instituições do Futuro (2015-2017). 90
Figura 32. Poster de divulgação do Laboratório Social de Intervenções Urbanas. ...91
Figura 33. Processo de Construção dos Projetos. 92
Figura 34. Divisão dos módulos do Laboratório Social de Intervenção Urbana. 93
Figura 35. Grupo com representantes do bairro Itapuã.....94
Figura 36. Síntese das demandas identificadas pelo grupo de Itapuã. 95
Figura 37. Quadro CANVA para proposta de Intervenção Urbana.....96
Figura 38. Protótipo para Intervenção no bairro Itapuã. 96
Figura 39. Prancha Conceitual da Proposta de Intervenção em Itapuã. 97
Figura 40. Apresentação das propostas de Intervenção à Prefeitura Municipal de Vila Velha. 98
Figura 41. Projeto Final da Intervenção em Itapuã.....98
Figura 42. Localização da área de intervenção em Itapuã. 99
Figura 43. Área de implantação da Intervenção em Itapuã. 100
Figura 44. Fase inicial da obra de Intervenção em Itapuã.....102
Figura 45. Oficina de Jardinagem com os participantes do bairro Itapuã.....103
Figura 46. Mutirão de Transformação do Espaço Multicultural. 104
Figura 47. Evento de Inauguração do Espaço Multicultural. 105
Figura 48. Ilustrações para cada etapa de desenvolvimento das propostas de microintervenção urbana colaborativa.....111
Figura 49. Ilustrações para cada ator social envolvido nos processos.....112
Figura 50. Síntese das possibilidades de contribuição da Sociedade Civil. 114
Figura 51. Síntese das possibilidades de contribuição do Poder Público. 117
Figura 52. Síntese das formas de incentivo das microintervenções pela Iniciativa Privada. 119
Figura 53. Síntese das contribuições do Especialistas para as microintervenções urbanas colaborativas. 121
Figura 54. Processo Colaborativo de Microintervenção Urbana. 122

RESUMO

RAMOS, Suzany Rangel, M.Sc., Universidade Vila Velha – ES, fevereiro de 2020. **A cidade humanizada e as microintervenções urbanas colaborativas.** Orientador: Larissa Letícia Andara Ramos. Co-orientador: Ana Paula Rabello Lyra.

A humanização da cidade contemporânea surge da necessidade de transformar os espaços públicos em áreas qualificadas para convívio social. O tema insere-se num contexto de supressão dos espaços livres de uso público resultado da financeirização das cidades. A problemática gira em torno de um modelo de cidade afetada pelo neoliberalismo, que cede às pressões do mercado e replica empreendimentos privados que criam uma falsa visão de cidade ideal. A cidade contemporânea é marcada por uma mudança na relação entre pessoa e lugar, e se encontra num processo de perda de sua função tradicional de promover encontros e trocas socias. Diante da falta de investimentos, por parte do poder público, direcionados à qualificação dos espaços públicos, a sociedade civil assume para si a responsabilidade de intervir em áreas potenciais, a fim de dar um novo sentido e possibilidade de apropriação. Tais práticas, de cunho criativo e participativo, são denominadas neste trabalho de microintervenções urbanas colaborativas, entendendo que são desenvolvidas na pequena escala urbana e que contam com a mobilização de diferentes atores sociais para obterem sucesso. O fato de não serem práticas regulamentadas pelo poder público dificulta a condução dos processos de implantação e gestão, e por isso, com esta dissertação, busca-se compreender de que maneira tais práticas podem ser mais valorizadas e consolidadas como um processo de qualificação do espaço público, nos contextos dos municípios de Vila Velha e Vitória, estado do Espírito Santo. Esta pesquisa é de natureza aplicada, abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos. Os procedimentos técnicos envolvem a pesquisa bibliográfica e documental, bem como da análise - processo metodológico de planejamento, concepção e execução - de dois estudos de casos, um no município de Vila Velha e outro em Vitória. Com o auxílio de entrevistas, buscou-se, nos casos de referência, compreender e problematizar o papel dos diferentes atores sociais envolvidos nas microintervenções: sociedade civil, poder público e iniciativa privada. Durante a pesquisa, foi identificado um quarto ator social: os especialistas – representados pelos coletivos e escritório de arquitetura e urbanismo - que dão suporte técnico aos processos. A partir do estudo, considera-se que a participação de diferentes atores sociais no processo colaborativo interfere positivamente na qualidade socioespacial e no posterior sucesso das microintervenções urbanas. Na pesquisa apresenta-se ainda a sistematização de possíveis formas de fomento e incentivo às práticas de microintervenção nos municípios de Vila Velha e Vitória, considerando as especificidades de cada ator social.

Palavras-chave: Espaços Públicos. Atores Sociais. Urbanismo Colaborativo. Intervenção Urbana.

ABSTRACT

RAMOS, Suzany Rangel, M.Sc., Universidade Vila Velha – ES, fevereiro de 2020. **A cidade humanizada e as microintervenções urbanas colaborativas.** Orientador: Larissa Letícia Andara Ramos. Co-orientador: Ana Paula Rabello Lyra.

The humanization of the contemporary city arises from the need to transform public spaces into qualified areas for social interaction. The theme is inserted in a context of suppression of free spaces for public use resulting from the financialization of cities. The problem revolves around a city model affected by neoliberalism, which gives in to market pressures and replicates private ventures that create a false vision of the ideal city. The contemporary city is marked by a change in the relationship between person and place, and is in a process of losing its traditional function of promoting social encounters and exchanges. In view of the lack of investments, on the part of the public power, aimed at the qualification of public spaces, civil society assumes for itself the responsibility to intervene in potential areas, in order to give a new meaning and the possibility of appropriation. Such practices, of a creative and participative nature, are called collaborative urban microinterventions in this work, understanding that they are developed on a small urban scale and that rely on the mobilization of different social actors to be successful. The fact that they are not practices regulated by the public authorities makes it difficult to conduct the implementation and management processes, and therefore, with this dissertation, we seek to understand how these practices can be more valued and consolidated as a process of qualifying the space public, in the contexts of the cities of Vila Velha and Vitória, state of Espírito Santo. This research is of an applied nature, a qualitative approach, with exploratory and descriptive objectives. The technical procedures involve bibliographic and documentary research, as well as the analysis - methodological process of planning, design and execution - of two case studies, one in the municipality of Vila Velha and another in Vitória. With the help of interviews, we sought, in the reference cases, to understand and problematize the role of the different social actors involved in microinterventions: civil society, public power and private initiative. During the research, a fourth social actor was identified: the specialists - represented by the collectives and the architecture and urbanism office - who provide technical support to the processes. From the study, it is considered that the participation of different social actors in the collaborative process interferes positively in the socio-spatial quality and in the subsequent success of urban microinterventions. The research also presents the systematization of possible ways of fostering and encouraging microintervention practices in the cities of Vila Velha and Vitória, considering the specificities of each social actor.

Key-words: *Public spaces. Social Actors. Collaborative Urbanism. Urban intervention.*

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

Essa pesquisa aborda dois grandes temas que envolvem a produção do espaço urbano no contexto da cidade contemporânea. A **humanização das cidades**, que diz respeito ao planejamento urbano na pequena escala (na dimensão humana), que possibilita e demanda discussões a partir de diferentes abordagens; e as **microintervenções urbanas colaborativas**, que são formas encontradas pela população de materializar a busca por espaços que favoreçam a qualidade de vida em meio urbano.

A temática ganha notoriedade num cenário de supressão e desqualificação dos espaços públicos, da omissão de responsabilidade do poder público quanto aos serviços básicos, advindos de um contexto de produção capitalista do espaço urbano que ressalta os problemas sociais e espaciais da cidade; num cenário de ativismo e resistência ao modelo de planejamento urbano tradicional que cria espaços genéricos e voltados para o consumo, despreocupados com o contexto em que se insere e com a qualidade de vida da comunidade local.

É nesse sentido que se busca refletir sobre esses dois grandes temas a partir de uma preocupação socioespacial, entendendo que a produção do espaço urbano contemporâneo precisa acolher as atividades humanas e permitir experiências cotidianas, promovendo relações humanas fortalecidas com o espaço e entre os grupos sociais que compõe a sociedade.

A dimensão humana do planejamento urbano é um tema que, segundo Andrade e Linke (2017), por décadas foi subvalorizado e abordado de maneira negligente. A partir da década de 1960, o tema passou a ser amplamente debatido e aplicado na transformação das cidades, principalmente devido aos estudos realizados por autores como Jacobs (2011) e Gehl (2015).

Jacobs (2011), a partir de sua crítica ao planejamento das cidades na segunda metade do século XX, alertou sobre alguns princípios para se alcançar a vitalidade urbana. Gehl (2015), um pouco mais tarde, propôs ferramentas para estudar e entender esses e outros princípios do contexto da vida urbana. A teoria dos referidos autores vem ganhando novos simpatizantes e defensores, a medida em que a cidade começa a ressentir a ausência de espaços públicos qualificados à interação social.

Essa pequena escala do planejamento urbano (dimensão humana) possibilita, principalmente, a criação de espaços destinados à circulação e permanência de pessoas na cidade, de forma que os usuários tenham múltiplas experiências ao vivenciarem o espaço urbano – princípio da Urbanidade conceituado por Aguiar e Netto (2012), a ser discutido posteriormente neste trabalho.

De acordo com Gehl (2015), as cidades devem cumprir sua função social como lugar de encontro, além de contribuir para a sustentabilidade social e para uma sociedade democrática e aberta. Segundo Andrade e Linke (2017) os espaços públicos são indicadores da qualidade de vida urbana, entretanto, o que acontece nas cidades é o oposto do que se espera: são espaços limitados e perigosos à população; cheios de obstáculos, inseguros e poluídos, oferecendo riscos não somente físicos, mas também psicológicos.

A carência de espaços públicos no contexto da cidade contemporânea é consequência, dentre outros fatores, da supressão destes a partir da disseminação do modelo de planejamento urbano modernista, e mais tarde agravado pelo neoliberalismo e pela produção capitalista do espaço. A urbanização modernista, disseminada por Le Corbusier - que teve enorme impacto em nossas cidades - fez do automóvel o elemento fundamental do desenvolvimento urbano, diminuindo os espaços destinados aos pedestres em seu convívio público (JACOBS, 2011).

O contexto econômico e político configurado pelo capitalismo global, que move a produção do espaço urbano, também é uma condicionante relevante na configuração da cidade contemporânea. Paiva (2017) afirma que o urbanismo neoliberal, guiado pelo mercado imobiliário, estende a lógica privada ao tecido urbano e promove o fechamento dos espaços públicos que não são lucrativos. Dessa forma, o espaço coletivo perde sua função de promover o convívio, tornando-se um espaço de consumo – materializada na cidade mercadoria.

Netto et al (2017) afirmam que as mudanças no contexto das cidades foram fortes o bastante para alterar o modo como as pessoas utilizam os espaços urbanos. Essa urbanização, que fragmenta o tecido urbano, ignora o contexto biofísico das cidades e gera altos custos ambientais e sociais; além de carregar consigo a crescente tendência da introversão da vida urbana.

A importância da relação entre pessoa e espaço para qualidade de vida em meio urbano é sustentada pelos autores Tuan (1980; 1983) e Certeau (1998), ao afirmarem que a qualidade espacial induz a experiências e vivências que geram algum

tipo de vínculo afetivo da pessoa com o espaço. Essa relação vem se perdendo com o processo de urbanização e passa a ser resgatada com as discussões sobre a humanização das cidades contemporâneas.

Tendo em vista o cenário atual das cidades, movidas pelo mercado imobiliário, em que seus espaços livres de uso público são substituídos por espaços edificados, discute-se a importância da retomada – ou reconquista – desses espaços para o bem-estar coletivo urbano. Verifica-se nesse contexto o crescimento de ativistas sociais, motivados principalmente por organizações de interesse social. Esses movimentos ascendem as práticas urbanas de transformação física do espaço público e buscam ressignificar e qualificar esses espaços.

De acordo com Rosa (2011), a reorganização espacial proposta por essas intervenções na escala local reflete uma nova atitude com relação à vida coletiva urbana. Os próprios usuários locais, através de uma resposta proativa e criativa, organizam lugares de encontros, evidenciando a falta de espaços de qualidade para a coexistência. Para Netto (2014), essa é uma das maiores preocupações da cidade contemporânea: afirmá-la como espaço da coexistência, *locus* da pluralidade e da convivência entre atores socialmente diferentes.

Rosa (2011) também evidencia que as práticas promovidas pelos cidadãos podem ser consideradas a inovação mais importante em planejamento urbano voltada para a construção de uma cidade inclusiva. São intervenções que, através do engajamento, autoajuda e transferência de poder a atores locais (sociedade civil e seus movimentos), possibilitam a integração de grupos sociais mais marginalizados e promovem a igualdade na participação da vida urbana.

Tais práticas urbanas recebem algumas denominações diferentes, apesar de convergirem em suas características e princípios. De acordo com Cymbalista (2016) podem ser intituladas como “urbanismo *pop-up”*, “urbanismo tático”, “urbanismo de guerrilha” e “catalisadores urbanos”. O autor, porém, utiliza o termo “microurbanismo” pois identifica que tais intervenções buscam preencher pequena lacunas sociais no meio urbano.

Ainda sobre o mesmo processo, Sá (2015) traz como terminologia principal de seu trabalho o “urbanismo entre pares”, apesar de apresentar termos como urbanismo *Open Source* (código aberto)*, DIY – Do-it- yourself* (faça você mesmo), e *DIWO – Do-it-with-others* (faça com outros). Enquanto Rosa (2011) trata como “práticas urbanas

criativas, no contexto do microplanejamento; e Fontes (2011) apresenta como “intervenções temporárias”.

Neste trabalho, as práticas alternativas são denominadas “microintervenções urbanas colaborativas”, entendendo que são intervenções realizadas na pequena escala do planejamento urbano e de forma pontual na cidade – em espaços ociosos com grande potencial de transformação – nas quais estão envolvidos diferentes atores sociais num processo colaborativo de engajamento e incentivo à transformação socioespacial.

Essas práticas são atuais e recorrentes, e tomam proporções significativas na discussão sobre o direito à cidade uma vez que são implementadas de forma alternativa ao planejamento urbano cartesiano – ou convencional, com objetivo de suprir a demanda urgente da população por espaços coletivos que não tem sido atendida pelo poder público.

> Essas microintervenções começaram a aparecer por iniciativa da sociedade civil num momento em que se faz necessário promover maior coesão social nas cidades através de novas políticas públicas “*bottom line*”, ou seja, oriundas da sociedade civil. Elas buscam discutir novos caminhos a partir de uma visão mais coletiva, com o intuito de estabelecer um diálogo entre poder público e sociedade, e corrigir os desvios resultantes das políticas econômicas orientadas pelas “leis do mercado”, ou pela política empresarial, que prega maior eficiência, controle de custos e aumento do lucro para produzir uma riqueza que tem levado à redução de empregos e da renda *per capta* e à piora dos índices de desenvolvimento humano de muitos países (PAIVA, 2017, n.p).

Apesar do potencial de transformação socioespacial, as microintervenções urbanas colaborativas ainda não são práticas de planejamento urbano tradicional incentivadas pelo poder público (no sentido de não entrar no quadro oficial de projetos de desenvolvimento urbano), com ausência de diretrizes que instruam, estimulem ou facilitem a implantação destas. Além disso, tais práticas recebem grandes críticas por serem ações não-regulamentadas ou não-autorizadas, realizadas de forma dispersa na cidade.

Na maioria dos casos essas microintervenções, realizadas pela comunidade local, não recebem o apoio necessário do poder público e demais colaboradores, dificultando os processos de implantação, gestão e manutenção do espaço público. A partir dessa premissa, pretende-se, assim, com a presente pesquisa, compreender: de que maneira as microintervenções urbanas colaborativas podem ser reconhecidas como soluções viáveis e legais para transformação qualificada e humanizada do espaço público na cidade contemporânea?

1.2 Justificativa e Relevância do tema

Os temas centrais deste trabalho, apresentados com os títulos “dimensão humana do planejamento” e “microintervenções urbanas colaborativas”, a serem aprofundados em cada capítulo, envolvem uma discussão multidisciplinar no cenário urbano contemporâneo, possibilitando abordagens nos campos da filosofia, sociologia, geografia urbana e urbanismo. O ponto de encontro entre as duas temáticas traz como discussão a importância da criação de espaços públicos de qualidade para a vivência urbana na escala humana e a relação de pertencimento do cidadão em seu lugar de convívio.

No contexto atual, os espaços públicos são negligenciados por um modelo de urbanismo que prioriza interesses individualistas movidos pelo capital e mercado imobiliário, culminando na escassez de áreas livres adequadas para receber atividades coletivas e promover o bem-estar urbano. As microintervenções urbanas atuam na construção e qualificação desses espaços, e sua materialização reúne conceitos e ideologias que tratam a interação social e a coletividade como princípios fundamentais na busca pela melhor qualidade de vida em meio urbano.

Diante da importância de se planejar os espaços coletivos, é crescente a atuação de organizações e movimentos de iniciativa popular que, em um processo participativo e colaborativo - com a atuação de diferentes atores sociais - abrem o debate e promovem ações de intervenção na cidade com o objetivo de chamar atenção para uma demanda crescente de qualificação desses espaços públicos. São ações que possibilitam a interação entre comunidade local, coletivos urbanos, organizações sociais, escritórios especializados, comunidade acadêmica, iniciativas privadas e poder público, envolvidos na construção de espaços que permitem maior apropriação e convivência.

O envolvimento da sociedade civil nesses projetos, engajada em prol de um desejo coletivo por espaços qualificados de integração comunitária, torna a discussão sobre o tema ainda mais relevante, uma vez que o bem comum é priorizado em favor do senso de comunidade instaurado numa sociedade em que se prega a indiferença e a alienação sobre os problemas sociais que afetam as cidades. Dessa forma, a ideia de pertencer a um lugar é fortalecida e aumenta-se a vontade de se firmar parcerias para a qualificação de seu espaço comum.

A escolha do tema, além da relevância social descrita acima, parte do envolvimento pessoal da autora desta pesquisa no “Laboratório Social”, realizado pela Vale no ano de 2017, vertente do projeto “Instituições do Futuro”[1]. O projeto em questão abordou a temática das Intervenções Urbanas, visando elaborar propostas de intervenção urbana - em três bairros dos municípios de Vila Velha e Serra - que promovessem a empatia, a parceria e a inovação, através da identificação das demandas de cada comunidade envolvida no processo.

Na ocasião, a atuação pessoal se deu como liderança jovem da comunidade de Praia de Itaparica, um dos bairros do município de Vila Velha contemplado com a intervenção. A participação do projeto ocorreu através da apresentação de demandas locais por espaços coletivos; identificação de espaços potenciais para a implantação do projeto; e mapeamento de parcerias para viabilização do mesmo. O contato com esse processo colaborativo entre diferentes atores - organizações sociais, sociedade civil, comunidade acadêmicas, escritórios especializados e iniciativa privada - despertou o interesse pela temática que se busca abordar neste trabalho de forma mais aprofundada.

Para delimitação do tema foram realizadas buscas em plataformas digitais que contém banco de dados com produções científicas, a fim de compreender o direcionamento dado às pesquisas que têm sido desenvolvidas sobre esse tema e também identificar lacunas de possíveis estudos. Nas buscas realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foram utilizados descritores e filtros condizentes com o tema da dissertação, bem como os objetivos e problemas de pesquisa, a fim de entender as principais abordagens existentes nas produções recentes. Foram utilizados 5 (cinco) descritores, envolvendo as seguintes palavras-chave encontradas nesta dissertação: 1) microintervenções urbanas; 2) urbanismo tático; 3) práticas urbanas criativas; 4) processo colaborativo; e 5) práticas alternativas.

Para restringir ainda mais os resultados das buscas foram utilizados filtros. Quanto ao “tipo”, filtrou-se pelas dissertações de mestrado; o “ano” foi restringido aos últimos 5 (cinco) anos de publicação (2014 a 2018); para a “grande área do conhecimento” foi selecionado “ciências sociais aplicadas”; e na “área de conhecimento” restringiu-se a “arquitetura e urbanismo” e “planejamento urbano”,

[1] O “Instituições do Futuro” é um projeto que a Vale mantém desde 2015 através do setor de relações com a comunidade, e tem como objetivo fortalecer as instituições sociais. Fonte: Daniel Rocha Pereira, gerente de Relações com a Comunidade em e-mail para divulgação do projeto.

entendendo que seriam as áreas com maior contribuição para o tema.Com os descritores e filtros aplicados, os resultados obtidos foram filtrados através da identificação dos títulos que pareciam ter relação com o tema proposto e posteriormente pela leitura do resumo de cada trabalho que despertou interesse.

Ao final do procedimento de busca pelas dissertações chegou-se a apenas 10 (dez) trabalhos com relação direta com o tema. Foi possível também perceber que a temática em questão vem sendo discutida com maior frequência nos últimos 3 (três) anos (2016/17/18), sendo 50% delas no ano de 2018, como ilustra a tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Resultado da busca por Dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	OBJETIVO	ANO
1. Urbanismo Tático: da experiência do fazer a um urbanismo afetivo.	Compreender como as intervenções contribuem para a construção de espaços que estimulam relações interpessoais.	2016
2. Se no futuro essa rua fosse nossa: em busca da inovação do urbanismo tático através do design e de cenários prospectivos.	Visualizar o futuro da participação social nas ações de urbanismo tático (ativismo cidadão)	2016
3. Intervenções contemporâneas no Bixiga: fissuras urbanas e insurgências.	Analisar as transformações e os atores envolvidos na produção da paisagem urbana.	2016
4. Do urbanismo tático à tática urbana: corpo e política na poética do coletivo Opavivará!	Investigar formas e possibilidades de atuação política pelas populações na cidade contemporânea.	2017
5. Movimentos urbanos contemporâneos e a apropriação do espaço público: a potência social de qualificação e seus processos emancipatórios.	Compreender a relação do espaço público com os movimentos sociais urbanos contemporâneos enquanto expressão do direito à cidade nas diversas formas de apropriação e manifestação.	2017
6. Redes e ruas: ocupações híbridas na cidade de São Paulo.	Analisar as intervenções urbanas acompanhando os modos de atuação dos coletivos urbanos, atores envolvidos, limites e potenciais.	2018
7. Isso não é um evento. Uma análise sobre a dinâmica de uso dos espaços públicos contemporâneos: estudo de caso - o Largo da Batata.	Analisar o processo de transformação do espaço comum pelas práticas urbanas colaborativas, e investigar as possibilidades de colaboração entre urbanismo tradicional e tático.	2018
8. Práticas urbanas criativas: estudo, análise e impacto de ações táticas no espaço público Paulistano.	Estudar o impacto das intervenções urbanas criativas nos espaços públicos.	2018
9. Práticas urbanas transformadoras: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo.	Entender de que maneira tem se dado a atuação dos grupos ativistas nos espaços públicos e como o poder público vem se articulando com os novos atores sociais.	2018
10. Intervenções urbanas: práticas alternativas e participativas de transformação dos espaços coletivos de Blumenau.	Estudar a forma como as intervenções urbanas têm transformado os espaços coletivos da cidade, a relação com a urbanidade e amabilidade.	2018

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Os trabalhos identificados, todos com abordagem qualitativa, dedicam-se principalmente a entender como as intervenções modificam o espaço urbano; como as pessoas passaram a se apropriar desses novos espaços; e também a analisar a participação popular nesses processos, destacando a utilização da abordagem comportamental. Dessa forma, percebe-se uma lacuna nas pesquisas que envolvem discussões sobre o papel do poder público na promoção e incentivo dessas microintervenções, e como o processo colaborativo entre os diferentes atores sociais envolvidos no processo podem contribuir para que seja um movimento consolidado na qualificação de espaços públicos.

Notou-se ainda a recorrência de estudos realizados na cidade de São Paulo, onde as práticas de intervenção urbana acontecem com maior frequência, sendo o município referência nas ações de microplanejamento e transformação do espaço urbano. Destaca-se também o trabalho desenvolvido por diversos "Coletivos Urbanos"[2], presentes e influentes na cidade Paulista, fundamentais na movimentação da sociedade civil em prol do bem comum.

Para realizar o levantamento dos artigos científicos publicados referentes a esse tema, foram utilizados os mesmos descritores da busca por dissertações, a fim de uniformizar a pesquisa: 1) microintervenções urbanas; 2) urbanismo tático; 3) práticas urbanas criativas; 4) processo colaborativo; e 5) práticas alternativas. Primeiramente, iniciou-se as buscas pelo Portal de Periódicos da CAPES, no qual o "tipo de material" foi restringido a "artigos" com "data de publicação" nos "últimos 5 (cinco) anos", além de serem "revisados por pares". Como resultado foram encontradas apenas duas publicações (artigos 3 e 4 na tabela 2) que se enquadravam no contexto desta pesquisa.

Realizou-se, também, a busca por publicações em revistas eletrônicas que, de acordo com as "classificações de periódicos quadriênio 2013-2016" apresentam classificação Qualis Capes A1, A2, B1 e B2, na área de avaliação "arquitetura, urbanismo e design". Foram encontradas publicações condizentes com a temática nas revistas: Oculum Ensaios – PUCCAMP, qualis A2 (artigo 2 na tabela 2); Virus – USP,

[2] Os coletivos urbanos, segundo Lima (2015), são agentes sociais de mobilização capazes de criar culturas defensivas diante de situações-problema vivenciadas no espaço urbano.

qualis B2 (artigos 1 e 6 na tabela 2) e Arquiteturarevista – UNISINOS, qualis B2 (artigo 5 na tabela 2).

Tabela 2. Resultado da busca por periódicos.

TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	ANO
1. Cidades de código aberto: por um urbanismo de segunda ordem	Refletir acerca de alternativas para ampliar a cooperação cidadã e investigar novas práticas e ferramentas tecnológicas de comunicação que auxiliem a construção coletiva do espaço e a colaboração.	2014
2. Cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano	Compreender a importância e a influência dos coletivos urbanos nos processos alternativos de produção das cidades.	2015
3. Além do público/privado: Intervenções temporárias e criação de espaços coletivos no Rio de Janeiro	Analisar as formas de apropriação em intervenções temporárias no Rio de Janeiro, bem como sua colaboração na construção de espaços coletivos para a cidade.	2016
4. Um entreato progressista na ocupação do espaço público na cidade de São Paulo	Examinar o período de transformação das políticas urbanas direcionadas a ocupação do espaço público na cidade de São Paulo, considerando os atores institucionais e sociais envolvidos nesse processo	2018
5. Urbanismo tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano: O caso do *Park(ing) Day* no Rio de Janeiro	Discutir as possibilidades de recuperação gradual do espaço público através de práticas do urbanismo tático.	2018
6. Participação ou autonomia? produção do espaço para emancipação política	Refletir a respeito dos fundamentos teóricos-críticos do conceito de participação na produção do espaço	2018

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Os resultados da busca por artigos científicos também apontam uma crescente produção sobre o tema das microintervenções urbanas, principalmente no ano de 2018. Os artigos estudados discutem sobre os temas da participação e engajamento popular nos projetos, além de tratar sobre questões políticas acerca da qualificação dos espaços públicos. A quantidade de publicações encontradas ainda é limitada e recente, o que demonstra a necessidade de ampliar as discussões a partir de diferentes abordagens.

1.3 Objetivos

O objetivo geral desse trabalho é compreender de que maneira as práticas de microintervenções urbanas colaborativas podem ser mais valorizadas e consolidadas como um processo legitimado de qualificação do espaço público, considerando o contexto dos municípios de Vila Velha e Vitória, estado do Espirito Santo.

Os seguintes objetivos específicos são necessários para atender ao objetivo geral desta pesquisa, compreendidos por:

a) Investigar, no âmbito da cidade contemporânea, o contexto socioeconômico e político que influencia as microintervenções urbanas colaborativas; a relação entre as pessoas e o espaço público; as características espaciais que conferem qualidade ao espaço urbano; e compreender o papel dessas táticas urbanas diante desses fatores.

b) Analisar o processo metodológico de planejamento, concepção e execução de práticas de microintervenções urbanas que tiveram a colaboração da sociedade civil, poder público e iniciativa privada, no contexto das cidades de Vila Velha e Vitória, afim de compreender e problematizar o papel dos atores sociais envolvidos e a viabilização dessas ações.

c) Sistematizar possíveis formas de incentivos e fomento de práticas de microintervenções urbanas colaborativas nos municípios de Vila Velha e Vitória.

1.4 Estratégias Metodológicas

Quanto à natureza a pesquisa pode ser classificada como aplicada, uma vez que visa gerar conteúdo para aplicação prática, orientada para a solução de um problema específico, que envolve interesses locais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Nesse sentido, as formas de incentivo às práticas alternativas de planejamento urbano poderão ser aplicadas para resolver o problema da falta de colaboração entre os atores envolvidos no processo de microintervenção.

De acordo com a classificação de Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa possui abordagem qualitativa, pois se preocupa em aprofundar a compreensão do objeto de estudo, que nesse caso são os processos colaborativos de intervenção urbana. A pesquisa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados (engajamento popular, colaboração, participação, desafios); e com a compreensão de processos e fenômenos (o envolvimento de atores sociais distintos em prol de um bem coletivo, por exemplo).

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva, pois busca maior aproximação com o problema abordado. A pesquisa considera aspectos variados para análise dos objetos estudados e envolve: a) levantamento bibliográfico, para fundamentar e aprofundar a discussão teórica; b) entrevistas, que auxiliam na compreensão do fenômeno e do processo estudado, bem como na descoberta de novas questões acerca do tema; e c) análise de casos de exemplarem que estimulem a compreensão, funcionando como parâmetros comparativos e modelos de crítica (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa envolve: I) pesquisa bibliográfica, com a construção da base teórica a partir da consulta de livros, teses, dissertações, artigos, guias e publicações em sites; II) pesquisa documental, a partir do estudo e análise de documentos conservados em arquivos de instituições e organizações, como fotografias, vídeos, atas, ofícios e relatórios; materiais que não receberam tratamento analítico; e III) estudo de caso: estudo aprofundado sobre os objetos em análise, de maneira que permita o amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002).

A seguir, a figura 1 ilustra um diagrama que resume a classificação metodológica da pesquisa, descrita acima, com base em Gil (2002) e Gerhardt e Silveira (2009).

Figura 1. Classificação do método da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

As atividades a serem desenvolvidas durante a pesquisa visam alcançar os objetivos propostas e dividem-se em três etapas metodológicas: 1) Levantamento Bibliográfico; 2) Estudo de Caso; e 3) Aplicação Prática.

Etapa 01: Levantamento Bibliográfico

Para alcançar o objetivo específico “a” (investigar o contexto socioeconômico; a relação entre pessoa e espaço; e o papel das intervenções urbanas colaborativas) foi realizada a revisão de bibliografias relacionadas aos temas: produção capitalista do espaço urbano, psicologia ambiental, dimensão humana do planejamento urbano e práticas alternativas de intervenção urbana; a fim de realizar uma reflexão sobre o estado da arte da produção de autores conceituados e novos pesquisadores dos estudos urbanos, que podem contribuir para a compreensão da mobilização social em prol da qualificação dos espaços públicos.

Destaca-se a produção dos autores: a) Harvey (2013; 2014) e Lefebvre (2001), sobre a produção capitalista do espaço urbano; b) Tuan (1980; 1983) e Certeau (1998), quanto as relações criadas a partir da experiência humana no espaço; c) Lynch (1997), Cullen (2008), Jacobs (2011) e Gehl (2015), sobre a qualidade espacial para acolhimento na escala humana; e d) Rosa (2011) e Cymbalista (2016), sobre as táticas urbanas, com foco na conceituação do urbanismo tático, apresentado por Lydon (2011), e do *Placemaking,* discutido pela PPS (*Project for Public Spaces*).

Etapa 02: Estudo de Caso

Para alcançar o objetivo específico “b” (analisar o processo metodológico de microintervenções urbanas que tiveram a colaboração da sociedade civil, poder público e iniciativa privada,) foi necessário identificar, no contexto dos municípios de Vila Velha e Vitória, as possíveis microintervenções a serem analisadas. Para tanto, foi necessário o contato com escritórios e organizações sociais envolvidas na realização desse tipo de ação, como o “Palete Parque[3]”, o “Cidade Quintal[4]” e a “Associação Ateliê de Ideias[5]”, que atuam, principalmente, na Grande Vitória.

A identificação das microintervenções seguiu alguns parâmetros pré-definidos que direcionaram as análises. Foram eles: a) o caráter permanente, cujo objetivo foi a transformação física de um espaço ocioso e subutilizada para gerar espaços de interação social; b) o envolvimento dos diferentes atores sociais no processo: poder

[3] Escritório composto por Arquitetos Urbanistas que intervém nos espaços públicos através de processos participativos; executa projetos de baixo custo; utiliza o palete como principal insumo.

[4] Escritório composto por Arquitetos e Designers realizando intervenções artísticas e atividades culturais, visando o estímulo da apropriação dos espaços urbanos.

[5] Organização social que promove o desenvolvimento socioespacial através do diálogo entre atores locais e parceiros, principalmente em áreas urbanas vulneráveis.

público, sociedade civil organizada e iniciativa privada; c) implantadas nos últimos três anos; d) em municípios diferentes (uma em Vila Velha e outra em Vitória), a fim de compreender as similaridades e diferenças na atuação do poder público municipal e suas secretarias. Desta forma, as microintervenções delimitadas como estudo de caso foram: 1) Espaço Multicultural, em Itapuã, Vila Velha – ES e 2) Oásis, em São Benedito, Vitória – ES, que serão justificadas e apresentadas na sessão 4.1 e 4.2, respectivamente.

Os principais parâmetros a serem analisados em cada uma dessas referências foram: a) o papel e a relevância dos atores sociais envolvidos nos processos; b) as etapas metodológicas que estruturaram as intervenções; c) o cronograma (tempo); d) e os principais desafios encontrados durante os processos de concepção e execução das propostas.

Para a análise dos dois processos de microintervenção foram interpretados os documentos e registros gerados a partir das oficinas e reuniões realizadas durante o a concepção e execução das microintervenções, tais como: atas; fotografias; relatórios, diários de campo e filmagens; disponibilizados pelos atores responsáveis pela condução do processo. Também foram realizadas entrevistas com cada um dos atores sociais envolvidos nos processos: poder público, iniciativa privada; e sociedade civil organizada; com o intuito de compreender o papel e o envolvimento destes no processo.

Destaca-se que no caso do “Espaço Multicultural”, microintervenção realizada em Itapuã, o processo foi contado com mais propriedade e riqueza de detalhes, refletindo algumas impressões pessoais da autora da pesquisa, uma vez que esta teve participação ativa e direta no processo de concepção dos projetos de intervenção – o que também facilitou o acesso as informações e resultados do processo desde a fase inicial até o produto final.

As entrevistas com o Poder Público e Iniciativa Privada foram realizadas pessoalmente com os responsáveis por cada setor envolvido, pois se entende que o contato direto com seus representantes é suficiente para responder as questões apontadas nessa pesquisa. Para compreender a visão da Sociedade Civil, buscou-se reunir-se com o Líder Comunitário de cada uma das regiões das microintervenções, entendendo que são representantes mais articulados nesse processo de contato com a comunidade local e parceiros das ações, além de terem propriedade para apresentar as opiniões comuns da população envolvida nos processos.

Para cada intervenção estudada buscou-se, primeiramente, investigar os atores públicos, privados e sociais envolvidos diretamente no processo, a fim de realizar a entrevista com o(s) indivíduo(s) competente(s). Estas informações foram apresentadas detalhadamente no capítulo 4, durante o processo de análise de cada etapa dos processos.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em horário e local previamente agendado com os representantes, tendo como base um roteiro com questões semiestruturadas que foram gravadas em áudio de aparelho celular, com permissão prévia dos participantes. As entrevistas somente foram realizadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (ANEXO A), onde os participantes foram informados sobre os riscos e benefícios de sua contribuição para a pesquisa.

A opção por esse tipo de técnica semi-estruturada se deu por entender que este modelo de entrevista proporciona maior liberdade ao sujeito entrevistado. No entanto, para cada categoria de sujeito entrevistado foi utilizado um roteiro especifico (Apêndices A, B, C) com tópicos relativos à questão estudada, para melhor enfoque da entrevista.

Destaca-se que ambos procedimentos metodológicos de coleta de opinião foram submetidos à aprovação do Comitê de Ética (CEP) da Universidade Vila Velha, no dia 19 de fevereiro de 2019. O parecer final de aprovação foi emitido no dia 08 de abril de 2019 (parecer ***nº 3.250.672***) e as coletas foram realizadas após a liberação do órgão mencionado.

Para análise dos dados obtidos através das entrevistas com o Poder Público, Iniciativa Privada e Organizações Sociais foram revisados os áudios das gravações, a fim de analisar as narrativas e discursos. Dessa forma, foram transcritos os trechos mais relevantes e de maiores contribuições para os objetivos da pesquisa. Ao final, as respostas dos diferentes atores sociais envolvidos foram analisadas e sintetizadas de modo a responder o problema de pesquisa, atingindo o objetivo geral do trabalho.

Etapa 03: Aplicação prática

Para alcançar o objetivo específico “c” (Sistematizar possíveis formas de incentivos e fomento de práticas de microintervenções urbanas colaborativas nos municípios de Vila Velha e Vitória) foi necessária a interpretação das entrevistas realizadas com os diferentes atores sociais envolvidos nos processos de

microintervenção urbana colaborativa no contexto dos municípios de Vila Velha e Vitória, para que, a partir das contribuições pudessem ser sistematizados os métodos de incentivo e fomento dessas ações.

O compartilhamento das diferentes visões possibilitou a estruturação de caminhos de facilitação dentro dos órgãos responsáveis e formas de articulação da própria comunidade local para iniciar os processos de microintervenção na cidade.

A sistematização das informações para facilitação e viabilização das microintervenções foram propostas em forma de infográficos de fácil leitura, acessíveis a qualquer tipo de público interessado em ativar e humanizar os espaços públicos da cidade.

1.5 Estrutura do Trabalho

Essa dissertação de Mestrado é um trabalho composto por cinco capítulos estruturantes. O primeiro capítulo, **“INTRODUÇÃO”**, é atribuído à apresentação do trabalho, bem como a contextualização do tema no cenário contemporâneo do urbanismo; sua relevância para a área da arquitetura e urbanismo e para a comunidade como um todo; além da justificativa da escolha do tema, e a afinidade da pesquisadora com o mesmo. Neste capítulo foram também apresentados o problema de pesquisa a ser respondido; os objetivos geral e específicos a serem alcançados; a metodologia aplicada durante a pesquisa e a descrição da estrutura do trabalho.

O segundo capítulo, **“DIMENSÃO HUMANA DAS CIDADES”**, reúne, em três subdivisões, a discussão teórica que fundamenta e contextualiza a prática das microintervenções urbanas colaborativas na cidade contemporânea através de três campos de estudo: político-econômico; sociológico; e planejamento urbano, com objetivo de compreender as causas e consequências da produção do espaço urbano no contexto da cidade contemporânea.

Na sessão 2.1, o direito à cidade é apontado como ponto chave na discussão que evidencia a produção capitalista do espaço (e seus desdobramentos) como uma das causas da falta de espaços urbanos qualificados para a vivência humana. Na sessão seguinte, busca-se compreender a relação entre pessoa e lugar na cidade contemporânea a partir do contexto de espaços genéricos resultantes da produção capitalista, evidenciando a importância das relações de vínculo e pertencimento ao local. A sessão 2.3 sugere uma discussão voltada para o planejamento urbano na

escala humana, a fim de qualificar os espaços da cidade de forma a acolher a experiências de seus usuários.

O terceiro capítulo **“PRÁTICAS CRIATIVAS DE INTERVENÇÃO”** foi destinado à explanação sobre as práticas de intervenções urbanas em pequena escala, que funcionam como ações alternativas ao planejamento urbano convencional. Dividido em três subcapítulos, buscou evidenciar o *Placemaking* e o Urbanismo Tático como principais movimentos. Destaca-se neste capítulo o papel dessas intervenções na concepção de espaços livres de uso público de qualidade e a importância dos atores fomentadores que tomam frente dessas ações, destacando a necessidade do trabalho colaborativo entre o poder público, a inciativa privada e a sociedade civil.

No quarto capítulo **“PROCESSOS COLABORATIVOS DE MICROINTERVENÇÃO URBANA”** foi apresentado o mapeamento que ilustra o panorama geral das intervenções físicas concebidas através da realização de processos colaborativos que contaram com a participação popular; financiamento, patrocínio e/ou parceria da iniciativa privada; envolvimento das prefeituras e secretarias municipais; e que foram realizadas nos municípios de Vila Velha e Vitória nos últimos 3 anos, a fim de contabilizar e entender a localização e características dessas intervenções.

Posteriormente, o capítulo subdivide-se em duas sessões, destinadas à análise dos processos de concepção, projeto e execução de duas microintervenções urbanas: uma localizada no município de Vitória (Oásis São Benedito); e uma localizada no município de Vila Velha (Espaço Multicultural, Itapuã). Os estudos de caso têm como objetivo compreender a relevância dos diferentes atores sociais para um processo colaborativo de transformação, além de compreender a importância para o contexto local.

No quinto capítulo **“INCENTIVO E FOMENTO DAS MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS”** discutem-se formas de se incentivar, fomentar e disseminar as práticas alternativas de microintervenção urbana, com intuito de consolidar o processo colaborativo como fundamental para se alcançar espaços coletivos de qualidade na cidade contemporânea. Além de apresentar os infográficos com a sistematização de orientações à realização das microintervenções urbanas colaborativas nos municípios de Vila Velha e Vitória.

2 DIMENSÃO HUMANA DAS CIDADES

Falar sobre a dimensão humana das cidades significa compreender o planejamento urbano que visa intervir na escala de quem vivencia a cidade por si só, ou seja, de quem experimenta a cidade com seu próprio corpo. Nessa discussão sobre a relação entre pessoa e lugar, e sobre as condições oferecidas pelas cidades para que essa experiência aconteça, envolve-se a importância dos sentidos humanos para apreciação de cada cenário produzido pela cidade na pequena escala; na escala humana.

De fato, o planejamento urbano vem sofrendo grandes transformações que alteram o modo como é vista a necessidade de se trabalhar com a dimensão humana das cidades. Desde a ascensão do planejamento urbano modernista, que abandonou os princípios da dimensão humana através da funcionalização e setorização das cidades; e desde que a cidade passou a ser um produto do capitalismo, onde os espaços de convivência e interação social passaram a ser espaços de consumo e interesses de mercado, a relação da cidade com seus usuários não é a mesma.

A partir da problemática da supressão dos espaços públicos decorrente, além dos fatores citados a cima, do rápido e crescente processo de urbanização, este capítulo, divido em três subitens, busca compreender as relações socioespaciais que se desenvolvem no contexto da cidade contemporânea. Além disso, busca compreender a interface desses fatores com o modelo político-econômico que prioriza interesses privados ao invés de atender as necessidades comuns da sociedade civil asseguradas pelo Direito à Cidade.

As questões discutidas nas próximas três sessões buscam contextualizar os antecedentes e as causas da ascensão de iniciativas de microintervenção urbana, tema principal desse trabalho. Essas intervenções, organizadas pela sociedade civil como alternativa encontrada para garantir o acesso aos espaços públicos e o desenvolvimento de atividades que os moldem como comunidade pertencente ao lugar onde habitam, são consequência de um longo processo de transformação social, político e econômico que será discutido a seguir através de uma revisão de bibliografias.

2.1 O direito à cidade no contexto do neoliberalismo

Esta sessão da pesquisa é dedicada a entender o papel desempenhado pelo discurso do direito à cidade aplicado no contexto de um modelo político-econômico que rege as cidades contemporâneas, o Neoliberalismo, apontando para uma redução nos investimentos direcionados aos interesses comuns da sociedade civil. Busca-se também explanar as causas e consequências da reprodução desse modelo, seu reflexo e transformações socioespaciais nas cidades.

Vale ressaltar que as discussões apresentadas nesse capítulo sobre o contexto neoliberal no planejamento das cidades trazem como principais referências autores europeus. Isso devido à falta de referencial teórico sobre o neoliberalismo no contexto brasileiro, no qual a pesquisa se aplica. Entende-se que existe uma diferença estrutural e histórica no contexto brasileiro, uma vez que o neoliberalismo está diretamente relacionado ao colonialismo.

Segundo Souza (2018) para compreender a dinâmica social, política e econômica que acontece atualmente na cidade contemporânea é importante abordar os temas da globalização financeira e do urbanismo neoliberal. Esses dois processos, segundo a autora, alteram consideravelmente a estrutura das cidades e a relação de acessibilidade público-privada dos espaços urbanos. Souza (2018) acrescenta que o tema tem refletido diretamente na conquista social pelo direito à cidade, à medida em que se geram tensões e enfrentamentos pela busca do bem-estar coletivo.

De acordo com Kogan (2016) o desenvolvimento capitalista da cidade contemporânea encontra-se num estágio avançado a ponto de o Estado não conseguir gerir seus serviços e bens públicos, reduzindo os gastos com sua operação e manutenção. Os espaços públicos são diretamente afetados com essa crise de governança induzida pelo neoliberalismo[6], onde o Estado se ausenta de suas responsabilidades e potencializa as estratégias de privatização dos bens públicos. As intervenções táticas realizadas pela sociedade civil assumem, dessa forma, a responsabilidade pela qualificação do espaço comum.

Paiva (2017) acrescenta ainda que o discurso neoliberal, marcado pela incapacidade do poder público de estabelecer uma agenda de crescimento econômico e desenvolvimento social desvinculada de ganhos pessoais e luta pelo poder, está

[6] Modelo político-econômico que induz a “participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas públicas” (VAINER, 2000, p.88)

muito vinculado às desigualdades sociais promovidas pelo mercado. Dessa forma, esse modelo político-econômico “tem no âmbito coletivo reflexos negativos para a cidade e em particular a perda de qualidade de vida das pessoas” (PAIVA, 2017, s.p). As desigualdades e problemas socias são potencializados a medida em que são tratados de forma homogênea, devido a falta de reconhecimento da cidade como um sistema heterogêneo.

O discurso de Paiva (2017), transcrito a seguir, introduz o que será discutido no decorrer deste capítulo de acordo com as referências dos estudos realizados por Harvey (2013; 2014) e Lefebvre (2001), apresentando, assim, um panorama geral sobre a interferência do urbanismo neoliberal sobre o espaço comum urbano:

> Na escala urbana, o urbanismo neoliberal funciona como um indutor de desenvolvimento do mercado imobiliário, orientando a política urbana para estender a lógica dos espaços privados ao tecido social urbano nos mesmos moldes e mecanismos de consumo do mercado, coordenando a vida coletiva da cidade através da óptica do mercado consumidor, promovendo o fechamento de espaços urbanos que não atendem à lógica da iniciativa privada, onde tudo tem um preço e é preciso obter lucro, indicadores e índices estatísticos. Por essa perspectiva, os espaços urbanos tendem a perder sua função de áreas de permanência e convívio, os usos coletivos são sistematicamente proibidos ou negociados e muitas vezes nem sequer são toleráveis, as parcerias com empresas são sempre através de contrapartidas de exposição de marca, tratando cidadãos como consumidores – que já não se reconhecem como membros da coletividade, desconhecem seu direito à cidade e a importância dos espaços públicos na integração social e no funcionamento saudável das cidades (PAIVA, 2017, s.p)

É nesse contexto em que se busca trabalhar o tema das microintervenções urbanas colaborativas trazidas nesta pesquisa. Com este capítulo busca-se também responder algumas perguntas fundamentais para compreender os fatores que influenciam na reprodução desse modelo de cidade, como: a) de que forma o neoliberalismo afeta a evolução das cidades? b) o que as microintervenções tem a ver com o neoliberalismo e com o direito à cidade?

Vale iniciar essa discussão apresentando rapidamente o que seria essa cidade, ou urbanismo, neoliberal, numa visão mais atual. De acordo com os estudos de Brenner (2016) o urbanismo neoliberal se instala num contexto de cidades que têm um rápido crescimento populacional; que se desenvolvem com grande polarização social; e que proliferam desastres ambientais e a alienação popular. O urbanismo neoliberal vem promovendo mudanças no perfil das urbanizações contemporâneas a medida em que direciona os investimentos para uma pequena parcela da sociedade civil – a elite. Uma forte característica desse modelo é a mercantilização do tecido

social urbano, onde a vida coletiva da cidade é coordenada pelas relações de mercado, ou seja, o direito à cidade é abafado.

Seguindo essa discussão sobre a alienação popular citada a cima, Jacques e Britto (2010) afirmam que isso é reflexo de uma cidade capitalista. O aumento do consumismo, individualismo e competitividade sem regra também são características estimuladas por essa cidade que sofre com o processo de globalização da economia. Segundo Lefebvre (2001), esse capitalismo, que transforma as relações urbanas, aprofunda, intensifica e generaliza o processo de mercantilização da vida pública, onde o valor de troca é característica fundamental da produção do espaço urbano.

A globalização, que afeta com grande intensidade a cidade contemporânea, de acordo com Santos (2011), generaliza e coisifica ideologias que estabelecem um discurso único sobre a produção econômica e social das cidades. A globalização é o pontapé inicial para o neoliberalismo. É a partir dela que o mundo se torna fluido, e que as fronteiras entre os territórios do mundo deixam de ser rígidas – princípio da porosidade –, enfraquecendo o poder dos Estados nacionais.

Ainda de acordo com Santos (2011) os aliados da globalização precisam que o Estado seja flexível aos seus interesses, e que, consequentemente, se omita aos interesses da sociedade civil. Os atores do mercado global não estão preocupados com a ética social; instigam a competitividade, o individualismo; e tem controle sobre o poder público; e assim a política agora é feita pelas empresas, no mercado. Por fim, na globalização, o Estado altera as regras do jogo de acordo com as influências externas advindas da competitividade entre as empresas, fornecendo condições favoráveis àquelas mais dotadas de poder.

Nesse contexto de produção neoliberal do espaço, e entrando na discussão sobre o direito à cidade, Lefebvre (2001) afirma que esse direito é um apelo; uma exigência à vida urbana. É um direito concreto que complementa os direitos abstratos do cidadão – como o direito à educação, ao trabalho, à saúde, etc. –, sendo consolidado através de lutas revolucionárias e pressão de massas. O direito à cidade se manifesta também como direito à liberdade; à socialização; à apropriação; ao habitar. A luta pelos direitos vem sempre de uma relação entre a sociedade e a dominação de poderes, que marcam as cidades com problemas de oposição, como: o valor de uso *versus* o valor de troca – espaços de sociabilização x consumo.

A cidade-produto da globalização e do neoliberalismo vêm exatamente como um confronto a esse direito à cidade. De acordo com Vainer (2000) a cidade

contemporânea é constituída por três analogias: 1) a cidade é uma mercadoria; 2) a cidade é uma empresa; 3) a cidade é uma pátria, o que transparece a influência direta dos interesses empresarias globalizados sobre as cidades. Com essas três constituições da cidade entende-se que esta é concebida como uma empresa privada, e que os elementos que conduzem seu desenvolvimento são a produtividade, a competitividade e a subordinação à lógica do mercado.

Para Vainer (2000), instaurar a cidade como uma empresa significa negá-la radicalmente enquanto espaço político (*pólis*). A cidade passa a ter o mercado como horizonte, e agir estrategicamente de acordo com as regras impostas por ele. A partir do momento em que a cidade é transformada numa coisa a ser vendida e comprada, passa a ser uma mercadoria destinada ao capital internacional e aos visitantes, e não cumpre mais sua função tradicional de promover interações entre seus pertencentes.

Essa função tradicional da cidade, segundo Harvey (2014), foi apagada pelo desenvolvimento capitalista descontrolado. A urbanização capitalista é responsável por acabar, gradativamente, com a cidade que antes era representada como um comum social, através da soberania dos interesses privados. Harvey (2013) explica esse processo como uma urbanização global, que transformou a escala de intervenção na cidade. O que o autor chama de escala global trouxe como mudança o estilo de vida nas cidades: a qualidade de vida passou a ser mercadoria e os espaços da cidade viraram fragmentos fortificados mantidos sob vigilância – *shoppings center*; condomínios fechados.

Harvey (2014) afirma que a cidade, local de encontro e interação criativa, é confrontada pelo neoliberalismo, e passa a ser um ambiente de consenso. É nesse contexto que o direito à cidade passa a ser controlado por interesses privados de uma pequena elite política e econômica que é capaz de moldar a cidade segundo suas necessidades. Destaca-se aqui a importância da retomada desse direito, que segundo o autor, é um direito coletivo de reinventar a cidade de acordo com os desejos de quem habita. Em Harvey (2013) discute-se o negligenciamento desse direito, que é apresentado como o direito humano mais precioso, e a importância de sabermos que tipo de cidade queremos, associando os vínculos sociais, a relação com a natureza e o estilo de vida em meio urbano.

O direito à cidade, segundo Harvey (2013), é o direito à vida urbana; é o direito que os cidadãos têm de transformar a cidade de acordo com suas vontades, desejos e necessidades coletivas – contrariamente ao individualismo pregado pelo

neoliberalismo –; um direito que não é abstrato, e sim inerente às práticas diárias. Quando esse assunto é discutido fala-se em solidariedade social, a medida em que o direito à cidade demanda um esforço coletivo para se alcançar a formação de direitos políticos coletivos.

Essa solidariedade social, segundo Harvey (2013) foi substituída pelas regras do jogo político neoliberal. As desigualdades sociais foram enfatizadas; o poder de classe foi restaurado; e as instituições democráticas foram substituídas pelas parcerias público-privadas. Resumidamente, o neoliberalismo, com seus princípios de racionalização, funcionalização e generalização, aprofundou os problemas socioeconômicos que as cidades desenvolveram ao decorrer de um processo de industrialização e urbanização excludente – tais quais a informalidade; violência urbana; precariedade dos serviços públicos, etc.

A ação da sociedade civil sobre a luta pela retomada do espaço urbano, que é seu por direito, segundo Harvey (2013), deve vir através de mobilizações, debates e discussões diárias. Imaginar uma cidade mais inclusiva; a criação de novos espaços urbanos comuns; a participação democrática, são meios para reverter as transformações causadas pelo neoliberalismo. Nesse sentido, vale trazer para a discussão a temática abordada em dois documentos, – “Carta Mundial pelo Direito à Cidade” e “Nova Agenda Urbana” – a fim de entender o que tem sido produzido a respeito da busca pelo direito à cidade.

A Carta Mundial pelo Direito à Cidade é um documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico[7] de 2006, sendo um “instrumento dirigido ao fortalecimento dos processos, reivindicações e lutas urbanas” (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2006, p. 2). O documento foi produzido por um conjunto de movimentos populares, ONG’s, fóruns nacionais e internacionais da sociedade civil, e assume o desafio de promover cidades mais sustentáveis, justas, democráticas e humanas.

Esse documento é discutido a partir de um cenário de crescimento na taxa de urbanização e de implementação de um modelo de desenvolvimento segregacionista e privatizador que torna as cidades vulneráveis e incapazes de oferecer condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. Esse contexto de injustiça social favoreceu o surgimento de lutas urbanas que tentam produzir mudanças no modelo

[7] A edição de 2006 aconteceu de forma descentralizada em três cidades do mundo: Bambako (Mali, África), Caracas (Venezuela, América) e Karachi (Paquistão, Ásia).

vigente. Dessa forma, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006) estabelece alguns compromissos e medidas que a sociedade civil e os governos precisam assumir para promover a dignidade da vida urbana.

Segundo a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2006), as cidades precisam oferecer espaços que assegurem essa dignidade e o bem-estar coletivo em condições de igualdade, equidade e justiça social. Com isso, o interesse social, cultural e ambiental deve ser sempre priorizado, tanto na utilização dos espaços públicos como dos privados – e não ceder aos interesses especulativos. O direito à cidade é definido nesse documento como o:

> usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. Inclui todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2006, p. 3)

A implementação dos direitos previstos nessa carta é de responsabilidade dos organismos governamentais, e destaca-se a importância da participação da sociedade civil no processo, principalmente no que diz respeito ao monitoramento do cumprimento das exigências. Com esse documento buscou-se consagrar o direito à cidade como um direito humano fundamental, e afirmar que é possível, construir um mundo melhor (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2006).

Elaborada dez anos após a publicação da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, a Nova Agenda Urbana (2016) foi adotada na Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), que aconteceu em Quito, no Equador. A Conferência teve participação de governos, organizações da sociedade civil, representantes do setor privado, comunidade científica e acadêmica, e outros atores relevantes, que, juntos, produziram o documento com objetivo de reafirmar o comprometimento global para com o desenvolvimento urbano sustentável nos próximos 20 anos.

A Nova Agenda Urbana (2016) tem a visão compartilhada de uma cidade para todos a partir de usos igualitários, inclusivos, seguros, saudáveis e acessíveis, que fomentam a prosperidade e a qualidade de vida. Dentre algumas visualizações para o desenvolvimento dessa sustentabilidade e resiliência, destaca-se, no contexto deste trabalho, a expectativa de que as cidades e os assentamentos humanos:

> Sejam participativos; promovam engajamento civil; engendrem sentimentos de pertença e apropriação entre todos os seus habitantes; priorizem espaços

> públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados a famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política de forma adequada, e propiciem coesão social, inclusão e segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes são satisfeitas, reconhecendo-se as necessidades específicas daqueles em situações vulneráveis (NOVA AGENDA URBANA, 2016).

Essa visão coletiva e o compromisso de oportunizar a melhoria na qualidade urbana vem a partir do reconhecimento da necessidade de se produzir espaços mais democráticos para toda a população. De fato, as transformações propostas pela Nova Agenda Urbana (2016) demandam um conjunto favorável de políticas e programas de governo, e efetivos meios de implementação, presando pelo planejamento participativo do desenvolvimento urbano.

Os dois documentos, apresentados brevemente como resposta às lutas dos movimentos sociais pelo direito à cidade, são importantes instrumentos de condução do desenvolvimento urbano que foram produzidos através de uma cadeia de colaboração entre diferentes atores sociais. Essas produções simbolizam a busca efetiva pela reconquista das cidades como espaço de sociabilização, interação e apropriação humana, e refletem a importância de centralizar reinvindicações comuns e consistentes pelo direito à cidade frente ao modelo de desenvolvimento neoliberal.

A partir das discussões levantadas neste capítulo foi possível entender a conexão entre o processo de neoliberalização e as transformações sociopolíticas e econômicas que impactam no estilo de vida urbana. Fatores como a globalização, o neoliberalismo e o capitalismo são decisivos para o processo de urbanização que reproduz cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito, onde os problemas sociais são reforçados e tomam proporções que caracterizam a crise das cidades.

Nesse contexto de crise da vida urbana marcada pela falta de controle estatal sobre os bens públicos e interesses comuns, a sociedade civil – e suas diversas formas de organização – tem, como alternativa, a iniciativa de intervir no espaço urbano que é seu por direito, para tentar subverter as imposições advindas do urbanismo neoliberal. A demanda coletiva pela qualificação desses espaços deve prezar pelas parcerias públicas, uma vez que o Estado não deve se eximir de sua responsabilidade sobre o bem-estar urbano. Dessa forma, é importante que a transformação do espaço venha a partir de uma colaboração entre os diferentes atores sociais que, através da participação efetiva, promovem um desenvolvimento urbano sustentável.

2.2 A relação entre pessoa e lugar na cidade Contemporânea

A cidade contemporânea, como visto na sessão anterior, sofre processos que, motivados principalmente pelo capitalismo e pela globalização, modificam a relação das pessoas com os espaços urbanos que as rodeiam. O individualismo, pregado pelo neoliberalismo, acaba por afetar as interações e as sociabilidades antes promovidas pelos espaços públicos – que agora tornaram-se espaço meramente de consumo –, e que atualmente sofre um processo de privatização das experiências urbanas coletivas.

A estrutura das cidades passa por uma transformação e remodelação nos conceitos dos espaços coletivos, levando em consideração a racionalização e a funcionalização que reproduz modelos genéricos e padronizados. Essa realidade vem de encontro a mercantilização da cidade, onde o mercado imobiliário conduz os processos de intervenção, direcionando a construção de espaços que não estão preocupados com o contexto, história ou cultura, mas sim com a lucratividade dos empreendimentos.

De acordo com Lefebvre (2001) a cidade se transforma e depende, dentre muitos fatores – sociais, econômicos e políticos –, das relações diretas entre as pessoas e os grupos que compõem a sociedade, e seus espaços de interação. A cidade é a projeção da sociedade sobre um local, e se manifesta duplamente através de seus aspectos materiais (ou físicos) e sociais. Daí a importância da produção de espaços que sustentem essa interação entre os diferentes grupos sociais, e abriguem a complexidade dessas relações.

Nesse aspecto Harvey (2014) afirma que a cidade é um lugar de mistura de classes que produz a vida em comum. Ainda que essa relação entre os diferentes seja conflituosa e mutável, a cidade precisa estar apta a receber essas práticas, seja em espaços com controle social ou não. O que realmente importante é a possibilidade de apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos públicos-estatais, e que estes se deem de forma equilibrada e consensual.

Lefebvre (2001) acrescenta ainda que o ser humano possui necessidades antropológicas e específicas que precisam de um lugar para serem desenvolvidas. Às necessidades antropológicas como ver e ouvir – percepções –, são somadas necessidades específicas de desempenhar atividades e de obter informações que representam manifestações necessárias para a vida urbana. A partir disso, é

importante a existência de lugares qualificados, de troca, de encontro, que acolham as diversidades de necessidades.

Sobre o **comum** – a vida em comum –, Harvey (2014) propõe que seja entendido como uma relação social – instável e maleável – entre um grupo, sendo este movido por aspectos sociais e físicos que são vistos como cruciais para sua existência. A relação desse grupo com o espaço urbano se dá de forma coletiva, ou seja, comum. Somado a isso, vemos o conceito de comum trazido por Hardt e Negri (2005, p. 266) que "baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção".

O comum discutido por Hardt e Negri (2005) é produção, mas também é produto. É uma relação em espiral, que depende do meio e da multidão. Os próprios autores buscam compreender esse conceito de comum através do conceito de hábito, que pode ser compreendido como:

> o comum na prática: o comum que estamos constantemente produzindo e o comum que serve de base para nossos atos. (...) São produzidos e reproduzidos em interação e comunicação com os outros. (...) Os hábitos, a conduta e a subjetividade individuais só se manifestam com base na conduta social, na comunicação, no agir em comum (HARDT e NEGRI, 2005, p. 257).

Esses hábitos constituem a natureza social do homem, o comum, que, segundo Hardt e Negri (2005) tem, atualmente, seu espaço reduzido por um modelo econômico-político que oculta as noções e limites entre público e privado. O neoliberalismo é responsável por privatizar – no sentido de dar o poder de posse individual – o que é público – que é controlado pelo Estado, mas que deveria ser de posse comum.

Hardt e Negri (2005) trazem forte crítica a essa desconstrução do sentido de comum advinda do processo de privatização, e discutem a importância da luta dos movimentos sociais – multidão – pela reconquista dos direitos coletivos. O interesse comum não deve ser controlado pelo Estado, mas sim gerido democraticamente pela multidão, tornando-se assim **comum.**

As microintervenções urbanas colaborativas, elemento central das discussões propostas neste trabalho, são práticas movidas por esse conceito de comum, movidos pela comunicação, pela colaboração e pela apropriação do espaço coletivo de direito. São movimentos que entendem a necessidade de encarar esse regime neoliberal que privatiza os bens e serviços públicos, e de buscar seu direito na constituição de espaços comuns de interação e sociabilização.

A relação entre pessoa e ambiente traz como desafio principal a compreensão dos conceitos de **espaço** e **lugar** – e suas diferenças –, e como se dá essa vivência e experiência no contexto urbano a partir dessas duas dimensões do ambiente. Temas como a Topofilia, a afetividade, o vínculo ao lugar, o apego, a identidade e a apropriação são importantes nessa discussão, a medida em que são responsáveis por qualificar e dar intensidade a essas relações humanas e espaciais, facilitando a compreensão da importância dessa discussão para a dinâmica urbana.

De acordo com Cavalcante e Elali (2011) o **espaço** é uma dimensão neutra que não possui significado, onde destaca-se o aspecto físico do ambiente. Esse termo refere-se a uma área geométrica, concreta e delimitada, – bem definida fisicamente – que funciona como um receptáculo passivo de objetos (elementos) e percepções (pessoas). É uma superfície que comporta qualquer coisa e qualquer ser, que permite deslocamentos ou qualquer outro movimento exercido pelo ser humano.

Essa relação de movimento já havia sido discutida anteriormente por Certeau (1998), o qual afirma que existe espaço quando existem vetores de direção, velocidade e tempo. Assim como Tuan (1983) já havia levantado a hipótese de que, apesar de serem demarcados e controlados – ou delimitados como citam Cavalcante e Elali (2011) –, os espaços são estruturas de características mais abstratas.

As ideias de espaço e lugar precisam uma da outra para serem compreendidas. Para Tuan (1983), **lugar** é um espaço que ganhou significado. A cidade, por exemplo, é um centro de significados e símbolos, portanto, um lugar. O sentido de lugar é necessariamente estático; lugar é uma pausa no movimento, e é essa pausa que permite o reconhecimento do valor de uma localidade. Quando o espaço indiferenciado passa a ser conhecido e dotado de valor – passa a ser familiar –, torna-se lugar.

Certeau (1998) afirma que lugar indica estabilidade; e o espaço é um lugar praticado. A rua, por exemplo, é uma estrutura geométrica definida por urbanistas, que, ao ser ocupada pelos pedestres, torna-se um espaço. Santos (2001) afirma que o lugar é um espaço vivido e de experiência renovada. E Cavalcante e Elali (2011) acrescentam que lugar não possui limites definidos por se referir aos sentidos que os usuários atribuem ao espaço, sendo assim um espaço com o qual se estabelece alguma relação. É essa relação que permite sua transformação em lugar. A partir da atribuição de significado o espaço ganha valor e torna-se lugar ao acolher a vivência do usuário.

A partir desses conceitos de espaço e lugar é possível discutir as vivências e apropriações que acontecem nos espaços da cidade, a fim de entender as relações de identificação e apego ao lugar. Tuan (1983) afirma que o ser humano precisa de espaços e lugares para experienciar sua existência; e de acordo com Cavalcante e Elali (2011, p. 144):

> Nós, seres humanos, somos seres espaciais. Usamos o espaço ao nos relacionarmos uns com os outros e também estabelecemos relações especificas com o ambiente. Nossas interrelações no espaço refletem o ânimo afetivo, o *status* das pessoas envolvidas e a natureza da interação social pretendida/obtida, correspondendo ao que entendemos como comportamento socioespacial humano.

Vale ressaltar que, segundo Tuan (1983), as experiências humanas variam de acordo com as diferentes maneiras de construir a realidade; seja a partir dos diferentes sentidos como o olfato, paladar e tato; através de percepções visuais e simbólicas; ou a partir das emoções pessoais. A experiência é a capacidade de aprender a partir da vivência num determinado espaço.

Um dos principais conceitos acerca dessa temática, discutido por Tuan (1980), é o de Topofilia, sendo este o elo afetivo decorrente dessa relação entre pessoa e ambiente. É uma experiência pessoal que pode ser um prazer efêmero; um sentimento; uma resposta estética ou tátil; onde o ambiente é percebido como um símbolo. Varia em forma, amplitude emocional e intensidade, podendo, por exemplo, transmitir a sensação de orgulho, posse ou criação.

Dessa forma discute-se a afeição e o envolvimento emocional da pessoa por um lugar. Tuan (1983) afirma que sentir – ou conhecer – um lugar leva tempo; depende dessas experiências repetidas diariamente. Com o tempo o lugar torna-se familiar, através dos sons, cheiros e ritmos que ele desperta. A afeição por um lugar depende das pausas e intensidades e não é adquirida por seres meramente passantes no espaço.

O apego ao lugar, nos estudos de Cavalcante e Elali (2011), aparece associado aos significados simbólicos e afetivos compreendidos pelos indivíduos e seus grupos; e é visto como um vínculo positivo. O contrário disso seria um sentimento negativo de repulsa ao lugar. Aliado a esse conceito fala-se também de pertencimento ao lugar; que vai da capacidade do homem de se apropriar, se vincular e se enraizar a um determinado lugar.

A apropriação, de acordo com Cavalcante e Elali (2011) é um processo de interação entre o sujeito e seu entorno, onde o ser humano faz do espaço um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar familiar de seu domínio:

> A apropriação por identificação compreende processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos que transformam o espaço em lugar reconhecível e pleno de significado para o sujeito ou grupo social. É importante ressaltar que a apropriação exige uma confirmação continua, pois, ao abandonar suas conquistas, o sujeito corre o risco de sofrer desapropriação, consequência comum nos espaços públicos, seja porque a pessoa não é reconhecida em sua ocupação, seja porque os espaços não correspondem às suas aspirações (CAVALCANTE E ELALI, 2011, p. 66).

Esse lugar apropriado é impresso de marcas e referências que constroem a noção de identidade. A identidade de lugar se dá a partir das vivências humanas e suas vinculações. É construída a partir dessa interação entre o indivíduo e seu entorno, e está relacionada às percepções; cognições; vínculos emocionais e pertencimento (CAVALCANTE E ELALI, 2011).

Trazendo as reflexões de Tuan (1980, 1983) para a contemporaneidade vemos que o homem atual tem dificuldade de se relacionar com os espaços públicos e criar raízes, a medida em que sua grande movimentação pelos espaços não permite grandes experiências e a apreciação – que só pode ser alcançada através das pausas. No passado o ritmo da vida urbana era mais lento, e tinha-se o envolvimento suave e inconsciente com o espaço, o que falta na sociedade contemporânea onde essa relação com o espaço é superficial.

Isso é também reflexo da produção contemporânea dos espaços públicos que criam não-lugares, descritos por Augé (1994, p. 73) como “espaços que não são em si lugares antropológicos e que não integram os lugares antigos classificados como lugares de memória”. São espaços que não criam identidade; refletem solidão; representam o mundo de consumo e transformam-se em palco para espetáculos. São espaços com grande poder de atração, mas que não despertam nenhum tipo de experiência afetiva pois seus usuários estão apenas de passagem.

Essa característica de passagem também é frisada por Sennett (2014), ao afirmar que os espaços públicos se tornaram uma derivação do movimento. Segundo Bauman (2011), esses espaços, destinados aos consumidores, fomentam a ação e não a interação. São espaços vazios, tomados pela simplificação, que desestimulam a apropriação e o domínio. Certeau (1998), ao falar em não-lugar, trata como uma qualidade negativa do lugar; é o oposto de lugar; e prefere descrever como uma ausência do lugar em si mesmo.

Aliada aos conceitos de não-lugares temos o conceito de cidade genérica, que, assim como estes, segundo Koolhaas (2014), é uma estrutura superficial, estática, e sem história; onde pode-se criar uma identidade diferente a cada amanhecer do dia. É uma cidade de sensações tênues, rasas, escassas e distantes; e sua principal característica é a liberdade estética – tanto da arquitetura quanto do desenho urbano – que não cria referências. É uma condição vazia e escassa de sentido e simbologias; uma fusão de público e privado que cria um mosaico desconexo; uma repetição de uma estrutura simplificada.

Bauman (2001), desde a modernidade, já alertava sobre a necessidade de defender o domínio público que passa por esse momento de esvaziamento de significado, e consequentemente, de pessoas; e assim, deixa de desempenhar sua função tradicional de lugar de encontro e diálogo sobre questões públicas e até mesmo problemas privados. Sennett (2014) afirma que essa morte do espaço público é responsável pela introversão da vida urbana, onde as pessoas passam a procurar territórios íntimos e privados para se relacionarem, e acabam por perder a essência coletiva de compartilhamento de experiências.

Os espaços genéricos de consumo, segundo Bauman (2001), forjam a ideia de comunidade; não havendo empatia pelas lutas e causas coletivas. Os princípios da atual produção de espaços é o descompromisso e a fuga, apontando para uma invisibilidade. Dessa maneira, segundo o autor, a noção de comunidade, no sentido de encontro de semelhantes, passa a ser uma utopia de uma boa sociedade, de uma vida compartilhada, e de boas regras de convívio.

O resgate da cidade como local de interação é necessário a medida em que, segundo Sennett (2014) é onde revela-se a personalidade e as qualidades dos grupos sociais que compõe a sociedade. A cidade é o espaço da autenticação e validação dos direitos humanos, e por isso a necessidade de valorizar a experiência, vivência e interação em meio urbano.

Vale ressaltar que, no contexto das microintervenções urbanas, as questões tratadas nesta sessão, onde discute-se o pertencimento, o vínculo, o apego ao lugar, a identidade e a apropriação, são importantes indicadores a serem considerados no processo de concepção dos projetos de intervenção no espaço público. A população, seja ela moradora ou itinerante, tem suas relações de afeto com o espaço que usufrui e vivencia, e dessa forma, anseia por espaços que acolham suas sensações.

2.3 A busca pela humanização do espaço urbano.

As discussões levantadas nas duas sessões anteriores (2.1 e 2.2) trataram sobre a produção capitalista dos espaços públicos, principalmente quanto aos aspectos socioeconômicos e políticos que transformam a evolução das cidades; e as relações entre pessoa e lugar, de vínculo e pertencimento, que são afetadas pela reprodução desses espaços públicos genéricos. Estas discussões trouxeram importantes antecedentes para contextualizar, e melhor compreender, a busca pela humanização das cidades – sobretudo dos espaços públicos na pequena escala.

A partir dessas discussões, busca-se, nesta sessão, compreender as características – ou qualidades –, físicas e espaciais e os principais elementos que as cidades precisam oferecer para que seus habitantes e usuários sintam-se acolhidos pelos espaços públicos, a partir das discussões levantadas por autores como: Lynch (1997); Cullen (2008); Nygaard (2010); Jacobs (2011); Gehl (2015); Aguiar (2012); Netto (2012); e outros.

A cidade, segundo Mongin (2009) é um lugar praticado, que caracteriza a condição urbana ativa. Ela deve produzir espaços qualificados, que permitam experiências e participação aos seus usuários. Cullen (2008) também já falava sobre a necessidade dessa participação, e ressalta a afetividade com os espaços urbanos como um ponto importante para a vivência em comunidade e bem-estar social.

Para iniciar as discussões sobre essa temática viu-se a necessidade, primeiramente, de compreender o conceito de **Urbanidade.** Apesar de ser um conceito complexo e multifacetado, que é estudado por diferentes campos como a sociologia, a filosofia, o urbanismo – e compreendido de diferentes maneiras por cada um deles –, vale apresentar o que se compreende na visão de alguns autores.

Aguiar (2012) ao fazer uma exploração teórica a cerca desse tema, buscou compreendê-lo como uma característica típica da cidade. O autor trabalha o tema a partir do senso comum, no qual o conceito é compreendido como um conjunto de qualidades que caracterizam a cidade; e a partir do sentido figurado, referindo-se a atributos como cortesia e delicadeza. Dessa forma, o conceito é definido como um caráter urbano que acolhe com civilidade. O conceito diz respeito ao acolhimento oferecido pelos espaços públicos, ou seja, quão hospitaleira a cidade é, sugerindo um entendimento da cidade como espaço de compartilhamento, coletividade e convivência.

Segundo Aguiar (2012) o conceito de Urbanidade tem como influência direta os estudos realizados por autores como Jane Jacobs e Kevin Lynch, que serão discutidos mais à frente. Para Aguiar (2012), o trabalho de Jane Jacobs parece identificar alguns princípios básicos da urbanidade a medida em que articula as qualidades do espaço arquitetônico e urbano na escala local e global. Kevin Lynch também é responsável por agregar elementos ao conceito uma vez que propõe um modo mais prazeroso de apreciar a cidade, a partir das sequências espaciais.

Netto (2012) tenta fugir do senso comum ao tratar a Urbanidade como experiência de espacialidades e ambientes, tomando como subsidio a filosofia, que, segundo o autor, é uma área capaz de capturar essa percepção mais profundamente. A aproximação teórica entre a filosofia e a abordagem urbanística permitiu ao autor compreender que o homem tem sua experiência urbana mediada pela cidade; a estrutura sensorial, as ações e as interações entre diferentes indivíduos são ancoradas num determinado espaço. Esse espaço pode oferecer diferentes arranjos, ou seja, podem existir vários tipos de Urbanidade.

Essas possibilidades espaciais que a cidade pode oferecer, segundo Nygaard (2010), é composta por elementos materiais (naturais ou construídos), e imateriais (simbologias e valores), e são responsáveis por promover diferentes formas de uso e ocupação do espaço. Essa interação entre a sociedade e o espaço acontece de forma espontânea quando este possui significado, permitindo intensidade nas experiências urbanas. Segundo o autor, uma boa relação socioespacial constrói vínculos, e contribui na consolidação da urbanidade e qualificação da vivência na cidade.

Nygaard (2010) visualiza alguns elementos urbanos importantes na construção da urbanidade. Segundo o autor a qualidade da interação socioespacial depende de elementos como infraestrutura, localização, dimensões, mobiliários, equipamentos, elementos naturais, segurança; e sem estes, as condições para uma boa experiência urbana é prejudicada. O autor destaca que a existência desses elementos não é suficiente para que as pessoas se reconheçam no espaço, por isso a importância do planejamento de atividades sociais e culturais que facilitem o convívio público.

Jacobs (2011) também ressalta essa necessidade da animação dos espaços. A autora afirma que a existência de espaços livres na cidade não garante sua utilização, e o sucesso deste depende bastante das condicionantes de seu entorno. Dessa forma, é importante que exista uma boa variedade e diversidade de usos, pessoas e horários, para que haja um bom desempenho social e econômico das cidades.

Para Jacobs (2011) as cidades, naturalmente, já são geradoras dessa diversidade, a medida em que abrigam muitas pessoas que manifestam diferentes habilidades e necessidades diariamente. Sendo assim, é necessário abrigar essa diversidade numa estrutura complexa de combinação de usos e atividades. A mistura de pessoas, segundo Jacobs (2011) é um importante meio de se preservar a diversidade que a cidade tanto precisa.

Sobre a humanização das cidades e a qualidade da experiência humana em meio urbano, Cullen (2008) traz uma série de elementos, morfológicos e paisagísticos, que compõe um cenário agradável para essa vivência. Uma qualidade da cidade apontada pelo autor como fundamental é a complexidade, por ser um meio estimulante de cativar o olhar do usuário. Segundo Cullen (2008) a complexidade na cidade contemporânea deixou de existir a medida em que são produzidas e reproduzidas paisagens obvias.

Os elementos discutidos por Cullen (2008) são descritos como fixos ou móveis. O autor considera o ser humano o objeto mais móvel da cidade, e por necessidade, precisa de espaços para se fixar e desenvolver suas atividades. Para isso o espaço necessita de objetos que possibilitem agrupamentos e fluxos, funcionando como ponto de referência ou permitindo apropriações. A ideia é que um objeto fixo atraia um objeto móvel.

É preciso criar condições favoráveis para a ocupação e apropriação dos espaços. Para Cullen (2008) elementos como pavimento, sombra, abrigo, pontos focais, recintos, mobiliários, desníveis, iluminação, são determinantes e levam a permanência das pessoas no espaço. Esses elementos precisam despertar reações emotivas nos usuários, de forma a criarem algum tipo de relacionamento e memória com o lugar.

Lynch (1997) também defende a ideia de elementos móveis e fixos na composição dos espaços públicos. Assim como Cullen (2008) o autor enfatiza as pessoas como um dos principais elementos móveis, além de acrescentar nessa categoria as atividades exercidas por estas. Lynch (1997) afirma que os elementos móveis são tão importantes quanto os estacionários para a composição da complexidade espacial. Nesse caso, as pessoas funcionam não como meros observadores, mas sim como parte do espaço, compartilhando vivências e experiências.

Existem algumas características que, segundo Lynch (1997) são importantes qualificadores do espaço na escala humana do planejamento urbano. No contexto deste trabalho duas características que chamaram atenção no discurso do autor foram a **legibilidade** e a **imaginabilidade**, que funcionam como princípios básicos para uma boa harmonização e composição do espaço e da paisagem urbana enquanto geradores de oportunidades para vivência.

A legibilidade do ambiente, para Lynch (1997, p.3) seria a “facilidade com que suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num modo coerente”. Dessa forma, quanto mais legível a cidade, mais reconhecível ela é capaz de ser. Na prática, para que isso aconteça o autor sugere que o espaço seja composto por cenários vivos e integrados, capazes de produzir uma boa imagem. Essa qualidade desperta sentimentos e emoções a medida em que é composta por símbolos e identidades coletivas, o que reforça a intensidade da experiência humana.

A imaginabilidade diz respeito a identificação visual de elementos num determinado espaço. Segundo Lynch (1997, p.11) é uma “característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado”. Depende da cor, disposição, forma, e facilita imagens mentais dos espaços, tornando-os mais coerentes. O autor afirma ainda que, a medida em que o ambiente é mais organizado e melhor identificável, as pessoas passam a apropriá-lo e dar novos significados a estes.

Lynch (1997) também ressalta a importância de os espaços serem receptivos à mudança a partir da forma como as pessoas os vivenciam. Além de organizados os espaços precisam ser poéticos e simbólicos, carregando consigo a complexidade dos indivíduos e suas aspirações. Segundo o autor, espaços bem planejados oferecem a base para acolher as interações, associações e atividades humanas que se desenvolvem no espaço público diariamente e compõem o cenário de experiências urbanas na pequena escala.

As contribuições de Gehl (2015) também são muito relevantes para a temática da humanização das cidades. O autor, por anos, se dedicou aos estudos urbanos que avalia as condições socioespaciais para experiência humana nos espaços públicos, e afirma que a dimensão humana do planejamento urbano é uma preocupação crescente. O foco sobre a forma como as pessoas utilizam os espaços, e como estes acolhem essas apropriações é importante a medida em que diz respeito a qualidade de vida em meio urbano.

Gehl (2015) traz como princípio para o planejamento da dimensão humana das cidades a **versatilidade** e a **complexidade** das atividades diárias, devendo estas serem compostas por sobreposições de ações. A dinâmica humana é realizada a partir de ações aleatórias e espontâneas, individuais ou grupais, sejam elas de movimento ou permanência (ações como caminhar, parar, descansar, conversar), e, dessa forma, o espaço precisa abrigar essas constantes variações de ocupação e apropriação.

Para Gehl (2015) a cidade precisa possibilitar, minimamente, o desenvolvimento de três atividades humanas que, em sua visão, são as mais básicas do dia-a-dia: ver, ouvir e falar, constituindo uma cidade agradável para encontros. O autor traz uma crítica sobre este ponto ao discutir sobre a perda gradual dessa possibilidade de interação nos espaços urbanos, uma vez que é dificultada pelo nível de ruído gerado pelo tráfego de veículos, e sua velocidade, que gera riscos.

A vivência urbana precisa ser compreendida e qualificada a partir de características físicas que constituem um cenário agradável. Gehl (2015) aponta a **proteção, segurança, mobiliário e qualidade visual** como fatores importantes para a construção de um espaço razoavelmente possível de ser experienciado. Aliados a estas qualidades espaciais, Gehl (2015) ressalta a necessidade do desenvolvimento de atividades sociais que instiguem a presença de pessoas em comunicação com o espaço, ou seja, é fundamental que haja constante interação e troca social.

Os fatores apresentados por Gehl (2015) estão muito relacionados com as sensações humanas. A experiência do espaço é diretamente afetada pela sua qualidade visual a medida em que os cenários existentes despertam diferentes percepções. Gehl (2015) atenta para a necessidade da qualificação dos cenários urbanos, e não para a quantidade destes. A segurança também é um ponto importante, uma vez que aumenta a sensação de tranquilidade em ocupar o espaço, tornando este mais convidativo. Os mobiliários são elementos responsáveis por compor esses cenários, e possibilitar formas espontâneas de apropriação do espaço.

Para Gehl (2015) outra estratégia importante para humanização da cidade é a exploração da relação entre **espaço** e **distância.** A distância é um parâmetro importante a medida em que influencia diretamente na comunicação entre as pessoas e o espaço, principalmente quanto a intensidade e proximidade dessa relação. O corpo humano, seus sentidos e sua mobilidade estão fortemente relacionados a esse fator de qualidade espacial.

Gehl (2015) aponta quatro diferentes escalas da distância, sendo estas: a **distância mínima**, na qual a intensidade da interação é mais íntima, e as emoções são mais fortes; a **distância pessoal,** que permite o contato próximo entre pessoas conhecidas no desenrolar de uma conversa; **distância social** é aquela que permite conversas impessoais entre desconhecidos; e a **distância pública**, que indica um contato formal de comunicação unilateral – quando não se faz parte do evento.

A compreensão dessa estratégia auxilia na disposição dos elementos fixos que compõem o espaço, influenciando diretamente na apropriação do usuário. Cada tipo de atividade desenvolvida pelo ser humano requer um cenário ou paisagem que a estimule, e o posicionamento dos elementos urbanos (mobiliários como bancos e iluminação) são decisivos para essa ocupação. Gehl (2015) afirma que mobiliários que permitem melhor visualização da dinâmica de seu entorno são utilizados com maior frequência e, consequentemente, atraem maior número de pessoas.

Segundo Gehl (2015) a cidade contemporânea ainda sofre com os princípios de fragmentação herdados do modernismo, cuja proposta se materializa em espaços grandes demais para serem ocupados por pessoas em sua dinâmica diária. Essa desproporção na escala dificulta o acolhimento das pessoas pelo espaço, tornando-o ocioso e sem vida. Neste sentido, Gehl (2015, p. 162), afirma que:

> Não importa o quanto se estude o clima, a iluminação, o mobiliário e outros fatores essenciais da qualidade urbana ao nível dos olhos; o esforço pode ser quase inútil se a qualidade espacial, as proporções e as dimensões não forem cuidadosamente analisadas. A experiencia de conforto e bem-estar nas cidades está intimamente ligada ao modo de estrutura urbana e o espaço da cidade se harmonizar com o corpo humano, seus sentidos, dimensões espaciais e escalas correspondentes. Se não houver bons espaços e boas escalas humanas, não existirão as qualidades urbanas cruciais.

Por fim, Gehl (2015) sintetiza todo seu discurso sobre a escala humana em 5 pontos fundamentais para a qualificação do espaço urbano: 1) distribuir as funções da cidade; 2) garantir a integração e a versatilidade dessas funções; 3) projetar espaços urbanos convidativos; 4) explorar a relação e comunicação entre espaços públicos e edifícios privados; e 5) reforçar a permanência das pessoas nos espaços a fim de conferir maior vitalidade.

A partir do discurso apresentado por cada um dos autores referenciados pode-se considerar que a dimensão humana precisa ser enfatizada no planejamento urbano. Dessa forma, ressalta-se experiências humanas sejam agradáveis e carregadas de boas sensações, a medida em que o bom relacionamento entre pessoa e cidade é uma demanda em ascensão na contemporaneidade.

3 PRÁTICAS CRIATIVAS DE INTERVENÇÃO

A partir do contexto de fragmentação do tecido urbano, mercantilização das cidades, desqualificação e abandono dos espaços de trocas sociais democráticas na cidade; da importante relação criada entre pessoa e lugar; e da busca pela humanização das cidades apresentados como temática do capítulo anterior; busca-se, nessa sessão, apresentar as alternativas encontradas pelos usuários da cidade para a qualificação de seus espaços públicos. Essas alternativas foram discutidas através da apresentação de conceitos como Urbanismo Tático e *Placemaking*, que são aplicados no espaço público de forma a transformá-lo através do engajamento popular. Além disso, discute-se neste capítulo a importância da colaboração entre diferentes atores sociais para consolidação dos processos de intervenção.

As transformações urbanas aqui individualizadas como microintervenções urbanas colaborativas, surgem como uma necessidade e uma forma de superar os desafios da cidade que não conseguem ser respondidos através do macroplanejamento urbano e grandes projetos de intervenção a longo prazo comandados por ações governamentais. Essas intervenções desempenham um papel importante na busca pela qualidade de vida urbana e na luta por espaços coletivos e democráticos. Segundo Jacques (2011) essas ações no espaço público funcionam como microrresistências aos projetos urbanos homogeneizadores, e têm como objetivo ocupar, apropriar, construir e propor novas experiências que não são promovidas pelo consenso forjado dos projetos convencionais.

As críticas às intervenções convencionais surgem pelo fato de serem, em sua maioria, propostas governamentais de parceria público-privada que cedem as pressões do mercado imobiliário, caracterizadas pela implantação de grandes estruturas que não possuem conexão com a realidade local, tendo como consequência o afastamento da comunidade, num processo de gentrificação[8] (TANSCHEIT, 2017). De acordo com Fontes (2018) as práticas de intervenção governamentais, caracterizadas por decisões pouco inclusivas e pela imposição “de cima para baixo”, apontam a necessidade de se repensar a cidade na sociedade contemporânea.

[8] A gentrificação é uma resposta da máquina urbana de crescimento. Comumente acompanhada de eufemismos como: revitalização; reabilitação; revalorização, constitui um processo de invasão e reconquista de uma área precária (ARANTES, 2000).

Também denominado urbanismo cartesiano, a prática *top-down* (de cima pra baixo) reproduz um modelo de cidade onde os espaços de lazer e sociabilização se restringem às áreas internas dos condomínios fechados e *shoppings centers*, não promovendo a diversidade sociocultural. A lógica invertida, baseada na desvalorização das relações pessoais, tem o lucro como medida e atende aos interesses do capital mercadológico. Esse tipo de planejamento atua numa esfera macro, e seu processo burocrático, engessado, lento e oneroso tem como resposta imediata soluções previsíveis e padronizadas (MONTEIRO, 2016).

As questões urbanas têm sua resolução dificultada quando tratadas como modelos replicáveis “de cima pra baixo”, dessa maneira, a abordagem “de baixo pra cima” tornou-se fundamental para complementar as transformações e reaproximar a noção da escala humana do planejamento urbano (MONTEIRO, 2016). A efetividade dessa nova prática gira em torno do reconhecimento de que as mudanças não são de responsabilidade de uma única organização, instituição ou setor, e sim da colaboração de múltiplos atores (TANSCHEIT, 2017), sendo que a principal mudança está no papel do Estado, que se punha como promotor dos espaços, e agora é convidado a desempenhar o papel de facilitador e mediador das ações (CYMBALISTA, 2016).

De acordo com Cymbalista (2016), a produção dos espaços urbanos passa por um momento de redefinição e superação dos desafios, e acrescenta que estamos frente a uma reconstrução dos contornos da disciplina de urbanismo devido às práticas alternativas de intervenção no espaço. Inúmeros grupos passaram a tomar para si a responsabilidade e o direito de intervir nos espaços coletivos, e dessa forma viabilizam as transformações por meio de ações e eventos efêmeros, instalações temporárias, mobiliário urbano, articulação política e outras práticas, que são realizadas de forma participativa com a comunidade local. A participação popular corresponde ao “fazer parte” ou “ser parte” das decisões, auxiliando na formação dos cidadãos, permitindo empoderamento, e satisfazendo suas necessidades.

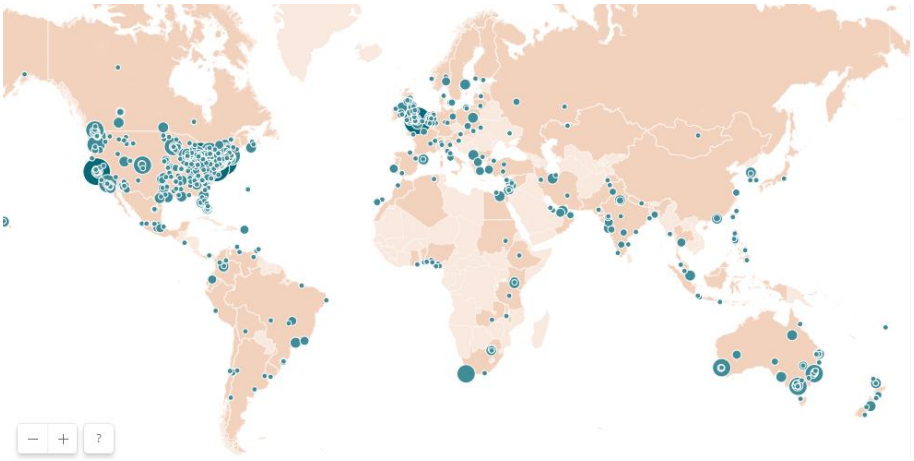
As intervenções urbanas realizadas com a contribuição da comunidade local são estruturadas de acordo com alguns princípios. Destaca-se a importância de criar um valor compartilhado para gerar engajamento; incentivar a apropriação do espaço envolvendo a população desde o processo de concepção; capturar as peculiaridades locais e incorporá-las no projeto para criar identificação e gerar aceitação; avaliar as opiniões sob uma perspectiva holística e maximizar os benefícios para a comunidade (SGS, 2015).

3.1 *Placemaking* e transformação socioespacial

O *Placemaking* é uma estratégia baseada nos ideais de cidades disseminados por escritores que introduziram ideias inovadoras sobre o planejamento de cidades para pessoas, buscando evidenciar a importância social e cultural de espaços públicos apropriados à convivência e interação humana. Jane Jacobs, que em 1971 publicou o livro “Morte e vida de grandes cidades”, denunciava a desumanização das paisagens urbanas, e passou a encorajar as pessoas a se apropriarem das ruas. William H. Whyte, em 1969, apresentou elementos-chave para dar vida aos espaços públicos ao conceber o *Street Life Project*, dedicado aos pedestres de *New York*. Jan Gehl, em 1971, publicou o livro “A vida entre prédios”, e apostava em melhorias de pequena escala, que, somadas, transformariam a vida dos habitantes. Influenciado por esses autores, Fred Kent, geógrafo e antropólogo norte-americano, fundou, em 1975, a entidade sem fins lucrativos *Project for Public Spaces* (PPS), tornando-se a maior referência nos estudos do tema (VIANA, 2015).

Ao longo dos anos a PPS vem atuando, em todos os 50 estados dos Estados Unidos, e em outros 47 países, e afirma que o processo comunitário colaborativo é a abordagem mais eficaz para criar e revitalizar espaços públicos em declínio. O *Placemaking* virou um movimento internacional, onde as comunidades se engajam em prol da transformação de um espaço, não apenas em seus aspectos físicos, mas também funcional – nesse caso a função vem antes da forma. Através do *Placemaking Leadership Council* o conceito é disseminado por todo mundo, contando com mais de 1.800 membros em mais de 83 países (figura 2) (PPS, 2018).

Figura 2. Mapa de distribuição dos membros do Conselho pelo mundo.



Fonte: https://www.pps.org/plc#people

O movimento chegou ao Brasil em outubro de 2014, com a criação do Conselho Brasileiro de Lideranças em *Placemaking,* que reúne pessoas da academia, do mercado e do governo, formando um fórum de pessoas, numa estrutura horizontal, que discute experiências e modelos de implementação dos projetos. A metodologia consiste em olhar, ouvir e fazer perguntas para as pessoas que vivem, trabalham e frequentam um determinado espaço público, com objetivo de entender as reais necessidades e aspirações locais, como ilustrado na figura 3, e de valorizar as potencialidades existentes na comunidade. As informações obtidas no processo inicial são utilizadas para criar uma visão compartilhada do espaço público existente, e evoluir para a implementação das atividades (CONEXÃO CULTURAL, 2016).

Figura 3. Participação popular no diagnóstico da área.

Fonte: https://www.pps.org/places/the-cube.

O *Placemaking* é tanto um processo quanto uma filosofia, onde o objetivo é a revitalização do espaço urbano a partir do estímulo à prática de atividades desempenhadas em conjunto pelos próprios usuários do local, visando estimular o pertencimento com o local. A funcionalidade do espaço supera sua forma, e as pessoas são o maior recurso utilizado na intervenção. É um movimento que estimula o acesso ao espaço por pessoas de diferentes idades, habilidades e origens

socioeconômicas, que desempenham papel fundamental na identidade, criação e manutenção do espaço. Trabalha-se com a imaginação e reinvenção do espaço coletivo, num processo colaborativo que fortalece a conexão entre pessoas e lugares, contribuindo para a saúde, bem-estar e felicidade social (PPS, 2018).

A palavra "*Placemaking*" pode ter tradução direta na expressão "fazer lugares" ou ainda "ação no lugar". Esse movimento, conceito ou ferramenta é caracterizado pela conexão entre pessoas e os lugares que elas compartilham; e essa conexão pode ser cultural, econômica, social ou ambiental. O foco do processo é a participação comunitária, planejamento, desenho, gestão e programação de espaços. O espaço é moldado coletivamente, de acordo com valores comuns, e mais do que apenas um desenho, desenvolve-se atividades que sustentam a transformação e a evolução do local (CONEXÃO CULTURAL, 2016).

> A vontade de unir pessoas em torno de uma visão mais ampla para um espaço específico acontece há muito tempo, antes mesmo de a palavra *Placemaking* ser mencionada pela primeira vez. Mas uma vez que o termo foi criado, ele possibilita que as pessoas compreendam o quanto sua visão coletiva pode ser inspiradora, também permite que elas vejam de uma nova forma o potencial de seus parques, centros, praças, bairros, ruas, mercados, *campus* e prédios públicos (CONEXÃO CULTURAL, 2016, p. 26).

A intervenção em pequena escala é responsável por transformar temporariamente um espaço afim de estimular mudanças a longo prazo, sendo assim os espaços ociosos passam a ser apropriados espontaneamente pela comunidade. Essa forma de intervenção permite que as pessoas compartilhem, experimentem e criem vínculos maiores com o lugar a partir da interação com desconhecidos. A coletividade e o compartilhamento criam identidade física e cultural, e fortalecem a evolução das qualidades espaciais (PPS, 2018)

A figura 4 apresenta a apropriação espontânea e ocupação cultural do espaço público numa área residual formada pelo cruzamento do Viaduto Engenheiro de Noronha com a Rua das Laranjeiras, no bairro das Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro. O espaço chamou atenção de dois jovens moradores do bairro, que começaram a organizar intervenções, promovendo a ativação dessa área abandonada com grande potencial. A iniciativa, que começou a ser desenvolvida em 2016, promove eventos culturais junto à população, como oficinas, roda de conversa, leitura de poesias, roda de samba, cinema e shows. Além disso, foram instaladas minirrampas de skate para uso coletivo, e varais expositivos com a mensagem "Se

precisar, pegue. Se quiser, deixe", onde a proposta é o compartilhamento e troca de itens como roupas e livros.

Figura 4. Ocupação cultural do Viaduto Laranjeiras, Rio de Janeiro.

Fonte: http://intervencoestemporarias.com.br/intervencao/viaduto-laranjeiras/

A PPS (2018) afirma que existem alguns princípios básicos necessários para que a transformação do espaço público através do *Placemaking* seja eficiente. O primeiro deles é a compreensão de que a comunidade é a especialista do processo, e para isso é necessário identificar os talentos existentes. Outro ponto é a noção de que o espaço deve, além de ser receptivo e confortável, ter um forte senso de comunidade. A triangulação também é um fator decisivo, a medida em que a disposição dos elementos no espaço influencia e estimula as interações entre as pessoas. E além destes, a certeza de que a transformação não tem fim, pois o espaço está em constante mutação, respondendo as necessidades de seus usuários.

De acordo com Kent e Madden (2015), o *Placemaking* é um processo dinâmico que visa tornar os espaços públicos aptos a sustentar a interação humana, as trocas econômicas e o bem-estar social. Esse processo conta com o envolvimento de moradores, empresas privadas, instituições e governo local como co-criadores e modificadores do espaço. Apesar dessa colaboração entre diferentes atores, a

comunidade local é o cerne do processo e dos resultados. As comunidades se engajam com o desejo de não apenas criar lugares, e sim viver lugares, propondo serviços acessíveis e atrações interessantes que geram apego emocional – por isso pode ser considerado um modo de vida. A população se empenha em participar do processo e se conectar com outras pessoas.

A figura 5 apresenta a apropriação da Praça Homero Silva – ou Praça da Nascente, como foi batizada –, localizado no bairro Pompéia, em São Paulo, que antes do processo de intervenção era uma praça abandonada tanto pelo poder público quanto pela comunidade, sendo foco de violência. Os moradores viram na maior área verde da região um potencial e se mobilizaram para recuperar o espaço público. Por conta própria, através de mutirões, os moradores instalaram mobiliários e arborização no local, além de promoverem festivais (onde ocorrem oficinas e apresentações artísticas) que atraem atenção para o espaço em transformação. Com o empenho da população em cobrar melhorias estruturais houve participação do poder público no processo de intervenção, dando caráter permanente às mudanças propostas pela comunidade. A intervenção na praça é também exemplo de conscientização ambiental, uma vez que visa proteger as nascentes do Córrego Água Preta que estão localizadas na área (CYMBALISTA, 2016).

Figura 5. Interação social na Praça da Nascente em dia de Festival.

Fonte: https://www.sampainesgotavel.com.br/2017/06/09/praca-da-nascente-laboratorio-de-cidadania/

Para Pérez (2015) - psicólogo social no México - o *Placemaking* é a habilidade de criar algo pensando no coletivo ao invés de nos interesses privados. Dessa forma, construir espaços que atendam às necessidades humanas de uma comunidade inteira – e que tenha também impacto no restante da cidade – é um processo no qual um lugar é concebido a fim de permitir que as pessoas se reúnam e se encontrem umas com as outras para compartilhar a vida, agregando valores simbólicos na vida pública. Pérez (2015) afirma ainda que o *Placemaking* significa construir espaços por todos e para todos, por isso não passa por controle dos poderes políticos ou corporativos, e ainda menos de egos pessoais.

Ainda segundo Perez (2005), através do empoderamento da comunidade os projetos ganham mais credibilidade e aceitação pois todos estão envolvidos pelo mesmo objetivo. Essa união garante que o espaço expresse uma identidade compartilhada e gerem cidades que reforçam o patrimônio cultural, valores sociais e ideologias. Através de intervenções rápidas – e eficazes em termos de custos - o movimento surpreende as pessoas envolvidas, instiga o pensamento criativo e a re-imaginação. “O objetivo do *Placemaking* não é chegar a um fim, e finalizar projetos de construção, mas sim ser capaz de pensar, criar, melhorar, e depois disso, repensar e melhorar novamente, para nosso bem-estar, felicidade, e cidades melhores para viver” (PÉREZ, 2015, p. 284).

O *Placemaking* utiliza soluções mais leves, rápidas e baratas, conhecidas como *Lighter, Quicker and Cheaper Interventions (LCQ)*. São estruturas temporárias que preservam e cultivam as necessidades das pessoas e envolvem tudo o que se vivencia ao nível dos olhos. O processo não é baseado em desenhos, e sim em personalidades, destinações, atividades e conexões entre pessoas, dessa forma, permite-se experimentações. O fato de não envolver verbas onerosas e serem propostas maleáveis, permite múltiplas tentativas, a depender da energia criativa da comunidade. Esse tipo de intervenção retira dos profissionais da área (*designers* e arquitetos) o papel de propositores e os colocam como colaboradores do processo (KENT E MADDEN, 2015).

A figura 6 ilustra a intervenção temporária que acontece semanalmente no Largo do Batata, um espaço inaugurado como praça, que, com a falta de mobiliário, arborização ou qualquer atrativo para o cidadão, despertou nos moradores da região a vontade de ocupa-lo. A solução foi a organização de encontros casuais semanais, com cadeiras de sol e guarda-sol para conversar, com objetivo de despertar o

interesse em fortalecer a relação da população com o largo. O movimento tomou grandes proporções, e atualmente conta com oficinas de mobiliário, apresentações culturais, intervenções artísticas, e outras atividades que são propostas e executadas pela própria comunidade, atendendo às demandas dos usuários envolvidos na ativação local. A ocupação do espaço nas sextas-feiras motivou a apropriação em outros dias da semana, transformando uma área que era utilizada apenas como passagem em um espaço público dinâmico (CYMBALISTA, 2016).

Figura 6. Ocupação semanal no Largo do Batata, São Paulo.

Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5176.

Para Tavares (2015) deve-se tomar cuidado com *Placemaking* a medida em que, ao mesmo tempo em que funciona como uma solução, pode também ser um risco para a comunidade local. Atenta-se ao fato de que esse movimento deve se empenhar em modificar os espaços de forma constante e permanente, e não apenas promover a ativação do espaço através de eventos dispersos, que, ao acabarem, levam consigo a vida do espaço. A promoção da vitalidade nesse espaço vem da necessidade de consertar um projeto urbano convencional que, por algum motivo, falhou, por isso é necessário o movimento em prol da construção de um espaço social, ou seja, um espaço que funciona como palco de interações e conexões entre as pessoas.

Outro ponto importante de crítica é quanto à valorização do espaço transformado. Segundo Farias (2018) o *Placemaking* precisa ser um processo participativo completo, ou seja, a população local não deve participar como meros espectadores ou consumidores das novas atrações e espaços, e sim ter amplo acesso ao processo de decisões. Tanscheit (2016) acrescenta que o processo deixa de ser *Placemaking* quando não considera as opiniões dos envolvidos na região e não conta com a contribuição genuína da comunidade local. A maneira como os projetos são executados determinam seus resultados e uma consequência da falta de interpretação das reais necessidades locais pode supervalorizar a área a ponto de promover a gentrificação.

Para que o *Placemaking* seja um processo qualificado e obtenha sucesso em seu resultado final, é necessário que haja coesão na integração entre as diferentes opiniões obtidas durante o processo de diagnóstico da área, a fim de atender a real demanda local. O planejamento colaborativo deve ser traduzido num programa de usos e atividades variado para acolher os diferentes públicos que usufruem desse espaço, e esse novo cenário deve motivar a sensação de pertencimento. A compreensão de como o espaço funciona – ou funcionava, e como ele precisa funcionar - vem do contato com a comunidade, ou seja, a comunidade é o ator principal do processo de *Placemaking* (PPS, 2018).

Tabela 3. Resumo de características do Processo de Placemaking segundo autores citados.

AUTOR (ANO)	**CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE *PLACEMAKING***
PPS (2018)	▪ A funcionalidade do espaço supera sua forma; ▪ Reinvenção do espaço coletivo; ▪ Apropriação espontânea e comunitária do espaço.
Conexão Cultural (2016)	▪ Conexão entre pessoas e lugares; ▪ O espaço é moldado coletivamente; ▪ As atividades sustentam a transformação.
Kent e Madden (2015)	▪ Tornar o espaço apto à interação; ▪ Co-criação de espaços; ▪ Soluções leves, rápidas e baratas.
Pérez (2015)	▪ Construir espaços por todos e para todos; ▪ Expressão de uma identidade compartilhada; ▪ Agregação de valores simbólicos na vida pública

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

A tabela 3 apresenta uma síntese das principais ideias discutidas anteriormente sobre o *Placemaking*, considerando autores que tratam do tema. Como visto, o *Placemaking*, apresentado como um processo — e até mesmo uma filosofia - busca transformar o espaço público a partir da ação coletiva de seus usuários, que passam a ocupar e ressignificar seu ambiente através do desenvolvimento de atividades plurais. O próprio nome já diz: “fazer lugares”. É o envolvimento e a interação entre diferentes grupos que permite a qualificação do espaço, não somente física, trazendo um novo simbolismo, identidade e pertencimento.

3.2 Urbanismo Tático como método de intervenção

O “Urbanismo Tático”, antes mesmo de ser consolidada especificamente com esta denominação, passou por modelações durante a evolução da produção dos espaços cotidianos. Esse conceito, além de sua relação inegável com os estudos urbanos desenvolvidos por Jacobs (2011) e Gehl (2015) na década de 60, segundo Gadanho (2017), é reflexo também das questões levantadas por Certeau (1998) sobre os modos de apropriação daqueles que não tem poder, a medida em que as pessoas podem e devem intervir nos espaços urbanos que tem direito.

Certeau (1998), em seu trabalho, discute a oposição entre estratégia e tática para analisar as práticas cotidianas da vida urbana. De acordo com o autor, **estratégias** são estruturas tecnocráticas cuja função é criar lugares de acordo com modelos abstratos; são capazes de produzir, mapear e impor operações nos espaços através de uma manipulação das relações. São baseadas na relação de poder e domínio, onde o mais forte se preocupa apenas com a materialização física do espaço. Essa teoria se aplica nos modelos convencionais de planejamento urbano, onde a produção do espaço não está atrelada às necessidades de seus usuários.

Como contraponto a ideia de estratégias, e trazendo a teoria para a prática das intervenções urbanas colaborativas, Certeau (1998) afirma que as **táticas** são estruturas movidas pela ausência do domínio, onde os mais fracos atuam dentro do campo de visão do inimigo (os detentores do poder), e no espaço por ele controlado. Utilizam das falhas de vigilância do poder (brechas) para, com astúcia, criar surpresas e atingir o inesperado. É aquilo que o dominado produz ao utilizar o que lhe é imposto, nesse contexto, a apropriação, transformação e ativação de espaços produzidos pelo poder público.

O termo “Urbanismo Tático”, como conhecido atualmente, entrou em uso comum no final de 2010, quando o grupo de jovens urbanistas do *The Street Plans Collaborative – Mike Lydon, Dan Bartman, Ronald Woudstra* e *Aurash Khawarzad* – criou a publicação *Tactical Urbanism: Short-term Action, Long-term Change,* apresentando algumas intervenções temporárias realizadas em espaços públicos norte-americanos. É uma abordagem de intervenção temporária e de baixo custo, com apropriação de pequenos espaços do tecido urbano que necessitam de qualificação para atender a demanda da população local por espaços livres de uso público (PFEIFER, 2013).

O movimento ganhou impulso e visibilidade na cultura popular e nos discursos de planejamento urbano norte-americano, e foi nomeado uma das principais tendências de planejamento nos anos de 2011 e 2012 (PFEIFER, 2013). Além disso, o tema foi foco do pavilhão dos Estados Unidos, com a exposição *Spontaneous Interventions: Design actions for the common good* (figura 7), premiada com uma Menção Especial, ao ser considerada uma instalação inovadora, na 13ª Exposição Internacional de Arquitetura na Bienal de Veneza em 2012. A exibição apresentou 124 intervenções urbanas que trouxeram melhorias imediatas para as comunidades locais (FONTENELLE, 2012).

Figura 7. Exposição *"Spontaneous Interventions: Design actions for the common good".*

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-71830/bienal-de-veneza-2012-intervencoes-espontaneas-pavilhao-dos-estados-unidos/1346253493-bnl-usa-6.

Segundo Lyndon et al (2011), o Urbanismo Tático é uma prática que se destaca por constituir um microplanejamento estratégico que sugere novas perspectivas acerca dos problemas da cidade. É uma abordagem de construção e ativação do espaço público que, através de pequenas intervenções de baixo custo, rapidez e facilidade na execução, serve como resposta imediata as demandas da população, funcionando como ação parcial e teste para projetos que visam transformações maiores. É também uma resposta ao lento processo de construção da cidade convencional, realizada num processo colaborativo entre governos, empresas,

organizações e cidadãos, que estimula o potencial criativo e a interação social, e recupera o espaço público que não cumpre sua função social (LYDON et al, 2011).

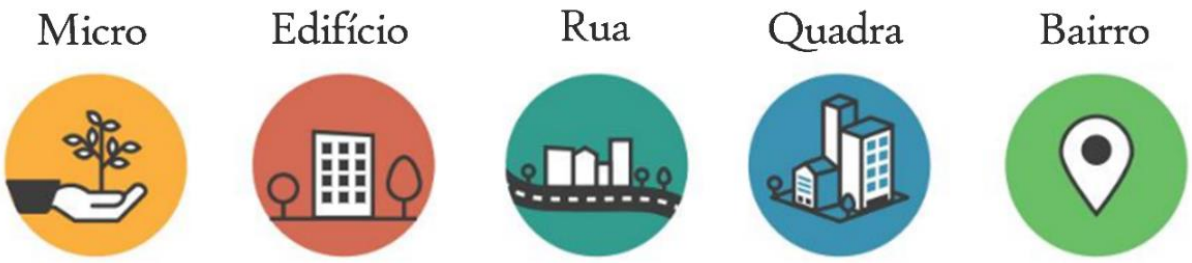
A figura 8 traz um exemplo de intervenção temporária que funciona como protótipo e teste para intervenções permanentes. A Rua Joel Carlos Borges, que dá acesso à estação ferroviária Berrini (SP), possui uma média de fluxo de 28 pedestres para cada carro que circula no local. Porém a realidade mostra calçadas estreitas e cheias de obstáculos, com espaço insuficiente para atender essa demanda. A intervenção buscou diminuir o conflito entre veículos e pedestres, ampliando em 70% a área destinada aos pedestres. A intervenção foi realizada com a utilização de materiais de baixo custo, como: pintura do piso, tachas refletivas e balizadores, que delimitam e tornam mais seguros o fluxo de pedestres (WRI Brasil, 2017).

Figura 8. Intervenção teste para transformação da Rua Joel Carlos Borges.

Fonte: https://www.urb-i.com/rua-joel

O Urbanismo Tático é uma tipologia de intervenção que pode ser desenvolvida em diferentes escalas, considerando seu contexto, a finalidade da transformação e seu público alvo. De acordo com Lydon e Hartley (2014) as ações podem ser desenvolvidas em 05 escalas de intervenção: microescala, escala do prédio, escala da rua, escala da quadra e escala do bairro (figura 9), atuando segundo a demanda de qualificação espacial da população local. As intervenções propostas para um local podem influenciar direta ou indiretamente em mais de uma dessas escalas sugeridas pelos autores, levando em consideração os múltiplos fatores que as envolvem.

Figura 9. Escalas de intervenção do Urbanismo Tático.



Fonte: Lydon e Hartley (2014)**,** adaptado pela autora, 2018.

A **microescala** de intervenção diz respeito a pequenas intervenções que encorajam os usuários a imaginar como o local poderia ser melhor aproveitado. São pequenos projetos temporários, realizados para a comunidade experimentar o espaço urbano de forma mais estimulante e criativa, com objetivo de inspirar mudanças maiores e permanentes. São exemplos: a implantação de jardins e hortas urbanas; mobiliários alternativos; e estações de compartilhamento de objetos, como livros e revistas (LYDON; HARTLEY, 2014).

A **escala do edifício** engloba intervenções que permitem maior comunicação entre as esferas pública e privada, atuando na qualificação do espaço externo de forma a estimular a conexão para o espaço interno, trazendo maior permeabilidade física e visual. Como exemplos pode-se citar a proposição de usos compartilhados nos pontos comerciais com o estímulo ao desenvolvimento da economia local; a instalação de mobiliário externo de apoio ao uso interno; e paginações que estimulem o acesso (LYDON; HARTLEY, 2014).

A **escala da rua** propõe intervenções através de protótipos e testes que estimulem o compartilhamento da mesma. As ações visam demarcar e chamar atenção para os espaços destinados a circulação segura dos diferentes modais, para a questão da acessibilidade e desenho urbano favorável aos pedestres e ciclistas, e com isso, a promover ruas vivas e vibrantes. Os testes funcionam também como catalizadores de transformações maiores e tem por finalidade permitir a promoção de encontros, trocas sociais e novas apropriações nas ruas, tornando-as áreas mais convidativas (LYDON; HARTLEY, 2014).

A **escala da quadra** diz respeito as intervenções que contribuem para sua continuidade e ativação das atividades desenvolvidas. Com escala um pouco mais abrangente, essas ações interferem no cotidiano de um número maior de usuários e principalmente no bem comum destes (LYDON; HARTLEY, 2014).

A **escala do bairro** atende as intervenções macro, caracterizadas pelo grande alcance e maior influência nas atividades cotidianas. São transformações que ativam o espaço público e contribuem para a saúde, bem-estar e qualidade ambiental. Interferem diretamente na dinâmica de apropriação e circulação do bairro, pois geralmente são intervenções realizadas em áreas centrais ou espaços estratégicos, que são vistos como referências para a população local. São exemplos de ações na escala do bairro a implantação de hortas comunitárias que ativem a economia local, além do incentivo a sustentabilidade; utilização de terrenos vazios com ações de grande impacto e mobilização, como eventos ou instalações efêmeras; ativação de espaços negligenciados pelos moradores locais, de forma que mude a visão de seus usuários para determinada questão (LYDON; HARTLEY, 2014).

De acordo com Brenner (2016), o urbanismo tático não é um movimento ou técnica que disponibiliza estratégias padronizadas. As possibilidades táticas são emergentes e podem ser interpretadas e aplicadas de forma provisória e experimental na cidade, de acordo com o contexto em que se insere, para enfrentar os problemas urbanos locais. Destaca-se também a importância de não haver, nessas práticas, controles ideológicos de especialistas, instituições ou classes que manipulem o resultado final das intervenções.

É uma abordagem que pode ser vista como “impulsiva” e “espontânea”, além de atuar de forma acupuntural, ou seja, pontual, nas questões locais, como explica Lerner (2011):

> O princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto e da área ao seu redor. (...) Sabemos que o planejamento é um processo. (...) Quase sempre é uma centelha que inicia uma ação e a subsequente propagação desta ação. É o que chamo de uma boa acupuntura. Uma verdadeira acupuntura urbana (LERNER, 2011, p. 7-8)

A figura 10 ilustra uma intervenção efêmera que aconteceu na Zona Norte de São Paulo. O objetivo foi criar espaços mais seguros e convidativos a circulação e apropriação dos espaços pelos pedestres, sensibilizando a população para a importância da segurança viária e o impacto do desenho urbano. Com pinturas temporárias e paisagismo as calçadas foram estendidas, e duas vagas de

estacionamento deram lugar a áreas de convívio. Além disso, incluiu-se no desenho da rua uma rotatória, e as ilhas de refúgio para os pedestres foram aumentadas. A intervenção buscou diminuir a velocidade dos veículos e dar preferência ao pedestre, propondo travessias mais curtas e seguras. A vegetação também foi posicionada estrategicamente para impedir o pedestre de atravessar na diagonal ou fora da faixa, chamando atenção para a necessidade de se respeitar a sinalização (WRI Brasil, 2017)

Figura 10. Intervenção efêmera para transformação de vias em Santana, SP.

Fonte: https://wribrasil.org.br/pt/blog/2018/10/com-intervencoes-temporarias-sao-paulo-e-fortaleza-provocam-reflexao-sobre-espacosh

O urbanismo tático também se caracteriza por ser um protesto, onde os cidadãos exercem seu direito à cidade através da implementação de protótipos que possibilitam mudanças que contornam as burocracias municipais. Ao contrário do planejamento convencional, um sistema ordenado idealizado por engenheiros e urbanistas, o urbanismo tático é visto pelos críticos como uma prática caótica por envolver atores leigos, o que na verdade o torna um processo mais inteligente e efetivo que o convencional. Esse tipo de intervenção tem como premissa o investimento sustentável, onde os esforços concentram-se em criar expectativas reais, que contribuirão de fato para a qualidade de vida em meio urbano (LYDON et al, 2011).

Os projetos táticos são vistos como um potencial paliativo para remediar problemas urbanos não discutidos pelas instituições estatais através de seus procedimentos formais de planejamento urbano. Essas intervenções pontuais na cidade podem evoluir de forma fluida em relação as mudanças socioespaciais, devido sua maleabilidade, multiplicidade de arranjos e diversidades nas possibilidades de enfrentar as questões urbanas emergentes. O viés ativista mobiliza o público a buscar continuamente a evolução das metas de qualificação do espaço. “Por esta razão, o urbanismo tático é, muitas das vezes, apresentado como um modelo de ação de fonte aberta e como um modelo de reapropriação do espaço urbano por seus usuários” (BRENNER, 2016, p. 9).

A figura 11 apresenta a iniciativa “Olhe o degrau”, que nasceu com objetivo de trazer um novo olhar para as escadarias da cidade de São Paulo e estimular novos usos para esses locais que são vistos como inseguros pela comunidade. As intervenções, de cunho participativo, permitem reintegrar esses espaços à rede de mobilidade a pé, além de propor sua utilização como espaço de permanência e convívio. O ativismo e engajamento da comunidade nas intervenções é fundamental para concepção dos projetos, que são construídos num processo conjunto entre a população voluntária, poder público, parceiros de iniciativa privada e coletivos urbanos. A iniciativa, que teve seu projeto piloto realizado em 2014, foi responsável por intervir em dezenas de escadarias na cidade, sempre levando em consideração a demanda da comunidade local, a partir da realização de diagnósticos, oficinas e mutirões com os moradores e frequentadores da área.

Figura 11. Projeto “Olhe o degrau” realizado nas escadarias de São Paulo.

Fonte: https://cidadeativa.org/2018/08/08/transformacao-no-jardim-nakamura-diversos-atores-se-unem-para-dar-nova-cara-a-escadaria-no-bairro/

Andrade e Linke (2016) afirmam que Urbanismo tático promove intervenções que atuam diante da falta de operabilidade e da falta de visão dos governos e, dessa forma, os cidadãos passam a ser responsáveis pelo controle da microescala urbana, realizando projetos táticos de forma pontual na cidade. Os autores acrescentam que o urbanismo tático tem apoio crescente do terceiro setor (empresas de iniciativa privada) que passam a reconhecer no processo um meio de ampliar o didatismo sobre temas urbanos. Os autores também ressaltam que tais práticas carregam um risco, na medida em que pode apagar ou mascarar a real necessidade de transformações efetivas e em grande escala nas estruturas das cidades que precisam, necessariamente, ser realizadas pelo poder público.

Reiterando a linha de pensamento crítica ao movimento, para Kogan (2016) o urbanismo tático funciona como uma prática de autogestão e autoprodução do espaço público que emerge, de forma eufórica, como uma alternativa da inviabilidade do Estado em gerir seus serviços e bens públicos. Para o autor estes são projetos sem regulamentação, com decisões que são tomadas sem a visão holística da dimensão urbana. São, geralmente, realizados por pequenos grupos dispersos, onde o Estado

se exime do investimento e da responsabilidade e reduz seu papel de interventor da cidade (estado mínimo neoliberal), conforme relata Kogan (2016, n.p):

> O urbanismo tático é um estágio ainda mais sofisticado desse urbanismo neoliberal. Sem nenhum controle estatal sobre a qualidade e o objetivo dos espaços públicos, a autoprodução do espaço substitui a figura das empresas privadas pela “comunidade” ou indivíduos –ideologicamente difundidos como propositores do espaço público, mas que se mostram antes vítimas da externalização de custos da municipalidade endividada.

A crítica de Aureli (2015) para o urbanismo tático e suas práticas análogas refere-se ao que o autor chama de “era da precariedade”. O autor adverte que o ativismo social promovido pelo Urbanismo Tático apresenta um dilema: maior produtividade com menor bem-estar; mais criatividade com menos segurança social, e que fazer mais com menos é exatamente o que o capitalismo dissemina. Somado a isso, Kogan (2016) afirma que não se pode ignorar o problema da gentrificação e diz que, em essência, essas ações táticas não se distinguem do urbanismo tradicional, à medida em que a transformação da área gera maior valorização fundiária para a região.

Para os críticos, essas intervenções são vistas como soluções rápidas, baratas e improvisadas que satisfazem, mesmo que por tempo limitado, as expectativas da população local. Apesar disso acabam por mascarar a real necessidade de investimentos em larga escala e de macroplanejamento para mudanças estruturais, que não são atendidas devido à crise de governança da cidade que trata os problemas urbanos de forma homogênea. Sendo assim, são práticas que consolidam e aceitam a incapacidade sistemática do poder público de planejar e executar os serviços e bens públicos básicos demandados pela população em rápida expansão.

Brenner (2016) afirma ainda que não está consolidado o conhecimento sobre como combater o urbanismo neoliberal através das práticas táticas alternativas e, se de fato, as intervenções possuem essa capacidade. Segundo o autor, em alguns casos, as intervenções acabam por reforçá-lo, aliviando temporariamente as falhas de governança e gestão, deslocando seus efeitos para outras áreas da cidade sem ameaçar o controle sobre o marco regulatório de desenvolvimento urbano. O urbanismo tático como solução para o urbanismo neoliberal traz consigo a tentativa de ser mais que uma simples camuflagem para a crise urbana.

As intervenções não devem simplesmente propor o redesenho ou reapropriação de espaços físicos, devem também exigir a presença do Estado com a criação de políticas eficientes, inclusivas e colaborativas, que auxiliem na produção

de novos espaços. A implantação dos projetos em áreas urbanas que não perturbam o projeto neoliberal causa a coexistência das duas modalidades que, apesar de abrir espaço para a experimentação e orientação para futuros urbanos alternativos, ainda não prejudica as estratégias institucionais e políticas de mercado vigentes no urbanismo neoliberal (BRENNER, 2016).

Gadanho (2017) afirma que o urbanismo tático não precisa ser apresentado como uma alternativa determinante ou uma solução exclusiva aos problemas socioespaciais existentes numa comunidade. Para o arquiteto, essa estratégia deve estar aliada ao processo tradicional do planejamento tecnocrata, que precisa existir para controlar a macro-escala, e não a substituir, de forma a alterar a perspectiva e o modo como o planejamento clássico é proposto na cidade contemporânea. Gadanho (2017) também assegura que mesmo não sendo a solução ideal, o urbanismo tático funciona para chamar atenção aos problemas mais latentes e abre o debate em busca de uma resposta baseada na colaboração entre os diferentes atores.

De acordo com Lydon (2012), o urbanismo tático pode ser incluído como parte de um processo de planejamento público mais amplo, afim de consolidar o relacionamento de confiança entre os grupos de interesse de forma mais rápida para a idealização e concepção dos projetos. A mobilização comunitária pode ajudar a recuperar e concretizar projetos de planejamento urbano paralisados e esquecidos pelo poder público, que não estão cumprindo sua função na cidade.

> A falta de recursos não pode mais ser uma desculpa para não agir. A ideia de que a ação só pode acontecer depois que todas as respostas e recursos sejam definidos é receita certa para paralisia. O planejamento de uma cidade é um processo que permite correções; é arrogante acreditar que planejamento só pode ser feito depois que cada variável for controlada (LERNER *apud* LYDON, 2012, n.p)

A tabela 4 a seguir ilustra uma síntese dos principais pontos discutidos pelos autores que tratam do Urbanismo Tático, suas potencialidades e vulnerabilidades. Essa estratégia de intervenção, apesar de muito apoiada por seu caráter experimental e transitório de qualificação do espaço público, traz consigo críticas acerca da informalidade com que é conduzida no cenário de regulamentação do planejamento urbano contemporâneo.

Tabela 4. Resumo de características do Urbanismo Tático segundo autores citados.

AUTOR (ANO)	CARACTERÍSTICAS DO URBANISMO TÁTICO
Pfeifer (2013)	▪ Intervenção temporária e de baixo custo; ▪ Apropriação de espaços que necessitam de qualificação.
Lydon et al (2011)	▪ Microplanejamento estratégico com participação social; ▪ Construção e ativação do espaço público; ▪ Pequenas intervenções de baixo custo, rapidez e facilidade na execução.
Brenner (2016)	▪ Possibilidades emergentes aplicadas de forma provisória e experimental; ▪ Potencial paliativo para remediar problemas urbanos.
Kogan (2016)	▪ Prática de autogestão e autoprodução do espaço público; ▪ Projetos sem regulamentação e sem visão holística da cidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Diferente do *Placemaking*, que trata muito do engajamento social para promover atividades que ressignifiquem um espaço, o Urbanismo Tático está mais empenhado na transformação física do espaço, através de pequenas intervenções que funcionam como protótipos para maiores transformações. Dessa forma, vemos que o Urbanismo Tático e o *Placemaking* são práticas de intervenção complementares, e que, quando aliados, são capazes de transformar um espaço público tanto na esfera espacial (física) quanto social.

3.3 O envolvimento dos Atores Sociais

As microintervenções urbanas colaborativas são marcadas pelo engajamento, participação e ativismo, e possuem importantes **atores sociais**[9] envolvidos desde seu processo de concepção, projeto, até a execução das intervenções. Nessa seção do trabalho discute-se a importância de cada ator que impulsiona e promove a materialização dos projetos idealizados num processo participativo e colaborativo, a fim de entender o papel e a contribuição de cada um deles na viabilização desse processo.

Estão geralmente envolvidos nos processos de microintervenção os atores sociais: a) sociedade civil, que abrange toda forma de comunidade, organização e movimento realizado pela própria população (associação de moradores, coletivos urbanos, ONG's); b) empresas de iniciativa privada; e c) o poder público (governo).

É importante destacar a abrangência do termo **sociedade civil** aplicado neste trabalho. De acordo com Avritzer (1994) a sociedade civil é vista como um terreno de integração e de liberdades públicas. Alcançada pela luta dos movimentos sociais, que buscavam a democracia, é compreendida como a terceira esfera política, sendo assim associada ao processo de diferenciação (intermediação) entre direito privado e direito público – Mercado e Estado. Os movimentos democratizantes dão à essa esfera o caráter da interatividade e associativismo, e seu papel de decisão é crucial para o bom desenvolvimento das cidades.

Dagnino (2002) afirma que a sociedade civil é composta por sujeitos portadores de direitos – inclusive o de participar efetivamente na gestão da sociedade –, e destaca a importância da promoção de espaços de democratização como os conselhos e fóruns criados para ampliar os debates. A relação entre sociedade civil e Estado, por consequência de um longo período de luta pela democracia, atualmente, é marcada por uma postura de negociação, que aposta numa atuação conjunta em prol do desenvolvimento urbano. Apesar dos avanços, ainda há resistência por parte do Estado, e a participação efetiva da sociedade civil nos processos decisórios ainda causa tensões e conflitos.

De acordo com Nygaard (2010) o processo de transformação do espaço urbano conta com a intensa interação entre a sociedade e seu espaço e daí surgem novas

[9] Por "atores sociais" entende-se o conjunto de pessoas e instituições envolvidas em determinados segmentos da reprodução social (DOWBOR, 1998).

demandas sociais e culturais que condicionam a complexidade desse processo – ou limitam seu desenvolvimento. A cidade é vista e compreendida (ou representada imaginariamente) de forma diferente pelos múltiplos atores que compõem o cenário urbano.

Estes são tratados por Santos (1958) como grupos sociais, que estão envolvidos numa espécie de jogo urbano. Para o autor, a cidade é o tabuleiro desse jogo e os jogadores são os cidadãos, que nesse caso atuam como agentes do desenvolvimento urbano. Destaca-se ainda a importância de todos os atores dominarem as regras estruturais do funcionamento do jogo – ou da intervenção na cidade e se acertarem entre si.

Santos (1988) agrupa os atores sociais em 3 grupos: o governo, formado pelos políticos, técnicos e funcionários; as empresas, que agem através de investimentos de capital e financiamento; e a população, que está fragmentada pelos grupos de filiação política e religiosa, profissão, afinidade, etc. Para que a cidade funcione é preciso que os grupos sejam esclarecidos quanto aos processos que envolvam sua transformação, caso contrário, pode provocar o desequilíbrio.

Na distribuição de funções, o governo tem o papel de fazer cumprir a lei; as empresas têm recursos financeiros para aplicar; e a população pode, e deve, exercer as pressões para assegurarem seus diretos. Seguindo essa lógica e cumprindo seu papel, todos os grupos são responsáveis por acompanhar os efeitos e consequências da transformação (SANTOS, 1988).

Entendidos os atores sociais, volta-se à importância da compreensão de que a cidade é vista e demandada por esses diferentes grupos. Segundo Nygaard (2010) a representação do urbano é imaginada de forma diferente pelos grupos sociais pois cada um deles passou por diferentes experiências e possuem diferentes visões de mundo de acordo com seus interesses. Dessa forma, cada um projeta a cidade que deseja de maneiras distintas, podendo ocorrer a desarticulação do sentido coletivo da vida urbana.

Para que o sentimento comunitário prevaleça, Nygaard (2010) enfatiza a necessidade de um processo de cooperação entre os representantes da sociedade. A partir disso, destaca-se a importância da colaboração mútua entre os atores, para que os conflitos de interesse existentes não superem a iniciativa de transformação do espaço:

> Ao longo do processo de interação com o espaço os diferentes grupos vão tentando concretizar, via leis, obras, investimentos, pressões, as suas particularidades idealizações e interpretações. Com isso, fica conflagrado no espaço da cidade uma dinâmica de movimentos conflituosos, cada um perseguindo suas próprias visões e ideais, tentando moldar o espaço à sua maneira e na razão direta de sua força (NYGAARD, 2010, p. 51).

Essa cooperação torna-se fundamental para que não sejam tomadas atitudes ostensivas de ataque entre os grupos; que as demandas sejam atendidas equilibradamente; que os conflitos de interesse existentes não superem a iniciativa de intervenção e prejudique a transformação do espaço público; e que haja unidade nas tomadas de decisões, para que se chegue a um senso comum que atenda de forma justa todos os grupos envolvidos no processo e seus interesses. O equilíbrio entre as diversas opiniões é fundamental para que a sociedade como um todo reconheça nesse espaço suas práticas e seus valores:

> A convivência com as diferenças tem promovido nesses espaços o difícil aprendizado do reconhecimento do outro enquanto portador de direitos, assim como da existência e legitimidade do conflito, enquanto dimensões constitutivas da democracia e da cidadania. Por outro lado, esses novos cenários estimulam a consolidação da capacidade propositiva dos movimentos sociais e outros setores da sociedade civil que veio, ao longo dos anos 90, se somar à sua capacidade reivindicatória. Esta capacidade propositiva requer, diferentemente da simples reivindicação, o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista e corporativista (DAGNINO, 2002, p. 296)

As práticas urbanas de intervenção na microescala, que contam com o engajamento da sociedade civil, ainda são muito novas no contexto do planejamento urbano contemporâneo. A grande maioria das iniciativas contam apenas com o ativismo social para conceber os projetos idealizados. O envolvimento do poder público ainda não é muito efetivo nesses processos, porém, de acordo com Andrade e Linke (2016), é visível, em inúmeras cidades do Brasil, o surgimento de um novo modo de governança urbana dedicada a gestão do espaço público transformado pelo ativismo social. Apesar do poder público ser fundamental nesse processo, principalmente como facilitador e gestor, ressalta-se que é importante que não tenham atores que se sobreponham aos outros, para que não haja controles ideológicos, nem privilégios para determinados setores.

Segundo Rosa (2011), a relação entre poder público e interesses locais nas intervenções é complexa. Ressalta-se a importância de se agir em redes de colaboração, para que, através da associação entre grupos heterogêneos, atinja-se os objetivos propostos de modo a transformar os programas em ação. O governo municipal é tratado como um macroator e sua função é atender os interesses dos

habitantes. Para isso, opera de acordo com a estrutura administrativa, a agenda pública e seus instrumentos analíticos. Rosa (2011) ainda evidencia que, no caso das intervenções, esse cenário político ainda é bastante limitado, dificultando a eficiência dessa atuação. Os ativistas políticos entram como mediadores da relação entre governo e população, e são fundamentais para representar os direitos de partes negligenciadas da população. Destaca-se a importância e força desses movimentos, uma vez que possuem alta capacidade de mobilizar e intervir.

> Se as macro-organizações forem suficientemente inteligentes, serão capazes de integrar a diversidade de vários microatores em seus programas; se os microatores e ativistas urbanos conseguirem se ligar mais às redes de autoridades locais, serão capazes de crescer e se tornar parte do processo de tomada de decisão. Com a expansão de ambientes urbanos informais, a soma de vários microatores tem uma participação notável no futuro desenvolvimento das cidades - é por isso que estão se tornando mais importantes para as autoridades de planejamento oficial. Se focalizamos a sustentabilidade do sistema geral, a cidade só pode desenvolver-se com a combinação dos níveis macro e micro. No final, ambos deveriam perseguir os mesmos interesses (ROSA, 2011, p.156)

Em 2016, o instituto “A Cidade Precisa de Você” realizou o Seminário “Enquanto isso: políticas públicas para espaços transitórios”, no *Goethe-Institut* e na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, e como resultado publicou um documento que sintetizou os diálogos e o processo de troca de ideias entre sociedade civil e poder público, mediado por especialistas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e advogados, sobre o tema das intervenções urbanas transitórias e gestão do espaço público. Como panorama geral das discussões chegou-se a desafios, limitações e desejos apontados por cada um dos atores envolvidos.

O Poder Público traz como desafio o aprimoramento da gestão dos espaços públicos, o incentivo à participação social e a melhoria da comunicação com a sociedade civil. Mostra-se interesse em criar diretrizes e mecanismos que permitam experimentar novas formas de colaboração com a população, e de concepção dos espaços de experimentação. As demandas conflitivas e urgentes são colocadas como limitações, pois a quantidade de solicitações dificulta o planejamento a longo prazo; além dos conflitos de uso do espaço por diferentes grupos de interesse. Além disso, tem-se o desejo de facilitar e incentivar as novas práticas de ressignificação do espaço público, a fim de ofertar espaços com novas funções, que provoque encontros e usos pela comunidade (A CIDADE PRECISA DE VOCÊ, 2016).

Em relação a Sociedade Civil, o Instituto “A Cidade Precisa de Você” ainda evidencia desafios, limitações e desejos para o processo de microintervenções urbanas. Destacam-se como desafios: a falta de acesso às informações já disponíveis; de mapeamento dos caminhos legais para concretizar as intervenções nos espaços públicos; e de padronização dos processos burocráticos que são diferentes em cada subprefeitura; além da dificuldade no diálogo com o poder público. Como limitações cita-se a falta de conhecimento sobre a máquina pública e questões jurídicas, além da dificuldade do trabalho voluntariado nas ações devido a participação limitada. Os desejos são: a criação de mais políticas para a microescala; a desburocratização, simplificação e legitimação das intervenções através de processos mais transparentes; a participação efetiva nas decisões de interesse público; e a cooperação entre sociedade civil e poder público (A CIDADE PRECISA DE VOCÊ, 2016).

De acordo com esse documento a produção das microintervenções deve ser moldada pela parceria entre sociedade civil e poder público. O arquiteto convidado para o Seminário Kazuo Nakano expõe que o poder público não precisa criar o espaço e sim fomentar e apoiar sua transformação, fazendo-se necessário a criação de instrumentos que possam ser ativados ou desativados dependendo do contexto e necessidade da intervenção. Para a população essa interação entre os dois atores precisa de uma visão mais próxima, através de pesquisas que permitam a identificação das demandas reais. Segundo o poder público há interesse em apoiar as iniciativas, mediando os conflitos, facilitando e incentivando as novas formas de ressignificação do espaço público (A CIDADE PRECISA DE VOCÊ, 2016).

Ainda segundo o Coletivo A Cidade Precisa de Você (2017), o grande desafio desse cenário é pensar como os vários atores urbanos podem cooperar para configurar bons espaços. Atualmente não existem muitos modelos que integrem a participação e cooperação entre esses diferentes atores, por isso a importância do debate num contexto em que ocorre a multiplicação de grupos de cidadãos empenhados em modificar o espaço público e exercer seu direito à cidade.

O diálogo entre os diferentes atores mostra a importância da colaboração e cooperação mútua a fim de equilibrar os interesses e demandas de transformação e qualificação dos espaços públicos da cidade.

4 MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS NOS MUNCÍPIOS DE VILA VELHA E VITÓRIA – ES.

Os municípios estudados neste trabalho estão localizados no litoral do estado do Espírito Santo, e fazem parte da Região Metropolitana da Grande Vitória. De acordo com os dados do IBGE (2011), Vila Velha possui área territorial igual a 210,225 km², e população estimada (2019) de 493.838 pessoas, enquanto a capital do estado, Vitória, possui 97,123 km², com população estimada (2019) em 362.097 pessoas. A figura 12, a seguir, ilustra a localização dos municípios.

Figura 12. Localização dos municípios de Vila Velha e Vitória – ES.

Fonte: *Google Earth,* modificado pela autora, 2019.

A partir do reconhecimento de alguns importantes atores que promovem, facilitam e participam das ações de microintervenção colaborativa no contexto dos municípios de Vila Velha e Vitória, foi possível encontrar caminhos para se aprofundar nas pesquisas de identificação destas.

Para compreender este cenário realizou-se um questionário online, a fim de identificar onde estas ações foram desenvolvidas nos últimos 5 anos. O questionário foi enviado via e-mail para participantes do II Congresso Internacional de Arquitetura e Cidade, realizado na Universidade Vila Velha em novembro de 2019 e divulgado nas redes sociais.

A figura 13, a seguir, apresenta o mapeamento realizado com o resultado dessa pesquisa de identificação.

Figura 13. Mapeamento das microintervenções urbanas colaborativas dos municípios de Vitória e Vila Velha - ES.

Fonte: *Google Earth,* modificado pela autora, 2019.

No município de Vila Velha foram identificadas 5 microintervenções, sendo que o período de desenvolvimento é mais recente. As intervenções estão concentradas na regional administrativa central do município, nos bairros Praia de Itaparica, Itapuã e Praia da Costa – considerados com maior renda. Em sua maioria foram organizadas por empresas ou instituições privadas, e tiveram apoio da comunidade local.

O ponto de ônibus, ilustrado na figura 14, foi construído através de um processo colaborativo idealizado pela Vale, em 2017, dentro de seu projeto de relacionamento com a comunidade. A área de intervenção e a proposta foram escolhidas pela demanda da população local, e teve como objetivo qualificar o espaço de embarque e desembarque de passageiros do transporte coletivo, espaço inexistente anteriormente. Foram propostos mobiliários com materiais reaproveitados, jardins, e um acervo compartilhado de livros e revistas. A microintervenção teve participação da comunidade local, da Associação Ateliê de Ideias, do Palete Parque, além do financiamento e auxílio técnico da Vale.

Figura 14. Ponto de Ônibus, Praia de Itaparica.

Fonte: Acervo da autora, 2020.

Em Vitória, ao contrário de Vila Velha, as microintervenções possuem maior disseminação em comunidades carentes, e são, geralmente, articuladas por líderes comunitários e organizações sociais. Destaca-se a concentração de microintervenções no Território do Bem, região composta por 8 comunidades que se articulam através de um fórum de moradores para solucionar as demandas comunitárias locais.

A figura 15, a seguir, ilustra a microintervenção realizada no Centro Comunitário do bairro Jaburu, localizado no Território do Bem. A transformação ocorreu em agosto de 2016, com a proposta de elaboração de um deck-mirante que promove uma área de convivência pública. A microintervenção, além do engajamento dos moradores locais, também contou com a parceria da Associação Ateliê de Ideias, Palete Parque, alunos do IFES (Instituto Federal do Espírito Santo) e participantes do EREA Pontes 2016 (Encontro Regional dos Estudantes de Arquitetura). Também teve patrocinadores como a Petrobras e o *Brazil Foundation* (PALETE PARQUE, 2016).

Figura 15. Centro Comunitário, Jaburu, Vitória – ES.

Fonte: Palete Parque, 2016.

O Mirante Farol, como mostra a figura 16, está localizado no alto do morro de São Benedito, também localizado no Território do Bem. A microintervenção foi realizada em 2017 com a proposta de um espaço de valorização da vista local que abrange marcos naturais da região, e criação de um espaço de interação. A proposta surgiu de demanda comunitária, e teve como parceiros o Grupo Nação, a Associação Ateliê de Ideias, o Fórum Bem Maior e o Projeto Nós Amamos Laje; além de contar com os patrocinadores: Oi Futuro e Fundo Sócio Ambiental Casa (PALETE PARQUE, 2017)

Figura 16. Mirante Farol, São Benedito, Vitória – ES.

Fonte: Palete Parque, 2017.

O cenário das microintervenções urbanas colaborativas nos municípios ainda não apresenta muitas experiencias práticas com relevância para serem analisadas e discutidas quanto aos processos e resultados. Para tanto, apresenta-se neste trabalho a microintervenção “Oásis”, localizada no bairro São Benedito – Vitória, que faz parte do Território do Bem.

4.1 Oásis, São Benedito, Vitória – ES.

O caso a ser estudado a seguir tem como contribuição a representatividade das articulações de militância e resistência, no que diz respeito à luta por espaços públicos qualificados para convivência e interação social, principalmente em comunidades periféricas onde os recursos públicos são mal direcionados e os problemas socioespaciais que influenciam na dinâmica local não são resolvidos.

O objeto de estudo está localizado em São Benedito, bairro do município de Vitória – ES. São Benedito, juntamente com mais sete bairros (Bairro da Penha, Engenharia, Itararé, Consolação, Jaburu, Floresta e Bonfim) faz parte de um complexo denominado “Território do Bem”, localizado na Poligonal 1 – Grande Itararé, Região Central do município. Essas oito comunidades são organizadas e gerenciadas pelo “Fórum de Desenvolvimento Comunitário Bem Maior”, um espaço de debate e produção de conhecimento que articula soluções aos problemas comuns desse território a partir de interesses e decisões coletivas (FÓRUM BEM MAIOR, 2009).

No ano de 2008 o Fórum Bem Maior iniciou a produção de um Planejamento Estratégico Participativo (“Plano Bem Maior do Território do Bem”) para a região, que passou a funcionar como um instrumento-guia, determinando políticas e diretrizes para as ações de desenvolvimento do território a partir de demandas prioritárias das comunidades. Simultaneamente iniciou-se a pesquisa “Saberes, Fazeres e Perfil dos moradores do Território do Bem”, realizada pela Associação Ateliê de Ideias, em parceria com o Fórum Bem Maior e o SEBRAE-ES, que buscou compreender o contexto e realidade das comunidades integrantes (FÓRUM BEM MAIOR, 2009).

Neste Território foi identificado que os problemas ambientais, relacionados ao acúmulo de lixo em terrenos vazios e áreas públicas, possuíam grande relevância dentro das discussões apresentadas no Planejamento Estratégico, e, nesse contexto, o enfrentamento dessa questão foi elegida pelo Fórum como uma ação estratégica fundamental. Para isso, criou-se, em 2010, o “Projeto Ecos do Bem”, a fim de sensibilizar e conscientizar a população sobre o problema latente nas comunidades (BISCOTTO, 2011).

No contexto das questões discutidas neste trabalho, o Projeto Ecos do Bem possibilitou, através de uma rede de parcerias e colaboração entre diferentes atores sociais, como: Organizações Sociais (Ateliê de Ideias); Estudantes Universitários

(Escritório Modelo de Arquitetura – EMAU/UFES); Poder Público (Secretarias Municipais como de Saúde, Serviços, Educação, Gestão Estratégicas, Meio Ambiente e Obras); Iniciativa Privada (Voluntários do Banco do Brasil), e outros, ações de conscientização dos moradores locais e envolvimento dos mesmo em mutirões de microintervenções colaborativas nos espaços públicos atingidos pelo acúmulo de lixo. Nesse processo foram identificados e mapeados 216 pontos de lixo em todo Território do Bem, e os que apresentaram maior potencial foram selecionados para serem transformados em parques e jardins (BISCOTTO, 2011).

Em São Benedito foi identificado um terreno potencial para receber o projeto de intervenção, como ilustra a figura 17 a seguir. O terreno, localizado na esquina da Rua Tenente Setúbal com a Escadaria do Bem, é uma área privada, de propriedade do SECRI – Serviço de Engajamento Comunitário, que foi cedido pela instituição para transformação em espaço coletivo para a comunidade.

Figura 17. Área de intervenção em São Benedito.

Fonte: *Google Street View, 2020*.

A primeira intervenção, realizada no terreno em 2011, foi chamada de Teatro de Arena, um espaço transformado para ser palco de apresentações culturais organizadas por grupos emergentes na comunidade. Segundo entrevista, no dia da inauguração do espaço houve uma disputa armada entre facções criminosas da região, o que deixou um estigma de violência no espaço, afastando seus usuários. Por 4 anos o espaço continuou sem utilização, A figura 18, a seguir, ilustra a situação do terreno em 2016, antes de receber a nova intervenção.

Figura 18. Situação do terreno em 2016 antes da intervenção

Fonte: Associação Ateliê de Ideias, 2018.

A intervenção ocorrida em 2016 objetivou dar um novo sentido ao local, com a criação de um espaço público de lazer, e para isso formou-se uma rede de colaboração, importante para que o espaço se concretizasse. O projeto contou com a colaboração da Associação Ateliê de Ideais; da Oficina Marcenaria Bem Simples, patrocinada pela Petrobrás, localizada no bairro; Palete Parque, escritório de intervenção urbana; Unimed; e dos próprios moradores e usuários do bairro.

Durante o processo de imersão, fundamental para entender o contexto em que o terreno está inserido, foi observado que, inicialmente, o maior público usuário do terreno eram as crianças, que aproveitavam o único espaço livre um pouco mais protegido do bairro para fins recreativos. Apesar desse potencial, ficou entendido a importância desse espaço ser mais democrático, e atender a toda comunidade independente de idade ou grupo.

No projeto, desenvolvido pelo Palete Parque, propôs-se a utilização de materiais de baixo custo e fácil manuseio, a fim de permitir maior envolvimento da comunidade no processo de execução e na manutenção do espaço. A estrutura da intervenção foi construída com palets, material reutilizado que segue o princípio da

sustentabilidade aplicada à intervenção. Além disso, seguindo o mesmo princípio, também foram propostos uma horta comunitária e um sistema de captação de água de chuva, como ilustra a figura 19 a seguir.

Figura 19. Imagem do Projeto de Intervenção em Perspectiva.

Fonte: Palete Parque, 2016.

A proposta da horta é envolver a comunidade, principalmente as crianças, num processo de educação ambiental. Além disso, o projeto propõe a valorização dos espaços públicos e a importância da coletividade. O sistema de captação de água de chuva visa, principalmente, facilitar a irrigação e manutenção da horta comunitária.

Esse projeto foi apresentado para a comunidade numa tela projetada no próprio espaço a ser transformado, onde todos puderam compreender e aprovar a proposta, como ilustra a figura 20

Figura 20. Apresentação do projeto de intervenção para a comunidade.

Fonte: Palete Parque, 2016.

O processo de execução da intervenção contou com voluntários do Palete Parque, Célula EMAU UFES, e da própria comunidade, como ilustra a figura 21.

Figura 21. Processo de execução da intervenção.

Fonte: Palete Parque, 2016.

A figura 22, a seguir, ilustra o espaço transformado, resultado do processo de intervenção, que recebeu o nome de Oásis.

Figura 22. Oásis, São Benedito.

Fonte: Palete Parque, 2016.

A intervenção realizada em 2016 teve caráter temporário devido a utilização de materiais reutilizáveis, como o pallet. A madeira do pallet sofre com a exposição ao tempo, e precisa de renovação periódica. O piso de brita também dificulta a limpeza e manutenção do espaço, revelando a necessidade de uma pavimentação mais permanente. A figura 23 ilustra as condições dos mobiliários e do terreno em 2018, que demonstra a necessidade de manutenção e renovação dos equipamentos.

Figura 23. Situação do terreno e mobiliários em 2018.

Fonte: Associação Ateliê de Ideias, 2018.

Com a nova demanda de manutenção do espaço, a Associação Ateliê de Ideias submeteu um projeto de transformação do espaço ao edital nº 012/2017 da Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo, onde objetivo foi selecionar projetos culturais de educação patrimonial do Estado do Espírito Santo. O projeto de revitalização do Oásis São Benedito foi contemplado pelo edital, aliando no processo de intervenção as práticas sustentáveis de transformação do espaço.

Durante o processo, iniciado em agosto de 2018, foram propostas oficinas com as crianças atendidas pelo SECRI e toda comunidade local, para atender ao edital quanto a educação ambiental. O representante da empresa de produtos orgânicos Zona Verde foi o responsável por ministrar as oficinas relacionados ao tema, dentre elas: oficina de produção de mudas, através do plantio de sementes e tubérculos; oficina de pintura com tinta natural, realizando pinturas com tintas feitas a partir de vegetais, sendo proposto a exposição dessas pinturas; oficina de vaso irrigável de garrafa PET; oficina de compostagem, com a construção de uma composteira. As figuras 24, 25 e 26, a seguir, ilustram a realização das oficinas, que foram ministradas em espaço interno do SECRI e seguidas de visitas ao terreno de intervenção.

Figura 24. Oficina de vaso irrigável de garrafa PET.

Fonte: Palete Parque, 2018.

Figura 25. Oficina de Compostagem.

Fonte: Palete Parque, 2018.

Figura 26. Crianças atendidas pelo SECRI em visita ao terreno de intervenção.

Fonte: Palete Parque, 2018.

A intervenção física no espaço aconteceu simultaneamente com as oficinas, e antes mesmo de ser concluído, o espaço já era utilizado pela comunidade local. Como ilustra a figura 27, a seguir, o espaço foi utilizado para o evento de comemoração do dia das crianças.

Figura 27. Evento do dia das crianças no Oásis São Benedito.

Fonte: Palete Parque, 2018.

O evento estava previsto no orçamento do edital da SECULT, e contou com a presença de personagens circenses, atividades lúdicas, jogos, oficinas, contação de histórias relacionadas ao cotidiano do bairro, apresentação de dança dos alunos do SECRI e outras recreações. Também foram expostas as pinturas feitas com tinta vegetal realizadas em oficina (figura 28)

Figura 28. Exposição das pinturas realizadas com tinta vegetal.

Fonte: Palete Parque, 2018.

Como pode-se observar na figura 29, a seguir, o resultado final do processo de intervenção caracteriza um espaço público qualificado para o lazer e convívio da comunidade local, permitindo a interação entre diferentes usuários através da disposição de mobiliários adequados. A implantação do escorregador, pergolado, horta comunitária, e área sombreada naturalmente com árvores, possibilita a permanência e apropriação de maneiras diversificadas.

Figura 29. Espaço Transformado em São Benedito.

Fonte: Palete Parque, 2018.

A partir da transformação realizada no terreno outras iniciativas passaram a acontecer de forma espontânea no território. A figura 30 ilustra uma das intervenções realizadas de forma espontânea simultaneamente ao projeto do Oásis.

Figura 30. Praça da Juventude, apropriação espontânea da comunidade.

Fonte: Associação Ateliê de Ideias, 2018.

A própria população passou a enxergar os espaços públicos de forma diferente, entendendo a importância da existência de espaços humanizados e qualificados para o convívio em comunidade. O engajamento comunitário é um princípio fundamental na construção dessa mobilização, fazendo a diferença no processo de transformação e manutenção do espaço.

De acordo com o Relatório Final de Execução do Projeto Oásis São Benedito, o envolvimento da comunidade torna o processo em si mais proveitoso e rico que o resultado final, a intervenção. A experiência de estar em uma rede de colaboração, empenhados em prol de um bem comum, traz à tona o sentimento de pertencimento, a afetividade, e por fim, a identidade:

> Já é possível notar uma nova forma da comunidade se relacionar com aquele espaço, de modo que a equipe entende que os principais objetivos que o projeto pretendia alcançar foram obtidos, quais sejam: a revitalização do terreno do Oásis, com seu consequente retorno como espaço de lazer da comunidade, e o despertar das crianças e jovens para temas importantes, tais como: preservação do meio ambiente; educação patrimonial; cidadania; sentimento de pertencimento; valorização da história e da cultura locais; itens integrantes em critérios de urbanidade e qualidade de vida (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS, 2018).

Como afirma Cavalcanti e Elali (2011) a relação criada entre a pessoa e o espaço transformado consiste num processo de apropriação. Esse lugar, ao ser apropriado, é coberto de marcas e referências que constroem a noção de identidade. A partir do momento em que a população entende o espaço como seu, as vivências e vínculos com o espaço são aprofundados.

De acordo com as entrevistas, atualmente, em São Benedito, a população local utiliza o espaço transformado não só como uma área de lazer cotidiana, mas também como palco para eventos comunitários e até mesmo reservados, como festas de aniversário. Isso configura um processo de identificação onde o espaço se apresenta como um prolongamento da própria casa, oportunizando momentos de confraternização.

O processo colaborativo também teve participação de grandes empresas privadas como a Petrobrás e a Unimed. A Unimed participou da primeira intervenção no Oásis, doando mudas para a horta comunitária, envolvendo os funcionários no processo de plantio. E a Petrobrás participou na segunda intervenção, atuando na limpeza do terreno através de uma proposta interna de fortalecimento do voluntariado coorporativo. A partir disso, vale ressaltar que nem sempre as empresas ganham

visibilidade midiática participando das intervenções. De fato, as ações voluntárias aparecem nos relatórios sociais, para fins de comprovação de responsabilidade social.

Apesar de haver uma crítica sobre o interesse das empresas em patrocinarem as microintervenções, a colaboração e fortalecimento do movimento através do envolvimento destas, mostra-se válidos, uma vez que dá maior credibilidade e visibilidade, tanto ao espaço, quanto a comunidade e os demais atores e organizações envolvidos no processo; além de auxiliar com recursos, sejam eles de capital, insumo ou mão de obra, que são sempre necessários para que a transformação ocorra.

Ainda baseado nas entrevistas, vale ressaltar que o papel da Prefeitura ainda é um fator negligenciado nos processos de intervenção. Em São Benedito, desde 2011, são realizadas transformação nesse espaço que é visto pela comunidade como uma área potencial para sociabilidade. Sendo assim, o objetivo principal dessa movimentação é que o poder público reconheça esse potencial, e realize obras de qualificação permanente para transformação da área em um espaço público oficial.

Porém a realidade é diferente do que se espera. Durante o processo de intervenção em São Benedito, o poder público, no que diz respeito a secretaria de obras, não teve atuação. No processo de 2018, foi encaminhado um Ofício de Solicitação de Apoio, solicitando a pavimentação do terreno, sendo necessário 150m² de pav's, mão de obra para execução e frete. A solicitação não foi atendida e o projeto ficou comprometido por falta de verba para esse fim.

Como afirma Rosa (2011), o cenário político no contexto das microintervenções ainda é muito limitado, o que dificulta a colaboração desse ator social que é de fundamental importância para os processos. Tendo o poder público como colaborador, as intervenções passam a funcionar de maneira legalizada, contando com apoio público, principalmente, para posteriores melhorias e manutenção do espaço.

O processo de intervenção em São Benedito, realizado de forma colaborativa entre a comunidade local e atores que desempenharam funções técnicas, trouxe visibilidade para as associações e movimentos que estiveram envolvidos na transformação do espaço.

O processo a ser descrito a seguir, realizado pela Companhia Vale do Rio Doce, teve como colaboradores algumas organizações em comum com o processo de São Benedito, como: Palete Parque, Associação Ateliê de Ideias e Célula EMAU UFES. Isso demonstra a importância de se formar uma rede de colaboração fortalecida e com experiência para iniciar e conduzir novos processos.

4.2 Espaço Multicultural, em Itapuã, Vila Velha – ES.

O caso a ser estudado nesta sessão é resultado do programa “Instituições do Futuro”, realizado pela Vale, empresa privada que, num processo colaborativo entre diferentes setores da sociedade, promoveu, através de um “Laboratório Social”, intervenções urbanas em três bairros dos municípios de Serra e Vila Velha, no ano de 2017.

“Instituições do Futuro” é um programa que tem como objetivo o aprimoramento e fortalecimento das Organizações e Instituições Sociais. É de responsabilidade da empresa manter um bom relacionamento com as comunidades afetadas pelos seus serviços, dessa forma, a iniciativa visa entender as demandas da comunidade através de um processo constante de diálogos que permite identificar temáticas e ações a serem desenvolvidas. A figura 31, a seguir, ilustra os princípios do programa desde sua implantação, em 2015 (VALE, 2017).

Figura 31. Evolução do Programa Instituições do Futuro (2015-2017).

Fonte: Vale, 2017.

Para a Vale (2017), implantar esse tipo de programa com a comunidade visa: a) buscar uma mudança de postura, atuando como co-criadora e não mais como patrocinadora de ações; b) criar um novo modelo de diálogo e relacionamento para construção de soluções sociais; c) direcionar investimentos para interesses coletivos das comunidades; e d) desenvolver ideias que de fato beneficiem a sociedade.

Em 2017, a temática identificada pelo programa foi “Intervenção Urbana”, tendo com problemática central: “como podemos ocupar os espaços públicos com intervenções que ampliem a participação jovem, deem voz as suas ideias e incentivem a sua cidadania?” (VALE, 2017, p. 3), tendo como princípios a empatia, parceria e a inovação.

O programa teve como objetivo realizar 06 (seis) propostas de Intervenção Urbana, tendo como área de atuação os bairros: Praia da Costa, **Itapuã**, e Praia de Itaparica, no município de Vila Velha; e em Serra: Central Carapina, Carapina Grande e Diamantina; envolvendo aproximadamente 70 pessoas em cada um dos municípios.

A partir da figura 32, destaca-se a importância da colaboratividade (rede de participação) entre diferentes atores sociais (jovens, instituições do terceiro setor, lideranças, especialistas e empregados da Vale) desde o princípio desse processo de intervenção nos espaços públicos (VALE, 2017).

Figura 32. Poster de divulgação do Laboratório Social de Intervenções Urbanas.

Fonte: Vale, 2017.

No contexto dos objetivos deste trabalho, será analisado apenas o processo realizado para a idealização dos três projetos implantados no município de Vila Velha (por terem acontecido, numa primeira etapa, simultaneamente). Porém, terá como foco as especificidades (destacadas nas etapas posteriores) da Intervenção proposta para o bairro **Itapuã (Vila Velha)**, entendendo que o espaço resultante neste bairro possui maior relevância para as discussões abordadas neste trabalho.

O Laboratório Social

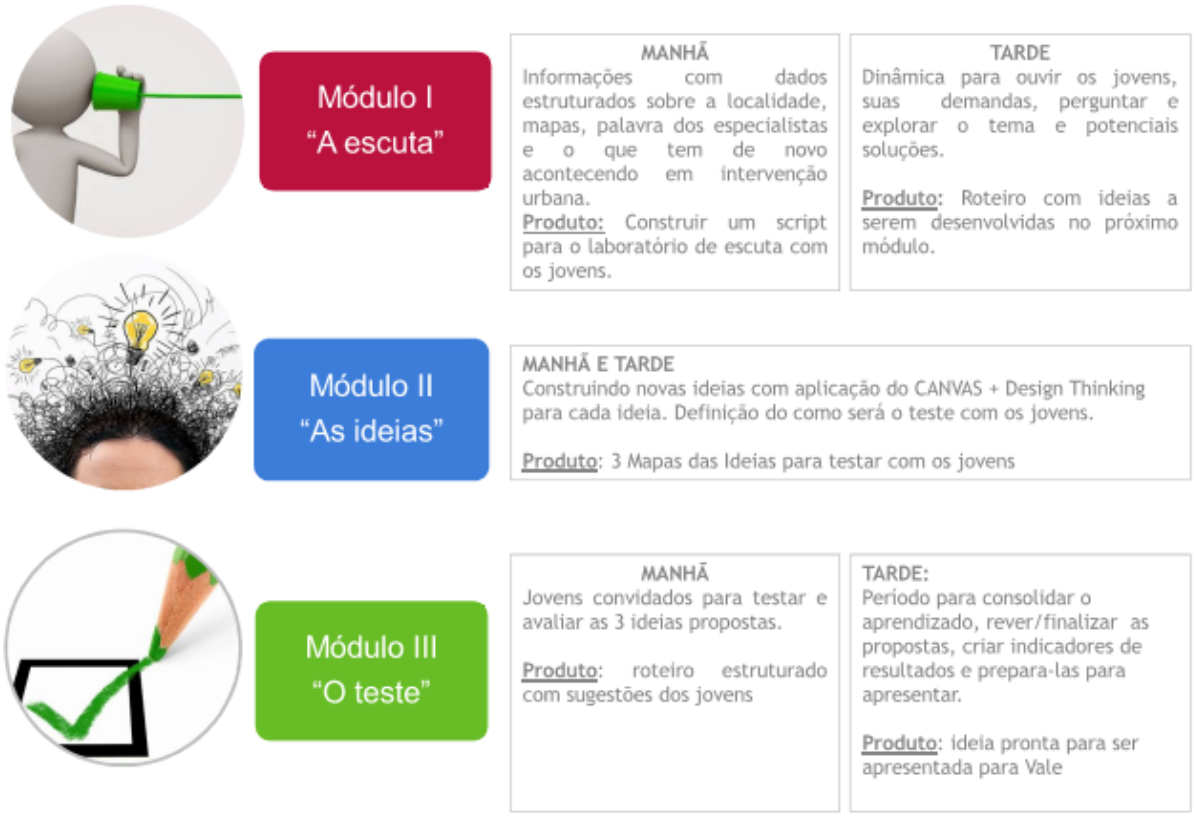
O processo de desenvolvimento das ideias e concepção dos projetos de intervenção, como ilustra a figura 33, foi estruturado em 5 etapas: 1) Empatia (Quem?): etapa de identificação e motivação dos diferentes atores sociais envolvidos no processo (focando na visão dos jovens); 2) Definição (O que?): para entender a demanda desses atores, principalmente quanto ao local ideal para desenvolver as intervenções; 3) Idealizar: etapa de concepção das propostas por cada um dos grupos; 4) Prototipar (Como?): filtrar e unificar as propostas e compreender sua viabilidade, através da construção de um protótipo; 5) Testar (Por que?): apresentação e adequação da proposta (VALE, 2018).

Figura 33. Processo de Construção dos Projetos.

Fonte: Célula EMAU, 2017.

A etapa Idealizar que corresponde a fase de imersão para entender as demandas dos três bairros do município foi dividida em três módulos: 1) “a escuta”; 2) “as ideias”; e 3) “o teste”, como ilustra a figura 34. Essas atividades tiveram participação de representantes de: associações de moradores; coletivos urbanos; organizações e movimentos sociais; empresas especializadas; comunidades religiosas; comunidade acadêmica; e alunos das escolas públicas de cada bairro, tendo como foco a visão do jovem.

Figura 34. Divisão dos módulos do Laboratório Social de Intervenção Urbana.



Fonte: Vale, 2018.

Os módulos foram realizados no período da manhã e da tarde (8h30 às 17h), sendo um por mês (que aconteceram em junho, julho e agosto de 2017). Estes foram conduzidos pelos funcionários da Vale, e por parceiros como o Quintal de Ideias, Ateliê de Ideias, Escritório Modelo Célula EMAU UFES e Criativo Caipira, que atuaram como facilitadores e organizadores das ideias. Para cada um dos módulos havia um produto final a ser alcançado por cada grupo (VALE, 2018).

O módulo I (realizado em 30 de junho de 2017), "a escuta", apresentou, através de mapas e imagens, os bairros onde seriam implantados os projetos. Também foram apresentados exemplos do que são as Intervenções Urbanas, a fim de despertar, nos participantes, um olhar diferente para o espaço público, contribuindo com referências práticas para as próximas atividades. Nesta etapa, os participantes foram agrupados de acordo com o bairro que representavam, como ilustra a figura 35.

Figura 35. Grupo com representantes do bairro Itapuã.

Fonte: Célula EMAU, 2017.

Cada um desses grupos deveria identificar no mapa, dentro do limite do seu bairro, locais potenciais para receber as intervenções de acordo com as demandas reais da comunidade, bem como listar propostas de atividades ou usos para serem desenvolvidas e aprimoradas nas próximas etapas. Como produto final desse módulo, o “Facilitando Ideias”[10] ilustrou (Figura 36) as demandas dos grupos de cada bairro. O grupo representante do bairro Itapuã trouxe como demandas: limpeza do lixo da rua; revitalização da praça do bairro; espaço para horta comunitária, grafite a céu aberto em muros, biblioteca, galeria de arte a céu aberto, pista de skate e atividades culturais.

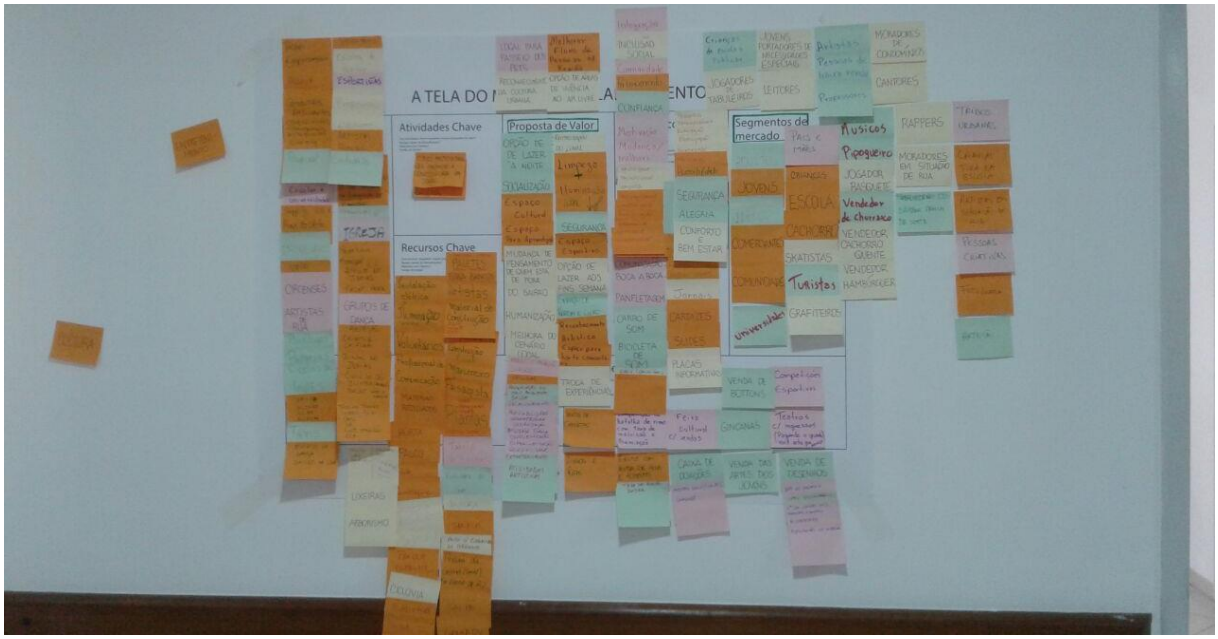
[10] A “Facilitando Ideias” é uma empresa de facilitação e síntese visual, que, através de ilustrações, ajuda pessoas e empresas a transmitirem conhecimento e compartilharem ideias com objetivo de facilitar o aprendizado.

Figura 36. Síntese das demandas identificadas pelo grupo de Itapuã.

Fonte: Célula EMAU, 2017.

No módulo II (realizado em 07 de julho de 2017), “as ideias”, os grupos precisavam aplicar a metodologia *Business Model Canvas* (modelo que incentiva a inovação, colaboração, cocriação e prototipação) direcionado à proposta de intervenção, através da utilização de notas adesivas. O modelo de negócio Canvas objetiva compreender quais são os (as): parceiros-chave; atividades-chave; recursos-chave; estruturas de custos; proposta de valor; relações com clientes; segmentos de mercado e fontes de renda, como ilustra a figura 37.

Figura 37. Quadro CANVA para proposta de Intervenção Urbana.



Fonte: Célula EMAU, 2017.

Como resultado final do módulo II, os participantes sintetizaram todas a ideias e desenvolveram um protótipo da Intervenção Urbana para seu bairro, como ilustra a figura 38. Este foi realizado com a utilização de Lego, para incentivar a criatividade na materialização dos projetos. O objetivo foi transformar as ideias num produto físico, a fim de auxiliar na visualização e na evolução dos projetos (VALE, 2018).

Figura 38. Protótipo para Intervenção no bairro Itapuã.

Fonte: Célula EMAU, 2017.

Após a idealização das propostas para cada bairro, o escritório modelo de Arquitetura da UFES desenvolveu os projetos em *softwares* especializados para facilitar a compreensão destes. Esses projetos foram apresentados para todos os participantes, a fim de serem “testados” e aprovados pelos usuários, configurando o módulo III, “o teste” (realizado em 04 de agosto de 2017). Posteriormente, foram elaboradas pranchas explicativas com a localização, conceito e proposta de intervenção para serem apresentadas à Prefeitura (figura 39).

Figura 39. Prancha Conceitual da Proposta de Intervenção em Itapuã.

Fonte: Célula EMAU, 2018.

Os três projetos foram apresentados à Prefeitura Municipal de Vila Velha numa reunião entre os jovens que participaram da elaboração da proposta e demais representantes dos bairros, junto ao Prefeito e o Secretário de Desenvolvimento Urbano, como ilustra a figura 40 a seguir. Segundo depoimentos das entrevistas, nessa reunião não foi assinado nenhum documento de liberação para realização das intervenções, o que gerou alguns problemas que serão descritos posteriormente.

Figura 40. Apresentação das propostas de Intervenção à Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Fonte: Célula EMAU, 2018.

Após a apresentação da proposta, os projetos ainda sofreram algumas adequações de acordo com a realidade do espaço e das limitações de orçamento da CVDR. As modificações não foram discutidas em oficina, e sim em reuniões posteriores. A figura 41, a seguir, ilustra o projeto final para implantação da Intervenção no bairro Itapuã.

Figura 41. Projeto Final da Intervenção em Itapuã.

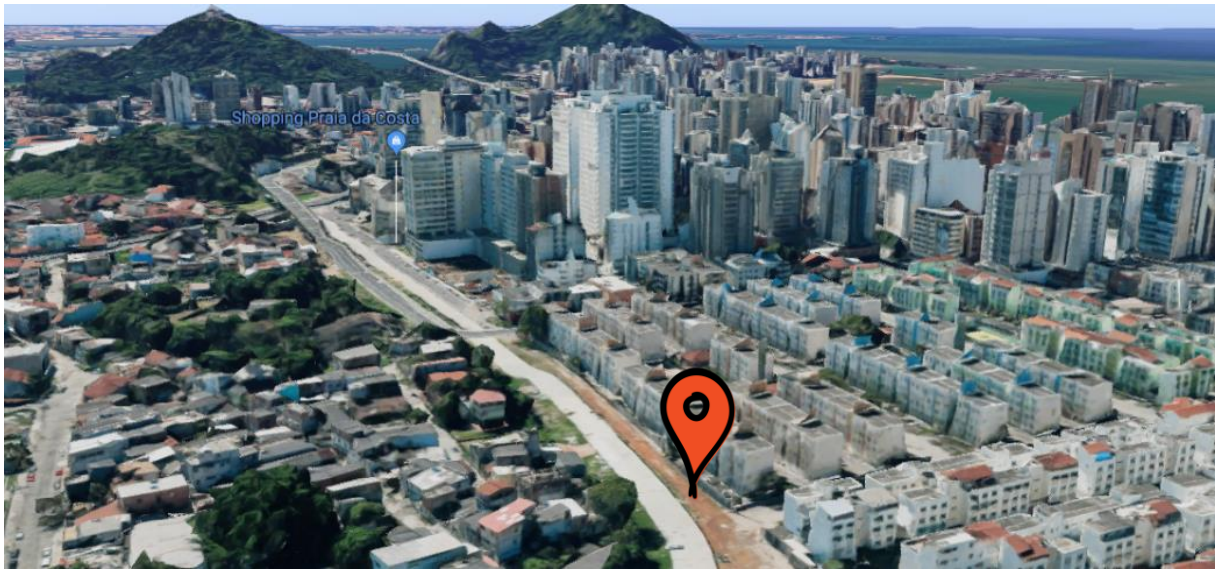
Fonte: Célula EMAU, 2018.

O Processo de Execução

A proposta de Intervenção do Laboratório Social da Vale para o bairro Itapuã partiu da identificação de demanda dos usuários locais com foco na vivência dos jovens (faixa etária entre 13 e 15 anos) nos espaços públicos. Estes foram representados, principalmente, por estudantes da Escola Municipal Thelmo Torres, localizada próximo ao local compreendido por estes como potencial para implantação da intervenção. Participaram também coletivos urbanos, organizações (como o MOVIVE[11], Ubuntu[12]) e lideranças locais.

A área de intervenção trata-se de um espaço remanescente de infraestrutura viária, resultante do Projeto de Mobilidade Metropolitana do Governo do Estado do Espírito Santo, que realizou, em 2010, a obra de construção do Viaduto da Terceira Ponte, e o tamponamento do Canal da Costa próximo ao Shopping Praia da Costa. A obra gerou área residuais às margens do Canal coberto desarticuladas com o entorno, uma vez que não configuram espaços públicos ou vias de circulação, como ilustra a figura 42.

Figura 42. Localização da área de intervenção em Itapuã.



Fonte: Google Maps 3D, editada pela autora, 2019.

O canal, além de criar uma ruptura no tecido urbano é também responsável por separar, fisicamente, classes sociais existentes no mesmo bairro. Percebe-se na figura 42, a cima, uma diferenciação construtiva nas edificações que margeiam o

[11] MOVIVE é uma ONG que direciona esforços para a Rede de Desenvolvimento Sustentável da cidade de Vila Velha.

[12] UBUNTU é uma Associação composta por jovens que promovem a conscientização ambiental por meio de ações coletivas no município de Vila Velha.

Canal coberto. De um lado (à esquerda na figura), existe uma população de baixa renda, em situação irregular, abrigados em residências autoconstruídas. Do outro (à direita), uma população de classe média, residente em condomínios fechados. Esses fatores influenciam diretamente na dinâmica de apropriação do espaço.

De acordo com as entrevistas, a potencialidade do local para intervenção foi visualizada a partir de uma apropriação pré-existente. A princípio, o espaço era utilizado como descarte de lixo e possuía grande acúmulo de água de chuva, causando doenças na população mais próxima. Por iniciativa de uma moradora, o espaço passou a ser cuidado e humanizado através da utilização de pneus que funcionavam como estrutura para jardins e mobiliários, gerando um movimento de pertencimento que também motivou a escolha do local.

Segundo relato dos participantes do processo, o contexto do espaço antes da intervenção era caracterizado por problemas relacionados a segurança pública, uma vez que é um espaço abandonado pelo Poder Público, sem qualquer tipo de infraestrutura. Esse abandono culminava na atração diária de usuários de entorpecentes e moradores de rua, gerando insegurança aos transeuntes locais.

A figura 43, a seguir, é um registro da área antes do início da intervenção, que mostra a falta de infraestrutura básica e qualidade espacial. Além disso registra a apropriação pré-existente, realizada através da plantação de mudas em pneus.

Figura 43. Área de implantação da Intervenção em Itapuã.

Fonte: Palete Parque, 2017.

A execução da obra de intervenção teve início em 11 de julho de 2018, após um longo processo burocrático na Prefeitura de Vila Velha. A liberação do espaço foi concedida através de um Acordo de Cooperação, assinado em 25 de maio de 2018, resultado final do Processo 61041/2017. O acordo foi firmado entre a Prefeitura de Vila Velha (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade) e a Associação Ateliê de Ideias, tendo, ainda, como intermediários: Célula – EMAU/UFES, Vale e Palete Parque, onde foi concedido o Alvará de Pequenas Obras, com Data de Emissão em 05 de julho de 2018 (PALETE PARQUE, 2018).

De acordo com depoimentos das entrevistas, o processo de liberação do espaço para execução da intervenção foi demorado e burocrático. Foi necessária a abertura de um protocolo para Alvará, onde foram exigidos projetos detalhados, com memória de cálculo, memorial descritivo, e muitas outras exigências que atrasaram o processo. A intervenção foi tratada como obra edificada, tendo que cumprir todos os pré-requisitos burocráticos para sua aprovação e liberação. A reunião de apresentação do projeto, realizada com o Prefeito e Secretário de Desenvolvimento Urbano, não teve validade alguma para o processo de liberação.

Durante as entrevistas também foi relatado que a participação popular no processo de execução do projeto não foi muito eficaz, e buscou-se compreender os fatores que condicionaram essa situação. Primeiramente, a realidade (contexto) dos locais de intervenção: segundo a visão dos entrevistados, os projetos realizados em Vila Velha (Itaparica, Itapuã e Praia da Costa) não contaram com o engajamento popular por uma questão cultural. Por serem bairros de renda mais alta, os moradores não estão acostumados a se mobilizarem em prol de uma luta ou resistência comunitária, como acontece em bairros mais pobres e periféricos (como aconteceu nos casos de Intervenção realizados pela Vale em Serra).

Segundo, o fato de que os participantes com maior representatividade durante o processo de concepção do projeto terem sido os jovens da Escola Thelmo Torres. Quando o espaço começou a ser executado de fato, os jovens representantes já haviam concluído os estudos e não estavam mais na escola, o que dificultou o contato e mobilização para dar continuidade ao projeto. Outro fator foi que grande parte dos moradores locais não participaram do Laboratório Social da Vale, ou seja, do processo de concepção do projeto. Sendo assim não houve uma proatividade em intervir de fato naquele espaço posteriormente, por não terem participado efetivamente do processo de concepção.

A falta de envolvimento dos moradores locais dificultou também a mobilização de parceiros para a realização da obra, que deveria, a princípio, ser executada pelos próprios moradores, com auxilio técnico, em forma de mutirões. Dessa forma, a Vale viu a necessidade de contratar os especialistas do Palete Parque (que já estavam participando de forma voluntária do processo de concepção dos projetos) para executar a obra de intervenção proposta.

Um fator importante que influenciou a execução do projeto foi o fato da área ser alagável, por estar num nível mais baixo que a rua criada com o tamponamento do Canal. O fato aumentou o custo da obra pela necessidade de criar uma estrutura mais adequada para atender a esse condicionante ambiental, além da necessidade da utilização de materiais mais duradouros, como ilustra a figura 44.

Figura 44. Fase inicial da obra de Intervenção em Itapuã.

Fonte: Palete Parque, 2018.

De acordo com os relatos das entrevistas, a participação dos moradores no processo de execução do projeto se deu, principalmente, através de apoio logístico. Os moradores cederam alguns espaços para depósito de material; auxiliaram na limpeza e manutenção do espaço durante a obra. O condomínio vizinho forneceu iluminação e liberou a utilização dos sanitários para os responsáveis pela execução, criando-se de certa forma, um sentimento de responsabilidade pelo espaço.

Um momento de atuação direta dos moradores, previsto pela Vale, para humanização do espaço, foi o mutirão de plantio de mudas. Primeiramente, a Vale convidou os moradores e demais participantes do Laboratório Social para uma Oficina de Jardinagem com intuito de ensinar o passo-a-passo para o plantio de mudas no espaço em construção.

A oficina aconteceu no Parque Botânico (18/08/2018), tendo um funcionário do Parque como instrutor. Na oficina foram entregues as mudas para cada participante, e os mesmos as plantaram em vasos também disponibilizados pela Companhia. Nessa oficina, os participantes entenderam as especificidades das espécies que seriam plantadas na área de intervenção e foram orientados sobre o mutirão, como ilustra a figura 45.

Figura 45. Oficina de Jardinagem com os participantes do bairro Itapuã.

Fonte: Célula EMAU, 2018.

Após a Oficina de Jardinagem os moradores e demais participantes foram convocados para o mutirão de transformação e humanização do espaço, realizado através do plantio das mudas fornecidas pela Vale (22 de setembro de 2018). Essa participação é vista como uma importante forma de se criarem laços mais estreitos entre o ambiente modificado e seus usuários. Como ilustra a figura 46, a seguir, o mutirão teve participação de moradores (crianças, jovens e adultos) além dos técnicos da Vale.

Figura 46. Mutirão de Transformação do Espaço Multicultural.

Fonte: Vale, 2018.

O espaço foi inaugurado no dia 01 de novembro de 2018, com um evento realizado pela Vale em parceria com os moradores, organizações, coletivos e outros atores envolvidos no processo. O evento contou com a apresentação da orquestra Jovem da Vale e apresentação de um grupo jovem de dança organizado pela Escola Thelmo Torres, como ilustra a figura 47, a seguir.

Figura 47. Evento de Inauguração do Espaço Multicultural.

Fonte: Célula EMAU, 2018.

A partir da descrição desse processo, através dos questionamentos levantados nas entrevistas, foi possível compreender melhor a relação pessoa-espaço no que diz respeito a atuação e o envolvimento dos diferentes atores sociais na microintervenção de Itapuã ao resgatar alguns conceitos e situações estudadas nos capítulos anteriores de revisão bibliográfica.

Uma questão importante levantada durante as entrevistas foi a falta de participação efetiva da comunidade local no processo de execução do projeto. Segundo relato dos profissionais que executaram a obra, a falta de participação dos moradores mais próximos a intervenção durante a concepção do projeto refletiu em algumas insatisfações durante a execução da obra. Por estarem executando uma obra

na rua, que estava sujeita a opiniões diversas dos transeuntes e moradores, os responsáveis precisavam sempre tentar justificar a proposta de acordo com o projeto concebido no Laboratório Social.

A partir dessa realidade, entende-se que a visão de um só seguimento social (no caso, dos jovens), foi limitada para a construção de uma intervenção que pudesse atender também a outros públicos mais diversos. A restrição dos participantes do processo de microintervenção de Itapuã pode ter influenciado no resultado final do processo, e talvez em seu insucesso quanto a mobilização e envolvimento da comunidade local.

Relacionado a essa situação, vale resgatar, por exemplo, o conceito de comum discutido por Hardt e Negri (2005), em que se diz que as singularidades manifestadas durante um processo colaborativo precisam ser transformadas em uma produção comum. Assim os usuários finais do espaço conseguem de fato se sentir parte dele, por terem colaborado com sua idealização.

A importância do processo ser realizado numa rede de colaboração afeta diretamente na utilização do espaço transformado, na medida em que durante o processo são criados vínculos identitários, simbólicos e afetivos que segundo Cavalcanti e Elali (2011) constroem o sentimento de pertença pertencimento ao lugar, a capacidade do homem de se apropriar e se vincular a um determinado espaço. A partir do momento em que um certo público usuário do espaço não participa ou não opina na sua transformação, como afirma Tanscheit (2016), o processo perde a essência da colaboração e não transparece a real necessidade do local.

Ao resgatar o conceito de *Placemaking*, apresentado pela PPS (2018), entende-se que, apesar de ser importante a colaboração dos diversos atores sociais, a comunidade local precisa ter um destaque nesse processo. É necessário que os diferentes usuários do espaço apresentem suas demandas, e estas sejam acolhidas e sintetizadas de forma a atender a diversidade de apropriações, o que não aconteceu de forma satisfatória nesse caso.

Outro ponto de destaque é o fato de as experiencias de microintervenções discutidas nos capítulos de referência bibliográfica trazerem como princípio uma abordagem “de baixo pra cima”, nas quais a própria comunidade se organiza e se mobiliza em prol da transformação de um espaço como forma de resistência. No caso estudado a microintervenção foi realizada por iniciativa de uma empresa privada (Vale), sendo assim um processo que, apesar de colaborativo e válido, se deu “de

cima pra baixo”, a medida em que a demanda por um espaço coletivo não era uma pauta comum da comunidade local, e a intervenção no espaço foi, de certa forma, “imposta”.

Uma realidade marcante desse processo foi a falta de colaboração do poder público. A Prefeitura Municipal de Vila Velha atuou apenas na liberação do espaço para intervenção, através da assinatura de um termo de cooperação que forneceu o Alvará para Pequenas Obras. Não houve nenhum tipo de auxilio acordado quanto a infraestrutura, manutenção e limpeza do espaço público. Após a finalização da obra, solicitou-se através de protocolo que, pelo menos, a iluminação do espaço fizesse parte do serviço de iluminação pública do bairro, para acendimento automático junto aos demais postes da região, e a solicitação foi atendida.

Vale destacar a demora enfrentada pelos proponentes da intervenção no que diz respeito ao poder público. O processo de concepção dos projetos teve fim em agosto de 2017, e a liberação do espaço para intervenção, concedida através de Alvará, se deu apenas em julho de 2018, quase um ano depois.

O principal objetivo, a partir da finalização da intervenção, é que a Prefeitura Municipal de Vila Velha reconheça esse espaço como parte do sistema de espaços livres de uso público do município e possa aumentar sua área de utilização e infraestrutura, atraindo novos usos e usuários para o espaço transformado pela iniciativa privada em colaboração com a sociedade civil organizada. Esse reconhecimento fortalece as intervenções colaborativas como um processo válido para qualificação e transformação dos espaços públicos.

4.3 Considerações sobre os casos estudados

Como visto nas sessões anteriores, os dois casos de microintervenção urbana colaborativa estudados nos municípios de Vila Velha e Vitória (ES) são espaços que já possuíam algum tipo de apropriação anterior pela comunidade local, e que, por isso, foram vistos como potencial para possível intervenção de qualificação e humanização. Dessa forma, são espaços com demandas reais da população, sendo importantes para ativar o sentimento de pertencimento, identidade e responsabilidade socioespacial.

Durante a coleta de informações buscou-se compreender a atuação dos três principais atores sociais previsto no objetivo do trabalho: sociedade civil, poder público e iniciativa privada. Porém, a partir das entrevistas e através da análise dos

documentos cedidos pelos atores envolvidos, foi identificada a recorrência de um quarto ator social que se mostrou importante na concepção e materialização dessas ações: os especialistas.

Estes, em sua maioria, são arquitetos e urbanistas que trabalham para o mercado com uma nova visão de empresa, pautada na responsabilidade e sustentabilidade social. Em ambos projetos foram responsáveis por conduzir e mediar os processos de concepção e execução das propostas de intervenção durante o processo de imersão colaborativa.

No contexto das microintervenções nos dois municípios supracitados, esse quarto ator foi representado pela atuação dos escritórios de intervenção urbana “Palete Parque” e “Cidade Quintal”. Ambos trabalham com processos criativos e participativos de intervenção na cidade a partir da imersão no contexto local, sendo o primeiro deles intervindo com o uso de mobiliários de madeira reutilizada (paletes) e o segundo deles atuando através da pintura artística (arte urbana).

Seguindo as análises comparativas, quanto a participação do ator “sociedade civil”, percebe-se que o contexto socioespacial no qual as microintervenções se inserem, principalmente no que diz respeito a classe social, pode ser um fator determinante para o desenvolvimento dos processos e na apropriação final da intervenção.

Pautando-se nas declarações dos representantes envolvidos em ambas microintervenções, é nítido que o empenho e a proatividade dos voluntários em um contexto mais carente são mais efetivos que em um contexto de classes mais altas.

Na microintervenção realizada no bairro São Benedito, em Vitória, que representa a comunidade de baixa renda, os moradores locais já possuíam uma organização estruturada em prol do bem coletivo – fortalecida pelo fórum de moradores –, e isso facilitou a organização e realização dos mutirões da microintervenção. Destaca-se também a importância da articulação dos líderes comunitários e das associações que representam o bairro.

Ao contrário, Itapuã - Vila Velha, se insere num contexto predominante de classe média. Os movimentos comunitários, apesar de estarem presentes no processo de concepção das propostas, não foram efetivos na mobilização da população. A existência de classes sociais diferentes num mesmo território também interferiu diretamente na proposta e mobilização. Os conflitos sociais refletiram diretamente no custo final da obra, e a falta de envolvimento resultou na contratação

de profissionais para todas as etapas da execução, além da compra de materiais que previam ser doados.

Questões políticas e partidárias também são fatores relevantes na análise do papel da sociedade civil nas microintervenções, uma vez que isso pode ser um facilitador ou dificultador dependendo do posicionamento. Os líderes comunitários e representantes de movimentos sociais, que geralmente são responsáveis por articular a população, também possuem, muitas vezes, ligações políticas que podem influenciar na validação das propostas de intervenção,

Vale destacar também que a iniciativa privada teve um papel relevante no contexto da microintervenção realizada em Itapuã, uma vez que o processo teve como característica a ação de “cima pra baixo”. Ao contrário da microintervenção em São Benedito, que foi realizada num processo “de baixo pra cima”, ou seja, uma iniciativa da própria comunidade, esta teve como propositor uma empresa privada que havia interesse em qualificar o local. Assim como já visto na literatura, as microintervenções realizadas de “cima pra baixo” não possuem resultado satisfatório como os processos de “baixo pra cima”, principalmente pela falta de identificação e engajamento da comunidade local.

Um outro fator de destaque foi que, em ambos processos de microintervenção houve a omissão do ator “poder público”. Apesar de em Vitória a revitalização do Oásis ter sido financiada por edital público (Estadual), nos dois casos estudados, as prefeituras municipais, tanto de Vila Velha quanto a de Vitória, não se disponibilizaram a auxiliar as práticas colaborativas, principalmente quanto às solicitações relacionadas à qualificação da infraestrutura urbana.

No Oásis, em São Benedito, por exemplo, houve a solicitação de material e mão-de-obra especializada para instalação de pav’s (pisos intertravados de concreto), que não foi atendida, alterando o projeto e onerando as obras de intervenção por parte dos demais colaboradores.

No Espaço Multicultural, em Itapuã, o poder público (representado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano) assinou um termo de cooperação com o requerente (Associação Ateliê de Ideias) no qual a contribuição foi apenas a liberação do espaço para a realização da intervenção, não constando nenhum outro tipo de benfeitoria ou manutenção para o espaço. Posteriormente, deu-se entrada num protocolo, solicitando que a iluminação do espaço fizesse parte do sistema de iluminação pública, que foi atendido.

De acordo com as entrevistas, o poder público do município de Vitória tem maior atuação nessas frentes de intervenção através da Secretaria Municipal de Cultura (SEMC), principalmente através do projeto “A Arte é Nossa” que incentiva a humanização da cidade através de intervenções artístico-urbanas (pinturas artísticas, grafite, etc) e que também contempla algum tipo de melhoria na infraestrutura, tais como iluminação ou mobiliário, dependendo do orçamento disponível.

Outra frente relevante de atuação do poder público que vem se destacando neste cenário é a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo, uma vez que atua através de editais que contemplam a humanização das cidades. A atuação da SECULT-ES no projeto Oásis, em São Benedito, ocorreu através do edital nº 012/2017 - Seleção de projetos culturais de educação patrimonial no Estado do Espírito Santo - com orçamento para realização de oficinas que foram direcionadas às crianças atendidas pelo SECRI (instituição que sede o espaço para a utilização como espaço público da comunidade).

Quanto a Prefeitura Municipal de Vila Velha, não se tem registro de um programa de auxílio a esses movimentos de intervenção na cidade, sendo necessário enfrentar um processo burocrático e demorado de aprovação de projeto e liberação de Alvará. Como ocorreu no caso da microintervenção realizada em Itapuã – Vila Velha, o poder público se destacou como um dificultador burocrático, desestimulando as ações de microintervenção colaborativas. Por não haver um processo legítimo de auxílio a essas práticas dentro do Secretaria de Desenvolvimento Urbano (ou outra Secretaria), houve um tratamento genérico quanto às obras iniciadas, desconsiderando a modalidade de microintervenção validada em reunião pelo próprio gestor público.

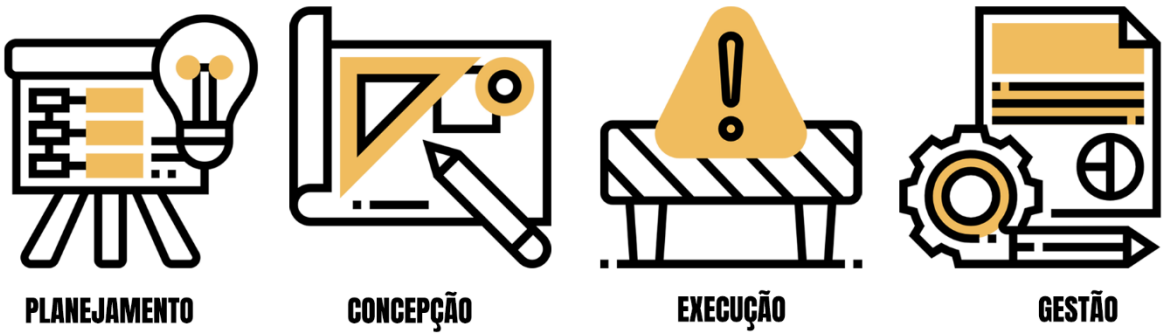
Diante das possibilidades de ação para proposição das microintervenções urbanas colaborativas, e pelas práticas analisadas nos dois casos, constatou-se que o sistema de editais funciona de forma mais satisfatória durante as etapas do processo. Os editais dispõem de recurso pré-definidos, possibilitando a articulação de forma mais direcionada.

5 INCENTIVO E FOMENTO DAS MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS

O cenário das microintervenções urbanas colaborativas nos municípios de Vila Velha e Vitória ainda é recente, e são escassas as referências práticas de transformação do espaço envolvendo diferentes atores sociais. De acordo com a pesquisa foi possível perceber que o tema ainda não é de grande conhecimento entre a população local; além de não contar com apoio do poder público.

Dessa forma, nesta sessão do trabalho, busca-se sistematizar possíveis formas de incentivo e fomento das práticas de microintervenção urbana colaborativa, nos municípios de Vila Velha e Vitória, direcionando estratégias para os diferentes atores sociais que estão envolvidos nos processos de: a) planejamento; b) concepção; c) execução; d) gestão das propostas. A figura 48, a seguir, apresenta as ilustrações utilizadas para representar cada uma destas.

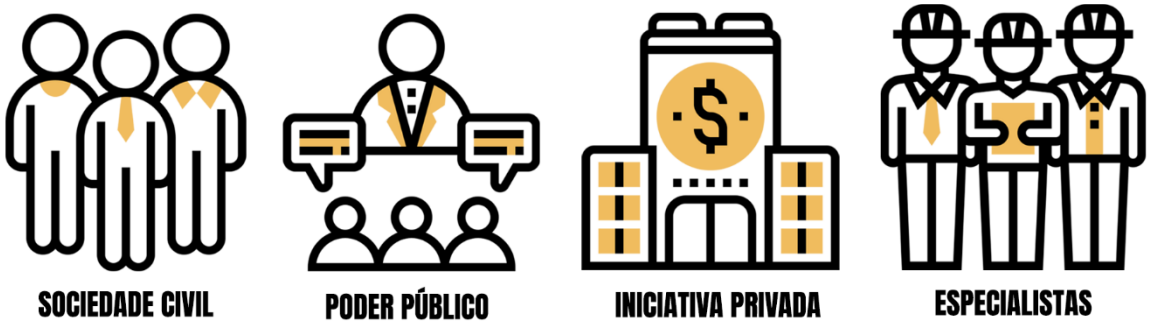
Figura 48. Ilustrações para cada etapa de desenvolvimento das propostas de microintervenção urbana colaborativa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para isso, pretende-se sugerir como os atores sociais: a) Sociedade Civil; b) Poder Público; c) Iniciativa Privada; e d) Especialistas podem cooperar para a construção de espaços coletivos de qualidade; e de que modo podem contribuir para a disseminação da cultura ativista e mobilizadora em favor das futuras microintervenções. A figura 49 apresenta as ilustrações referentes a cada um dos atores sociais.

Figura 49. Ilustrações para cada ator social envolvido nos processos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As estratégias direcionadas para cada ator social foram sintetizadas em infográficos que ilustram as informações textuais e as tornam mais acessíveis. Acredita-se que a partir da sistematização de estratégias especificas direcionadas aos diferentes atores envolvidos no processo, tais práticas criativas poderão ser mais valorizadas e fomentadas como ações de qualificação do espaço público urbano.

Sociedade civil

A Sociedade Civil é um ator social que, no contexto das microintervenções urbanas colaborativas, demanda uma atenção maior, principalmente, devido à falta de conhecimento sobre as etapas técnicas e burocráticas a serem enfrentadas no decorrer do processo de intervenção. Apesar de, geralmente, ser a sociedade civil aquela que inicia o processo de discussão acerca das transformações espaciais e apresenta a necessidade de melhorais para as comunidades, necessita de instruções para que esse processo esteja dentro dos caminhos formais.

Composta por moradores e usuários locais - muitas vezes leigos sobre o assunto e que se engajam em prol da transformação do bem coletivo por identificação ao local - a sociedade civil também está representada por entidades organizadas, que possuem maior articulação política e conhecimento dos processos de microintervenção. Podem compor o grupo: movimentos e organizações sociais, coletivos urbanos e associações, que, através de lideranças, facilitam o desenvolvimento das práticas de intervenção.

O fato desse grupo ser composto por um número maior de colaboradores (moradores, usuários locais, lideranças, ativistas), requer maior cuidado nas formas de organização. É importante que sejam filtradas as opiniões e solicitações, a fim de que se chegue a um consenso de demanda comunitária.

O ativismo social também se apresenta como um diferencial no contexto das microintervenções. A vontade de tomar a frente e lutar pelo bem coletivo e pelas causas sociais de comunidades fragilizadas, acaba por incentivar e despertar em outras pessoas o sentimento de cuidado com o espaço que demanda transformação. O ativismo também é importante para pressionar e cobrar, das autoridades responsáveis, melhorias necessárias para o espaço público.

A organização da sociedade civil em fóruns e conselhos comunitários, como é o caso do “Fórum de Desenvolvimento Comunitário Bem Maior”, em São Benedito (Vitória), é um exemplo de como dar início ao desenvolvimento das microintervenções. É importante que haja espaços de diálogo, comunicação e debates democráticos entre os moradores, lideranças e usuários locais, para identificação dos problemas que se instalam, diariamente, nas comunidades. Nesses espaços é possível filtrar as demandas reais da comunidade, ponderar as prioridades e transformar isso em partido para as propostas de microintervenção.

Os fóruns também são importantes para a **concepção** das propostas. Dentro desse espaço de comunicação podem ser desenvolvidas oficinas e laboratórios práticos entre os moradores e demais atores sociais, para discussão de propostas e sugestão de melhorias para o espaço a ser transformado, de acordo com as demandas mais urgentes e prioritárias.

A mobilização da sociedade civil, dependendo do contexto socioeconômico em que se insere o espaço a ser transformado, é um complicador para o desenvolvimento das propostas de intervenção. Por isso é fundamental que os fóruns estejam consolidados e incentivem a participação popular desde o processo de planejamento e concepção das propostas.

Durante a **execução** das microintervenções, é necessário que a comunidade esteja engajada, tenha participação efetiva na transformação do espaço, e se organizem através de mutirões, para que os esforços sejam compartilhados e o resultado final reflita, de fato, a personalidade dos moradores locais. A comunidade precisa estar mobilizada, seja para captação de recursos, parcerias, patrocinadores, para oferta de mão-de-obra; insumos ou apoio logístico. Quanto mais ajuda e envolvimento, mais mudanças socioespaciais serão percebidas.

Posteriormente, para manutenção do espaço transformado, é importante que haja, juntamente com o poder público e demais envolvidos no processo, uma gestão compartilhada. Os fóruns e conselhos são espaços que contemplam esse tipo de discussão. A manutenção do espaço e as futuras propostas de ocupação e apropriação são decisivas para a vida útil das microintervenções.

A figura 50 apresenta uma síntese das informações apresentadas e discutidas anteriormente sobre as contribuições da sociedade civil no desenvolvimento qualificado dos processos de microintervenção urbana colaborativa, a fim de facilitar e disseminar a prática como um meio possível de transformação do espaço urbano.

Figura 50. Síntese das possibilidades de contribuição da Sociedade Civil.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Poder público

O papel do Poder Público nas microintervenções também requer atenção. É necessário, primeiramente, que as Prefeituras reconheçam tais práticas como soluções viáveis de transformação do espaço público urbano, seja através de políticas públicas ou legislação específica, e que haja uma mudança sobre a gestão do espaço público. É necessário que o Poder Público seja mais flexível em atender as demandas da população para ocupação dos espaços, principalmente com as solicitações vindas das organizações e movimentos sociais que conduzem os processos.

Atualmente, a legislação dos municípios de Vila Velha e Vitória - e seus processos burocráticos, engessados e demorados - não favorece o desenvolvimento de ações criativas de microintervenção. Não existe um procedimento específico, padronizado e de fácil acesso à população que deseja propor uma intervenção. Ainda na etapa de **planejamento**, é importante que haja transparência quanto aos caminhos a serem seguidos antes de iniciarem as intervenções, para que não haja surpresas na etapa de execução dos projetos – principalmente quanto a licença para intervir.

Os processos de execução das microintervenções poderão ser facilitados através de documentações que legalizam as práticas. Documentos como termos de: a) cooperação; b) concessão; c) permissão ou d) autorização de uso, para além de regulamentarem as intervenções, conceder maior credibilidade ao processo. Para tanto, o poder público precisa estar interessado em contribuir e facilitar o desenvolvimento das propostas. Além dos termos, é importante que a cooperação envolva algum tipo de contrapartida por parte do Poder Público, seja com disponibilidade de mão-de-obra, insumos, serviços básicos ou até financeira. Todo tipo de auxílio também precisa ser documentado.

A sistematização de estratégias e diretrizes para ocupação de espaços públicos potenciais também é uma forma de incentivar as microintervenções de forma regulamentada. O desenvolvimento de cartilhas e guias com instruções para condução dos processos e execução das propostas, realizadas em parceria com os especialistas e coletivos urbanos que possuem experiência com o processo, é um avanço significativo para a gestão dessas ações. As orientações precisam ser acessíveis a toda população, e direcionar o processo de planejamento, concepção, execução e gestão das microintervenções.

A partir do momento em que as microintervenções tornam-se estratégias previstas em lei, as demandas locais passam a ser atendidas com maior eficiência pelas políticas públicas direcionadas ao espaço público na microescala de intervenção. Estas asseguram e discriminam a responsabilidade, o financiamento e os critérios para a efetivação das propostas, sendo uma forma de regulamentar ações que acontecem na cidade de maneira informal.

A promoção de políticas públicas direcionadas, principalmente, a gestão compartilhada do espaço público promove a participação ativa dos cidadãos nos processos de construção da cidade e fomentam o desejo de cuidar e preservar o bem coletivo. É necessário que haja essa mudança de postura quanto a gestão dos espaços, a medida em que a população e os demais atores sociais também arcam com as responsabilidades de manter o espaço ativo.

É importante também que sejam propostas políticas públicas e planos de ação que ultrapassem o tempo de uma gestão pública específica. A continuidade nos processos é um fator fundamental na consolidação e disseminação das microintervenções como práticas qualificadas de transformação do espaço público.

O objetivo não é isentar o Poder Público de suas funções e sim compartilhar a responsabilidade de transformar e qualificar espaços potenciais. Este ator deixa de ser unicamente interventor e passa a ser cocriador. O processo colaborativo permite que as responsabilidades sejam divididas e as demandas passem a ser um consenso entre os corresponsáveis pelas propostas. Os papeis de cada ator social precisam ser claros, uma vez que não deve haver sobreposição de interesses e ideologias.

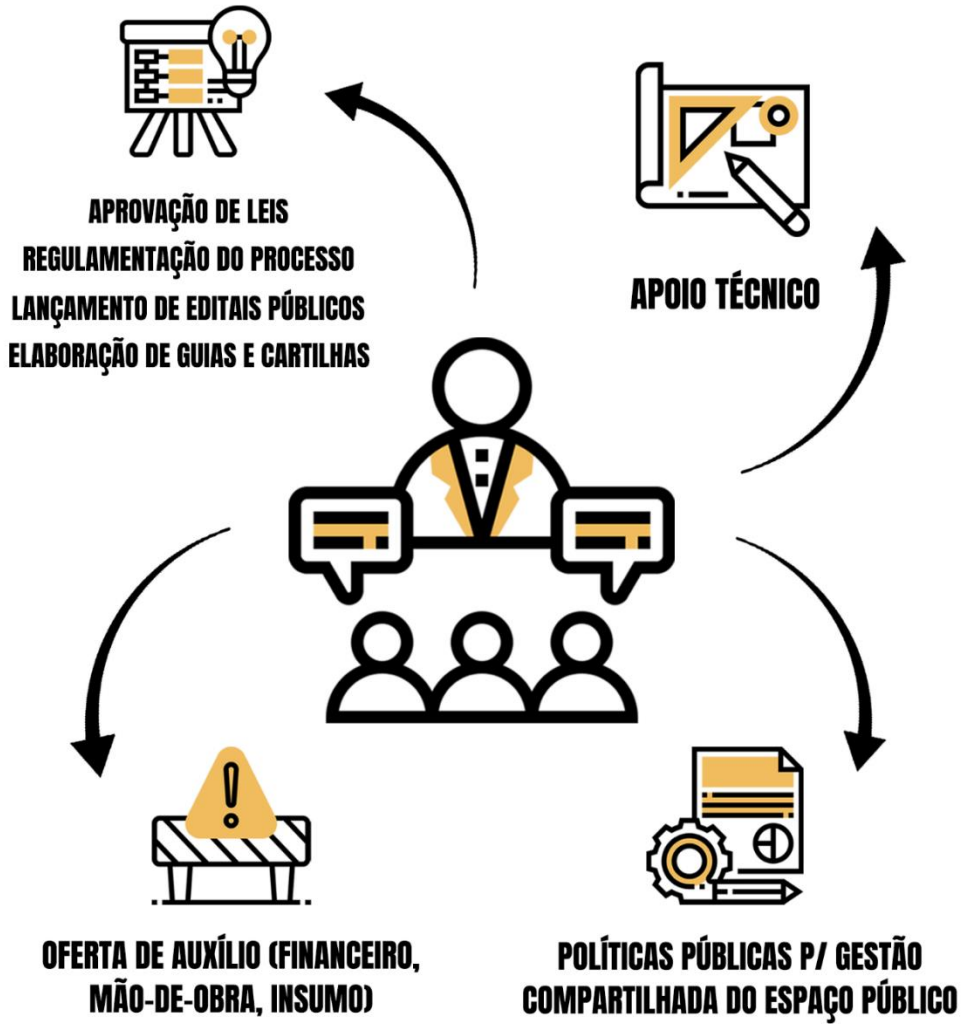
A aprovação de formas alternativas de ocupação do espaço público também é um avanço para alcançar a consolidação das microintervenções urbanas colaborativas. Destaca-se a legislação já existente referente a instalação de Parklets nos dois municípios, através da Lei nº 8.934/2016 (em Vitória) e Decreto nº 148/2016 (em Vila Velha), que pode ser considerado um início para a manifestação do interesse em contribuir com os processos de apropriação do espaço urbano.

A abertura de editais públicos para o desenvolvimento de propostas de intervenção também são meios legais para incentivar as práticas. Como exemplo, o edital lançado pela Secretaria Estadual de Cultura (Secult), que contemplou a intervenção no Oásis São Benedito, e o edital lançado pela Secretaria Municipal de

Cultura da Prefeitura de Vitória (SEMC) através do programa “Arte é Nossa”, que contemplou a pintura de murais no bairro Ilha das Caieiras.

A figura 51 representa a síntese das informações apresentadas sobre as contribuições do Poder Público para a disseminação das práticas de microintervenção urbana colaborativa.

Figura 51. Síntese das possibilidades de contribuição do Poder Público.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Iniciativa Privada

O processo de microintervenção também conta com a colaboração de empresas de iniciativa privada, principalmente no que diz respeito ao financiamento das propostas. O papel de tais empresas nas práticas de intervenção ainda é questionável devido aos interesses que norteiam as parcerias. Apesar disso, entende-

se que a colaboração desse ator social agrega visibilidade e facilitações no desenvolvimento do processo.

Sabe-se que as empresas privadas se interessam em colaborar com as propostas de microintervenção, principalmente, por interesses financeiros ou por medidas compensatórias. As empresas precisam cumprir sua função social e manter um bom relacionamento com as comunidades afetadas por seus serviços. Algumas delas devem cumprir medidas de mitigação e compensação acionadas pelo Ministério Público.

Dessa forma, um meio de fazer cumprir seu papel é a elaboração de programas internos de incentivo e fomento ao voluntariado, a fim de mobilizar seus funcionários em prol de causas sociais importantes para as comunidades, fazendo a devida divulgação dessas ações.

As empresas, ao firmarem parceria com as lideranças das microintervenções, também podem auxiliar com apoio logístico durante a concepção das propostas. Durante o desenvolvimento das oficinas e processos de imersão com a comunidade, é necessário prever algum tipo de infraestrutura qualificada para o desenvolvimento da etapa, que pode ser articulada pelas empresas.

O capital proveniente dessa parceria é um auxílio essencial, na medida em que grande parte das ações de intervenção acontecem em comunidades carentes, que não dispõem de recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento das propostas. No processo de execução dos projetos o capital privado é um diferencial pois possibilita maior disponibilidade de materiais para a transformação qualificada do espaço.

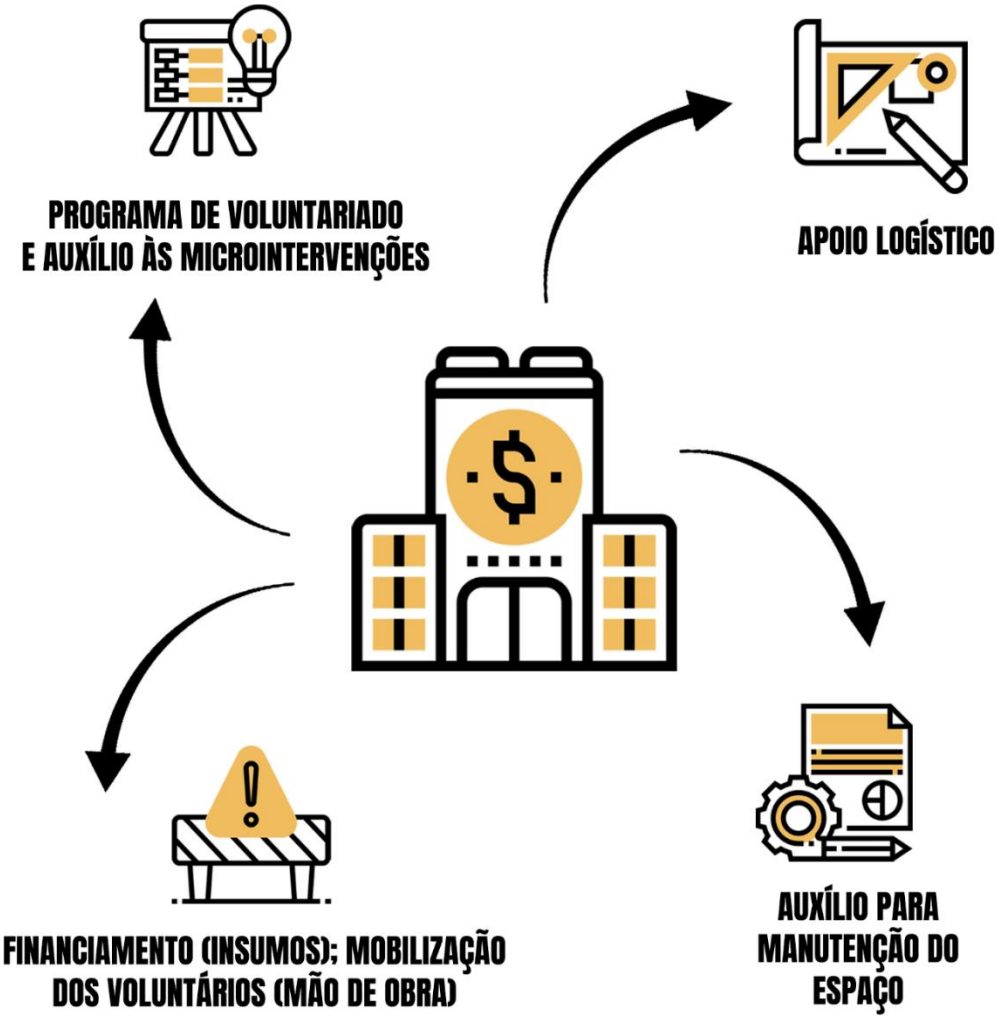
Esse capital ofertado pelas empresas privadas pode ser fundo de contrapartidas sociais advindos de instrumentos de cobrança aplicados pelo poder público. Um exemplo é a possibilidade do aumento do potencial construtivo no setor da construção civil ser revertido em investimentos nas microintervenções urbanas colaborativas.

A mobilização dos voluntários das empresas privadas durante o processo de execução também é um diferencial, pois, além de contribuir para a transformação do espaço, apresenta aos funcionários das empresas novas realidades sociais, gerando mais empatia e responsabilidade social, estimulando a participação em novos projetos.

Vale ressaltar a importância de as empresas privadas assumirem a responsabilidade pela parceria e desenvolvimento das microintervenções pautados no interesse de contribuir para a transformação socioespacial, e não para possíveis lucros ou visibilidade midiática em torno das ações.

A figura 52, a seguir, representa a síntese das informações apresentadas sobre as contribuições da Iniciativa Privada para o desenvolvimento qualificado das práticas de microintervenção urbana colaborativa.

Figura 52. Síntese das formas de incentivo das microintervenções pela Iniciativa Privada.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Especialistas

Os especialistas foram identificados neste trabalho como um ator social relevante e fundamental para o desenvolvimento das propostas de microintervenção. Estes oferecem apoio técnico, principalmente para a instrução da comunidade local

durante o processo, desde o planejamento, concepção, até a execução e gestão dos espaços transformados.

O apoio técnico dos especialistas em cada etapa das microintervenções vem da necessidade de facilitar o processo através do compartilhamento de conhecimento e experiências práticas acerca do tema. Vale destacar que os especialistas devem ser atores neutros dentro do processo – sem partido ou crença –, e, portanto, fundamentais para intermediar situações de conflito entre os demais atores envolvidos.

Na etapa de planejamento das microintervenções, os especialistas podem atuar na orientação da metodologia a ser seguida durante todo o processo, a partir das experiências profissionais obtidas, principalmente, em outras propostas desenvolvidas anteriormente. É importante que estejam presentes na coordenação e gerenciamento das oficinas e laboratórios propostos para a comunidade, envolvendo diferente atores.

Além disso, para facilitar a compreensão do processo, como sugerido para o poder público, os especialistas podem desenvolver guias e cartilhas com orientações acessíveis sobre possíveis formas de intervir nos espaços e como conduzir os processos, principalmente quanto as burocracias encontradas.

Para conceber as propostas demandadas pelos usuários locais também se recomenda o apoio técnico dos especialistas, principalmente na elaboração de projetos exequíveis dentro do orçamento existente, priorizando materiais e insumos de fácil acesso e manuseio que facilitam a etapa de execução.

Na execução das propostas, apesar de ser essencial a mão-de-obra dos voluntários e moradores locais mobilizados, os especialistas possuem o diferencial técnico de racionalizar o tempo e os materiais, e dessa forma, conseguem organizar as equipes de trabalho para cumprir o cronograma e orçamento.

Quanto a gestão dos espaços transformados, os especialistas são importantes para instruir a comunidade em como manter os equipamentos em bom estado, e havendo necessidade, auxiliar na manutenção destes.

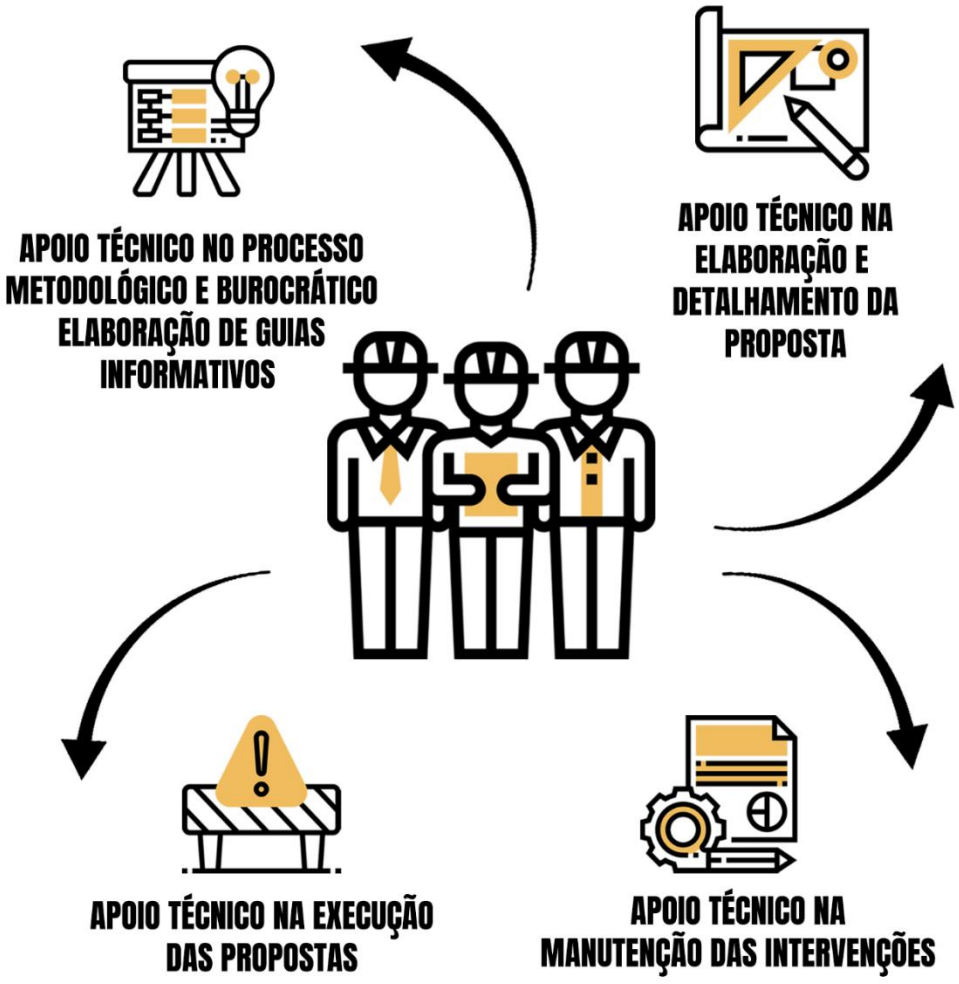
É importante destacar que, dependendo dos recursos disponíveis para o desenvolvimento das microintervenções, a remuneração dos especialistas acaba não entrando no orçamento. Apesar de existir serviços voluntários visando o exercício da

função social da profissão, é válido que os profissionais possuam remuneração pela prestação desses serviços.

Para isso sugere-se a revisão da Lei nº 11.888/2008, de Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, que “assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social” (BRASIL, 2008), para que seja aplicada também a questões urbanas. Dessa forma, a lei favoreceria as ações de microintervenções e garantiria remuneração aos especialistas que atuassem diretamente nessas ações.

A figura 53 apresenta a síntese das contribuições dos especialistas para cada etapa do processo de transformação do espaço público através das microintervenções urbanas colaborativas.

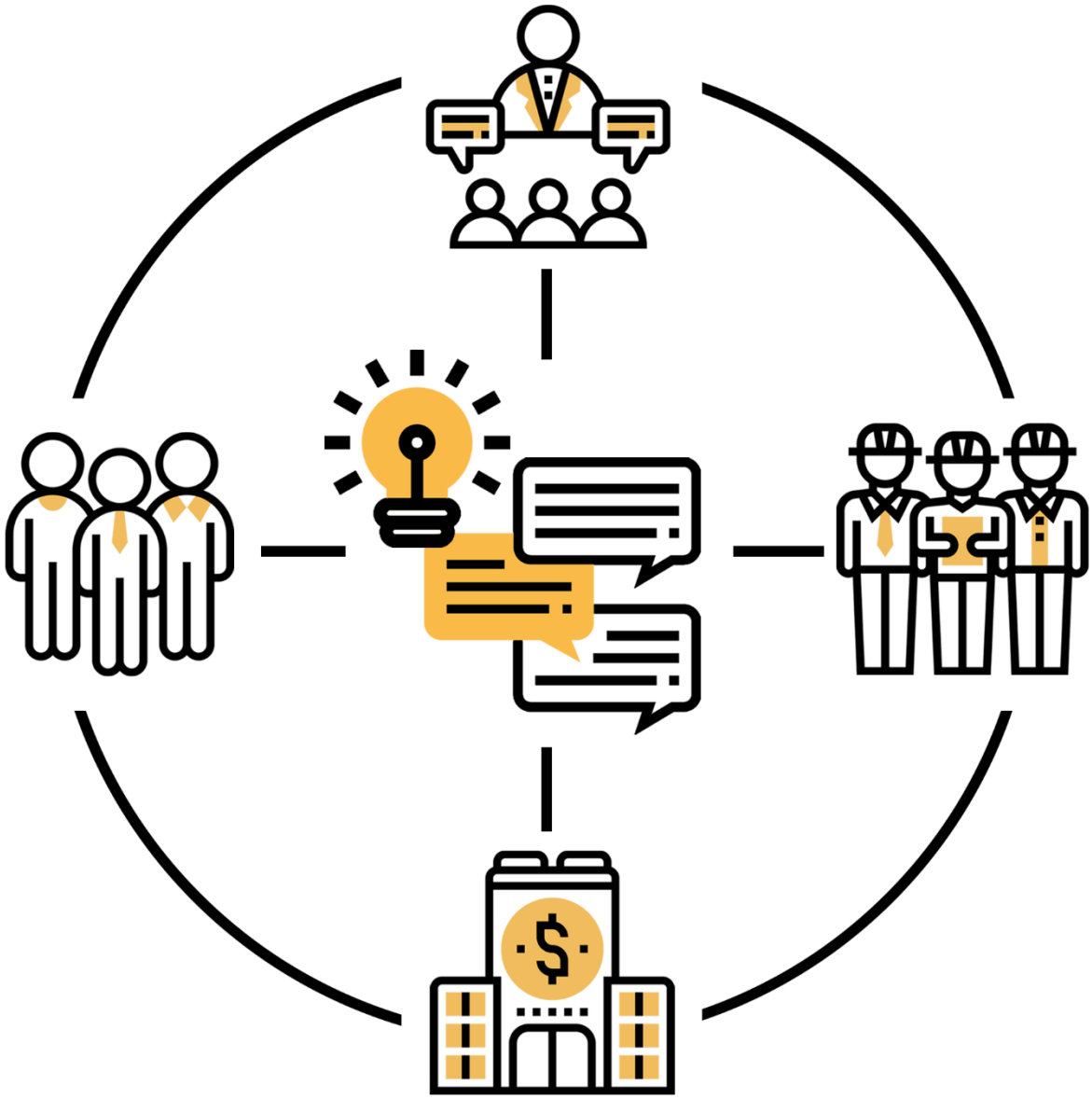
Figura 53. Síntese das contribuições do Especialistas para as microintervenções urbanas colaborativas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A partir das contribuições trazidas por esse capítulo espera-se que cada ator social compreenda a importância de seu papel no processo colaborativo das microintervenções urbanas, entendendo que é fundamental que estejam conectados entre si, como foco nas demandas e propostas de transformação do bem coletivo, como ilustra a figura 54, a seguir.

Figura 54. Processo Colaborativo de Microintervenção Urbana.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano da cidade contemporânea traz consigo inúmeras questões relevantes a serem discutidas e pesquisadas, a fim de produzir novos conhecimentos e encontrar possíveis soluções para os conflitos socioespaciais. Acreditando na potencialidade dos espaços urbanos como local de encontro e interação social, esta dissertação de mestrado buscou estudar, na prática das microintervenções urbanas colaborativas, essa nova forma de ocupar e transformar os espaços ociosos da cidade.

Através da investigação do contexto socioeconômico e político em que se inserem as práticas de microintervenção na cidade contemporânea, compreendeu-se que o movimento da globalização interfere diretamente na estrutura urbana, a medida em que promove a mercantilização das cidades movidas pelo neoliberalismo. Esse modelo de cidade é marcado pela omissão do poder público, que não consegue gerir os serviços públicos em favor do bem coletivo. A carência de espaços de convívio social aponta para produção capitalista do espaço, controlada pela especulação imobiliária.

Além desses fatores, o contexto da globalização traz consigo o aumento da escala de intervenção na cidade. Com isso, a relação entre as pessoas e os espaços públicos torna-se mais distante do que deveria. Um bom relacionamento socioespacial é baseado em elementos simbólicos, que geram algum tipo de elo afetivo com o lugar. Para que exista uma boa experiência urbana, é necessário que os ambientes ofereçam espaços de pausa, incentivando a interação. Ao contrário, o homem atual tem dificuldade de se relacionar com os espaços, a medida em que a cidade contemporânea oferece espaços genéricos e padronizados, que priorizam o consumo e o fluxo intenso de pessoas.

A busca pela humanização das cidades vem da demanda por tais espaços simbólicos e afetivos, que geram pertencimento e despertam algum tipo de sentimento positivo nos usuários. A escala humana da intervenção visa qualificar elementos espaciais para que os usuários se sintam acolhidos pelo espaço, propondo diversidade de apropriação e uma experiência agradável da cidade.

Dessa forma, as microintervenções buscam, através de processos colaborativos, a ressignificação de espaços ociosos na cidade. A própria população local se mobiliza, e, por meio de parcerias com outros atores sociais, assumem a responsabilidade de qualificar e transformar tais espaços. O tema ganha visibilidade através da disseminação de conceitos como o Urbanismo Táticos e o *Placemaking,* estratégias de intervenção que promovem as microintervenções como soluções viáveis de transformação do espaço.

Tendo em vista a relevância desse tema que está em ascensão, o presente trabalho buscou a reflexão sobre o papel das microintervenções urbanas colaborativas na transformação da cidade contemporânea e, dessa forma, discutir a importância do envolvimento de diferentes atores sociais no processo. A partir dessas discussões foi possível compreender como as práticas criativas podem ser fomentadas e incentivadas como processos viáveis através da mobilização de cada um desses atores.

O estudo das microintervenções urbanas colaborativas no contexto dos municípios de Vila Velha e Vitória evidenciou a falta de experiências práticas de referência nos dois municípios. Percebeu-se que o tema ainda é pouco discutido, e as propostas não recebem apoio suficiente para serem desenvolvidas com maior frequência. Também foi identificado que grande parte das intervenções mapeadas possuem relação direta uma com a outra, principalmente devido as organizações sociais envolvidas nos processos, que participam fomentando as práticas nos municípios.

Durante o estudo das microintervenções, analisando o papel dos atores sociais envolvidos no processo, foi possível perceber que a sociedade civil possui maior engajamento nas atividades propostas quando em contextos sociais fragilizados. Os moradores de comunidades carentes já possuem uma articulação maior em prol do bem coletivo, e geralmente são os que iniciam a mobilização para as intervenções. Nas comunidades de renda mais alta a realidade é diferente a medida em que é menor o costume de se organizarem coletivamente em busca de melhorias espaciais.

Ainda sobre o papel da sociedade civil destaca-se que as questões políticas e partidárias que movimentam as lideranças comunitárias e representantes de movimento sociais também são relevantes para o processo de microintervenção, uma vez que podem afetar positiva ou negativamente no seu desenvolvimento.

Quanto ao envolvimento da iniciativa privada, percebeu-se que o interesse em participar das intervenções geralmente vem da obrigatoriedade de manter um bom relacionamento com as comunidades atingidas por seus serviços. Além disso, a necessidade de prestar contas nos relatórios de responsabilidade social incentiva as ações voluntárias e o financiamento das microintervenções.

O poder público, apesar de ter um papel importante, foi o ator social menos presente nas microintervenções analisadas. Ainda falta o entendimento de que as propostas são favoráveis tanto para população quanto para o poder público, a medida em que as responsabilidades sobre o espaço são compartilhadas.

Um quarto ator social identificado durante a análise dos processos, os especialistas, representados pelos escritórios de arquitetura e urbanismo, obteve destaque nas propostas. Em grande parte dos casos identificados nos municípios de Vila Velha e Vitória estavam presentes conduzindo e executando as propostas, o que demonstra também uma possibilidade de atuação no mercado profissional do arquiteto urbanista.

O estudo dos casos de microintervenção e a compreensão das diferentes iniciativas e formas de fomento dessas práticas refletiu a importância do lançamento de editais (principalmente públicos) voltados para a qualificação dos espaços públicos. O sistema de editais mostrou-se mais eficaz, uma vez que os recursos e infraestruturas necessárias para conduzir o processo estão pré-definidas no escopo do projeto, facilitando o gerenciamento da proposta.

A partir da análise sobre o papel de cada ator social, foi possível compreender que o processo colaborativo das microintervenções, contando com o apoio e participação destes, é um diferencial para o resultado final das propostas. Para tanto, buscou-se apresentar como cada um desses atores pode contribuir de forma coletiva para a valorização do processo de transformação da cidade contemporânea.

As contribuições foram sintetizadas em infográficos para facilitar a leitura e compreensão, e foram categorizadas de acordo com os atores sociais: sociedade civil; poder público; iniciativa privada e especialistas, e com as etapas do processo de microintervenção: planejamento, concepção, execução e gestão.

Vale ressaltar nessa etapa uma contribuição de construção coletiva e interdisciplinar, que pode contar com a visão dos diferentes atores sociais envolvidos no processo: as cartilhas ou guias de instrução para a realização das microintervenções urbanas colaborativas.

Já existe, no Brasil, algumas cartilhas desenvolvidas por organizações sociais, como “A Batata Precisa de Você”, que publicou “Ocupe Largo da Batata: como fazer ocupações regulares nos espaços públicos”, especificamente sobre como ocupar espaços públicos em São Paulo. O documento trata sobre as questões práticas das microintervenções, e indica algumas legislações que precisam ser consideradas para a atuação no município.

Não foram encontrados registros vinculados às prefeituras municipais ou outros órgãos governamentais, com instruções que pudessem auxiliar diretamente as iniciativas de microintervenções quanto os processos burocráticos internos específicos de cada local.

O caso que chega mais próximo, é a legislação referente à implantação de Parklets, mobiliário urbano que caracteriza a evolução de uma microintervenção em vagas de estacionamento de veículos. A primeira cidade a legalizar a implantação desse mobiliário foi São Paulo. Vila Velha e Vitória, estudados nessa pesquisa, também foram municípios que aderiram à legislação.

O desenvolvimento desta dissertação de mestrado teve como principal motivação a disseminação dos estudos sobre as microintervenções urbanas colaborativas, que, apesar de possuir alguns casos de referência nos municípios de Vila Velha e Vitória, ainda é um tema pouco discutido no contexto capixaba. Entendeu-se que a temática é ampla e que a pesquisa iniciada nesta dissertação não é conclusiva pois ainda existem inúmeras possibilidades de desdobramento e aprofundamento do tema.

Um dos trabalhos iniciados na pesquisa foi a identificação e mapeamento das microintervenções nos municípios de Vila Velha e Vitória para fins de catalogação, servindo como suporte para futuros trabalhos na área. Com tempo espera-se que a quantidade de microintervenções aumente e, com isso, seja necessário novos estudos. É válido que a pesquisa também seja reproduzida nos demais municípios do

Espírito Santo, a fim de que se tenha um levantamento completo das microintervenções desenvolvidas no estado.

Através da identificação dessas microintervenções é possível desenvolver pesquisa com reflexões analíticas abordando temas como Avaliação Pós Ocupação (APO), e correlacionando as práticas a dados socioeconômicos como renda, crimes, e etc.

A pesquisa busca, ainda, dar visibilidade ao cenário de omissão do poder público quanto as propostas de transformação do espaço, com a intenção de que haja uma mudança na postura de gestão pública. É importante que se aponte a necessidade de uma colaboração equilibrada entre os atores sociais; tendo o poder público um papel fundamental na construção de novas possibilidades de intervenção.

REFERÊNCIAS

A CIDADE PRECISA DE VOCÊ. **Políticas públicas para espaços transitórios.** A Cidade Press: São Paulo, 2016.

_____. **Macromicro:** protótipos e políticas públicas. A Cidade Press: São Paulo, 2017.

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e qualidade da cidade. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (org). **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

ANDRADE, Victor; LINKE, Clarisse Cunha. **Cidades de Pedestres: a caminhabilidade no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial, 2017.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS. **Relatório Final Detalhado de Execução do Projeto Oásis do São Benedito.** Vitória, 2018

AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo, SP: Papirus, 1994. 111 p.

AURELI, Pier Vittorio. ***The theology of tabula rasa: Walter Benjamin and Architecture in the age of precarity,*** 2015. Disponível em: <http://thecityasaproject.org/2015/05/the-theology-of-tabula-rasa-walter-benjamin-and-architecture-in-the-age-of-precarity/> Acesso em> 01 out. 2018.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1994

BAUMAN, Zygmut. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BISCOTTO, Denise Barbieri. **Ecos do bem: educação ambiental no território do bem.** Relatório da Associação Ateliê de Ideias. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008. **Lei da Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social.** Brasília, DF, dez 2008.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? In: **e-metropolis** - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, nº 27, ano 7, 2016. ISSN 2177-2312. Disponível em: <https://goo.gl/fIHWNm> Acesso em: 01 out. 2018.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>. Acesso em: 26 abril, 2019.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleici A. (Org). **Temas básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CONEXÃO CULTURAL. **Guia do Espaço Público.** 2ª edição. 2016. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/guia-do-espaco-publico.pdf> Acesso em: 11 jan. 2019.

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 2008.

VALE. **Apresentação do programa Instituições do Futuro 2017.** 2017. (Documento cedido pelo Setor de Relacionamento com a Comunidade).

VALE. **Relatório Final da experiência de Laboratório Social.** 2018. (Documento cedido pelo Setor de Relacionamento com a Comunidade).

CYMBALISTA, R. São Paulo, microurbanismos. In.:CYMBALISTA, R; NOGUEIRA, J. **Guia de Microurbanismos em SP.** 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/29786786/Guia_dos_Microurbanismos_em_S%C3%A3o_Paulo> Acesso em: 30 set. 2018.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social:** propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FARIAS, Ana Carolina C. **Taxonomia do Urbanismo Tático:** uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes. 2018. 273 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FONTENELLE, R. B. **Bienal de Veneza 2012: “Intervenções espontâneas” – Pavilhão dos Estados Unidos.** 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-71830/bienal-de-veneza-2012-intervencoes-espontaneas-pavilhao-dos-estados-unidos> Acesso em: 08 out. 2018.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes:** a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades. 2011. 256 f. Teste (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), FAU, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

FONTES, Adriana Sansão. Urbanismo tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano: O caso do *Parking Day* no Rio de Janeiro. **Arquiteturarevista,** vol. 14, n. 1, p. 91-104, jan/jun, 2018.

FÓRUM BEM MAIOR. **Pesquisa “Saberes, Fazeres e Potencialidades do Território do Bem” e Plano Bem Maior.** 2018. Vitória, 2009.

GADANHO, Pedro. **Entrevista concedida a Ana Carolina Carvalho Farias**. Lisboa, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/882682/urbanismo-tatico-utopias-e-curadoria-ativista-uma-entrevista-com-pedro-gadanho> Acesso em: 16 jan. 2019.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em < http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 06 jan. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª edição. São Paulo: Editora Altas, 2002. Disponível em < https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 06 jan. 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão:** guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. A liberdade na cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO DEMOGRÁFICO 2010***.* Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, P. B. Microrresistências urbanas: por um urbanismo incorporado. In: ROSA, M. L. **Microplanejamento: práticas urbanas criativas.** São Paulo: Ed. de Cultura, 2011, p. 162-175.

JACQUES, Paola B.; BRITTO, Fabiana D. (Org.). **Corpocidade:** ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

KENT, Fred. MADDEN, Kathy. Ruas como lugares. In: KARSSENBERG, Hans; et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 340 p.

KOGAN, Gabriel. **"Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal"**, 2016. Disponível em: <https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/> Acesso em: 01 out. 2018.

KOOLHAAS, Rem. **Três textos sobre cidade.** Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum ensaios**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 39-48, jan-jun/ 2015. Disponível em: < http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2711/1937 >Acesso em: 04 jan. 2019.

LYDON, Mike; HARTLEY, Lucinda. ***Tactical Urbanism 4: Australia & Ner Zeland.*** The Street Plans Collaborative and CoDesing Studio, 2014 Disponível em: <https://issuu.com/codesignstudio/docs/tacticalurbanismvol4_141020>. Acesso em: 20 out. 2018.

LYDON, Myke. **Urbanismo tático 2:** Ação curto-prazo, mudança longo-prazo. The Street Plans Collaborative. 2012. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol._2-portuguese> Acesso em: 09 out 2018.

LYDON, Myke; BARTMAN, Dan; WOUDSTRA, Ronald; KHAWARZAD, Aurash. ***Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change*****.** The Street Plans Collaborative, 2011. Disponível em: <https:// issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1> Acesso em: 30 set. 2018.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MONGIN, Olivier. A condição urbana: a cidade na era da globalização. Tradução Leticia Martins de Andrade. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTEIRO, Carolina Guido. **Urbanismo tático: a força do coletivo na transformação da cidade.** 2016. 176p. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, PECE – Programa de Educação Continuada em Engenharia, São Paulo, 2016.

NETTO, Vinicius M. Cidade e sociedade: as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Sulina 2014.

NETTO, Vinicius M; SABOYA, Renato T. de; VARGAS, Júlio Celso; CARVALHO, Thereza (org.). Efeitos da arquitetura: os impactos da urbanização contemporânea no Brasil. Brasília: FRBH, 2017.

NETTO, Vinicius. A urbanidade como devir do urbano. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (org). **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

NOVA AGENDA URBANA. Tradução para língua portuguesa em conformidade com o Novo Acordo Ortográfico e com vocabulário técnico utilizado no continente Africano e Europeu. UN-HABITAT, 2016.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

PAIVA, Lincoln. Temos alternativa ao urbanismo neoliberal? **Minha cidade,** ed. 201.03, abr. 2017. Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.201/6482> Acesso em: 20 jan. 2019.

PALETE PARQUE. **Diário de Obras e Relatório de Medições:** Praia da Costa, Itapuã e Itaparica. Vila Velha: 2018.

PALETE PARQUE. **Centro Comunitário do bairro Jaburu.** 2016. Disponível em: <https://www.paleteparque.com/centro-comunitario-jaburu> Acesso em: 20 dez. 2019.

PALETE PARQUE. **Mirante Farol São Benedito.** 2017. Disponível em: <https://www.paleteparque.com/mirante-farol-sao-benedito> Acesso em: 20 dez. 2019.

PÉREZ, Francisco Paillè. Imaginar que um espaço pode ser diferente. In: KARSSENBERG, Hans; et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 340 p.

PFEIFER, Laura. ***The Planner's Guide to Tactical Urbanism.*** Canada, 2013. Disponível em: <https://reginaurbanecology.files.wordpress.com/2013/10/tuguide1.pdf> Acesso em: 01 out. 2018.

Project for Public Spaces (PPS). ***Eleven principles for creating great community places.*** Disponível em: < https://www.pps.org/article/11steps> Acesso em: 30 set. 2018.

Project for Public Spaces (PPS). ***The Placemaking Process.*** Disponível em: < https://www.pps.org/article/5-steps-to-making-places> Acesso em: 30 set. 2018.

Project for Public Spaces (PPS). ***What is Placemaking.*** Disponível em: <https://www.pps.org/article/what-is-placemaking> Acesso em: 30 set. 2018.

ROSA, M. L. **Microplanejamento: práticas urbanas criativas.** São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

SÁ, Ana Isabel de. **Urbanismo entre pares – cidade e tecnopolítica**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988. Disponível em: <https://www.academia.edu/21048148/A_Cidade_como_um_Jogo_de_Cartas_SANTOS_Carlos_Nelson_F._dos_?auto=download> Acesso em: 07 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciencia universal. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

SGS, Economics and Planning. ***Best practice principles for urban renewal.*** Urbecon, vol. 2, 2015. Disponível em: <https://www.sgsep.com.au/application/files/4114/5516/0546/Urbecon_Vol_2_2015_web.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br> Acesso em: 23 set. 2018.

SOUZA, Angela Maria G. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Cadernos Metrópole.** São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 245-265, jan/abr 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cm/v20n41/2236-9996-cm-20-41-0245.pdf Acesso em 25 abril 2019

TANSCHEIT, Paula. **Espaços públicos: a transformação urbana com a participação da população,** 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/875364/espacos-publicos-a-transformacao-urbana-com-a-participacao-da-populacao> Acesso em: 15 set. 2018.

TANSCHEIT, Paula. **Placemaking x Gentrificação: a diferença entre revitalizar e elitizar um espaço público.** Archdaily. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/791764/placemaking-x-gentrificacao-a-diferenca-entre-revitalizar-e-elitizar-um-espaco-publico> Acesso em: 11 jan. 2019.

TAVARES, Silvia. **Placemaking, urbanismo e o futuro dos espaços públicos.** Comunidade Brasileira de Placemakers. 2015. Disponível em:

<http://www.placemaking.org.br/home/placemaking-urbanismo-e-o-futuro-dos-espacos-publicos/> Acesso em: 11 jan 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VIANA, Diego. Placemaking: Na arte de “criar lugares”, uma profusão de iniciativas aqui e lá fora busca resgatar o afeto e o cultivo das relações humanas. **Página 22**, n. 95. FGV: Centro de estudos em Sustentabilidade. Maio de 2015. Disponível em: <http://pagina22.com.br/wp-content/uploads/2009/07/P22_Edicao_95.pdf> Acesso em: 14 jan. 2019.

WRI Brasil. Com intervenções temporárias, São Paulo e Fortaleza provocam reflexão sobre espaços urbanos mais humanos. 2017. Disponível em <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2018/10/com-intervencoes-temporarias-sao-paulo-e-fortaleza-provocam-reflexao-sobre-espacos> Acesso em: 23 abril 2019.

WRI Brasil. Nasce uma rua completa: São Paulo requalifica via próxima à estação Berrini. 2017. Disponível em: <http://wricidades.org/noticia/nasce-uma-rua-completa-sao-paulo-requalifica-proxima-a-esta%C3%A7ao-berrini?utm_source=facebook&utm_medium=midias_sociais&utm_campaign=ruacompleta-sao-paulo-requalifica-esta%C3%A7ao-berrini&utm_term=ruacompleta-esta%C3%A7ao-berrini&utm_cont> Acesso em: 22 abril 2019

APÊNDICES

(A) Roteiro de entrevista com o Poder Público

1. Como as práticas de microintervenção são vistas pelo poder público?
2. Existe participação do poder público nas intervenções que acontecem atualmente na cidade? De que forma se dá essa colaboração?
3. Qual processo a população, as empresas ou organizações precisam enfrentar para realizar uma intervenção física de transformação do espaço público, seja ela temporária ou permanente? Já existe, dentro da prefeitura, um processo consolidado para atender esse tipo de solução, ou ainda é novidade para Vila Velha/Vitória?
4. O que existe de incentivo às práticas de microintervenções urbanas atualmente?
5. Existe interesse em fixar parcerias para promover o incentivo a essas práticas de intervenção, ou até mesmo investir em políticas públicas de fomento a essas práticas?

(B) Roteiro de entrevista com a Iniciativa Privada

1. Qual o interesse da empresa em firmar parceria com esse tipo de intervenção?
2. Existe, dentro da empresa, algum tipo de projeto ou orçamento direcionado às ações de intervenção na cidade?
3. Que tipo de envolvimento com as intervenções a empresa busca?
4. Quais são as possíveis formas de incentivar às práticas de microintervenções urbanas?

(C) Roteiro de entrevista com a Sociedade Civil

1. Como é visto o papel das microintervenções urbanas pela comunidade local?
2. Qual a importância das microintervenções urbanas serem realizadas a partir de um processo colaborativo entre diferentes atores sociais (sociedade civil, poder público, iniciativa privada e movimentos sociais)? Como entende o papel de cada um desses atores?
3. Quais são as maiores dificuldades encontradas durante o processo de concepção e execução dos projetos?
4. Quais são as possíveis formas de incentivar às práticas de microintervenções urbanas?

ANEXOS

(A) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

"A CIDADE HUMANIZADA E AS MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS"

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Suzany Rangel Ramos, Universidade Vila Velha.

Este documento que você está lendo é chamado de **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa procura compreender quais estratégias e ações podem incentivar e fomentar as práticas de microintervenções urbanas colaborativas no contexto dos municípios de Vila Velha e Vitória, considerando a colaboração entre os atores sociais envolvidos no processo. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao seguinte procedimento: responder as perguntas realizadas na entrevista voltadas para a compreensão do papel dos atores sociais envolvidos nos processos colaborativos de microintervenção urbana e sua importância.

Os riscos envolvidos com sua participação são: se sentir constrangido ou desconfortável com as perguntas e questionamentos contidos na entrevista, que serão minimizados através da seguinte providência: supressão da pergunta. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Você terá os seguintes benefícios ao participar da pesquisa: A pesquisa visa contribuir para a compreensão da importância do envolvimento de diferentes atores sociais nos processos de microintervenções urbanas que acontecem nos espaços públicos da cidade. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as formas de incentivo acerca da qualificação do espaço público através das microintervenções urbanas.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade de **Suzany Rangel Ramos** com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para **Suzany Rangel Ramos**, telefone (27) 99950-2101, e-mail suzany.r@hotmail.com.

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa da UVV** localizado Prédio da Reitoria no subsolo: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: CEP@uvv.br. Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07h às 12h e das 13h às 17h e 6ª feira - 07h às 12h e das 13h às 16h. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa **"A cidade humanizada e as microintervenções urbanas colaborativas"** dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

NOME DO PARTICIPANTE:
CPF:

_____
Assinatura

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL
CPF:

_____
Assinatura

(B) PARECER FINAL COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES/UVV

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CIDADE HUMANIZADA E AS MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS: INCENTIVO ÀS PRÁTICAS ALTERNATIVAS.

Pesquisador: SUZANY RANGEL RAMOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 08564019.5.0000.5064

Instituição Proponente: SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.250.672

Apresentação do Projeto:

O tipo de pesquisa é exploratória e descritiva uma vez que busca compreender o papel de diferentes atores envolvidos em processos colaborativos de microintervenção urbanas, a fim de traçar possíveis formas de incentivar essas práticas na cidade

contemporânea. Com abordagem qualitativa, a pesquisa foca na visão e contribuição desses atores para consolidar a prática, que serão compreendidas através da aplicação de questionário e entrevista com os mesmos.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é compreender quais estratégias e ações podem incentivar e

fomentar as práticas de microintervenções urbanas colaborativas no contexto dos municípios de Vila Velha e Vitória – ES, considerando a colaboração entre os atores sociais envolvidos no processo: poder público; iniciativa privada, organizações sociais e sociedade civil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos envolvidos com sua participação são: se sentir constrangido com os questionamentos das entrevistas ou desconfortável com as perguntas que contém no questionário, que serão minimizados através da seguinte providência: supressão da pergunta. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Endereço: Avenida Comissário José Dantas de Melo, 21
Bairro: BOA VISTA II **CEP:** 29.102-920
UF: ES **Município:** VILA VELHA
Telefone: (27)3421-2063 **Fax:** (27)3421-2063 **E-mail:** CEP@uvv.br